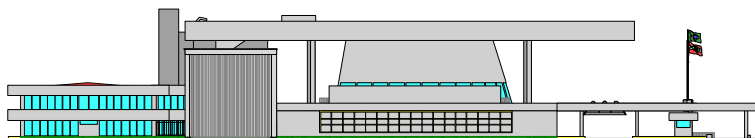


PALÁCIO BARRIGA VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO L

FLORIANÓPOLIS, 11 DE MARÇO DE 2010

NÚMERO 6.146

16ª Legislatura
4ª Sessão Legislativa
MESA

Gelson Merísio
PRESIDENTE

Jorginho Mello
1º VICE-PRESIDENTE

Jailson Lima
2º VICE-PRESIDENTE

Moacir Sopelsa
1º SECRETÁRIO

Dagomar Carneiro
2º SECRETÁRIO

Valmir Comin
3º SECRETÁRIO

Ada Faraco de Luca
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
Elizeu Mattos

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA
Líder: Sílvio Dreveck

**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**
Líder: Antônio Aguiar

DEMOCRATAS
Líder: Cesar Souza Júnior

PARTIDO DOS TRABALHADORES
Líder: Dirceu Dresch

**PARTIDO DA SOCIAL
DEMOCRACIA BRASILEIRA**
Líder: Serafim Venzon

**PARTIDO TRABALHISTA
BRASILEIRO**
Líder: Narcizo Parisotto

**PARTIDO REPUBLICANO
BRASILEIRO**
Líder: Professora Odete de Jesus

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA
Líder: Professor Grandó

**PARTIDO DEMOCRÁTICO
TRABALHISTA**
Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO
E JUSTIÇA**

Romildo Titon - Presidente
Marcos Vieira – Vice-Presidente
Antonio Aguiar
Darci de Matos
Dirceu Dresch
Décio Góes
Joares Ponticelli
Elizeu Mattos
Sargento Amauri Soares
Terças-feiras, às 9:00 horas

**COMISSÃO DE TRANSPORTES
E DESENVOLVIMENTO
URBANO**

Reno Caramori - Presidente
Décio Góes – Vice-Presidente
Jean Kuhlmann
José Natal Pereira
Manoel Mota
Carlos Chiodini
Narcizo Parisotto
Terças-feiras às 18:00 horas

**COMISSÃO DE PESCA E
AQUICULTURA**

Pe. Pedro Baldissera - Presidente
Darci de Matos – Vice-Presidente
Dado Cherem
Reno Caramori
Edison Andrino
Adherbal Deba Cabral
Derli Rodrigues
Quartas-feiras, às 11:00 horas

**COMISSÃO DE AGRICULTURA, E
POLÍTICA RURAL**

Rogério Mendonça - Presidente
Reno Caramori – Vice-Presidente
Ismael dos Santos
Serafim Venzon
Dirceu Dresch
Romildo Titon
Sargento Amauri Soares
Quartas-feiras, às 18:00 horas

**COMISSÃO DE TRABALHO,
ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO
PÚBLICO**

Jean Kuhlmann
Dado Cherem
Dirceu Dresch
Joares Ponticelli
Manoel Mota
Elizeu Mattos
Derli Rodrigues
Terças-feiras, às 11:00 horas

**COMISSÃO DE FINANÇAS E
TRIBUTAÇÃO**

Marcos Vieira - Presidente
Jean Kuhlmann – Vice-Presidente
José Natal Pereira
Pedro Uczai
Lício Mauro da Silveira
Sílvio Dreveck
Manoel Mota
Renato Hinnig
Professora Odete de Jesus
Quartas-feiras, às 09:00 horas

**COMISSÃO DE SEGURANÇA
PÚBLICA**

Darci de Matos - Presidente
Sarg. Amauri Soares - Vice-Presidente
Nilson Gonçalves
Pedro Uczai
Kennedy Nunes
Genésio Goulart
Adherbal Deba Cabral
Quartas-feiras às 11:00 horas

**COMISSÃO DE ECONOMIA,
CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E
ENERGIA**

Serafim Venzon
Pedro Uczai
Sílvio Dreveck
Carlos Chiodini
Elizeu Mattos
Renato Hinnig
Derli Rodrigues
Quartas-feiras às 18:00 horas

**COMISSÃO DE TURISMO E MEIO
AMBIENTE**

Dirceu Dresch - Presidente
Renato Hinnig – Vice-Presidente
Marcos Vieira
Ismael dos Santos
Reno Caramori
Edison Andrino
Derli Rodrigues
Quartas-feiras, às 13:00 horas

COMISSÃO DE SAÚDE

Darci de Matos
Dado Cherem
Ana Paula Lima
Kennedy Nunes
Antônio Aguiar
Genésio Goulart
Prof. Odete de Jesus
Giancarlo Tomelin
Terças-feiras, às 11:00 horas

**COMISSÃO DE DIREITOS E
GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE
AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER**

Ana Paula Lima - Presidente
Kennedy Nunes – Vice-Presidente
José Natal Pereira
Carlos Chiodini
Adherbal Deba Cabral
Ismael dos Santos
Professora Odete de Jesus
Quartas-feiras às 10:00 horas

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E DESPORTO**

Cézar Souza Júnior
Serafim Venzon
Pedro Uczai
Lício Mauro da Silveira
Antônio Aguiar
Elizeu Mattos
Derli Rodrigues
Quartas-feiras às 08:00 horas

**COMISSÃO DE
RELACIONAMENTO
INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO,
RELAÇÕES INTERNACIONAIS E
DO MERCOSUL**

Renato Hinnig - Presidente
Nilson Gonçalves – Vice-Presidente
Ana Paula Lima
Lício Mauro da Silveira
Elizeu Mattos
Edison Andrino
Narcizo Parisotto
Terças-Feiras, às 18:00 horas

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA**

Prof. Odete de Jesus -Presidente
Nilson Gonçalves – Vice-Presidente
Ismael dos Santos
Pe. Pedro Baldissera
Lício Mauro da Silveira
Rogério Mendonça (Peninha)
Genésio Goulart
Quartas-feiras às 18:00 horas

**DIRETORIA
LEGISLATIVA**

Coordenadoria de Publicação:
responsável pela digitação e/ou
revisão dos Atos da Mesa Diretora e
Publicações Diversas, diagramação,
editoração, montagem e distribuição.
Coordenador: Walter da Luz Filho

Coordenadoria de Taquigrafia:
responsável pela digitação e revisão
das Atas das Sessões.
Coordenadora: Lenita Wendhausen
Cavallazzi

**Coordenadoria de Divulgação e
Serviços Gráficos:**
responsável pela impressão.
Coordenador: Claudir José Martins

**DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA
EXPEDIENTE**

Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves
Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC
CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500
Internet: www.alesc.sc.gov.br

IMPRESSÃO PRÓPRIA
ANO XV - NÚMERO 2146
1ª EDIÇÃO - 6 EXEMPLARES
EDIÇÃO DE HOJE: 48 PÁGINAS

ÍNDICE**Plenário**

Ata da 004ª Sessão Especial da
16ª realizada em 08/03/2010.....2
Ata da 014ª Sessão Ordinária da
16ª realizada em 09/03/2010.....8
Ata da 015ª Sessão Ordinária da
16ª realizada em 10/03/2010...25

Atos da Mesa

Atos da Mesa40

Publicações Diversas

Atas das Comissões
Permanentes40
Avisos de Licitação.....41
Avisos de Resultado.....41
Extrato.....42
Ofício42
Portarias.....42
Projetos de Lei45
Projeto de Resolução.....48

PLENÁRIO

ATA DA 004ª SESSÃO ESPECIAL DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 08 DE MARÇO DE 2010 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERÍSIO EM COMEMORAÇÃO À CAMPANHA DA FRATERNIDADE DE 2010 SUMÁRIO

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Manifesta-se a respeito da Campanha da Fraternidade 2010.

DEPUTADO PEDRO UCZAI - Aborda os avanços a serem conquistados com relação à desigualdade social.

BISPO CLÓVIS ERLY RODRIGUES - Discorre sobre a Campanha da Fraternidade e a desigualdade social.

PASTOR RUI PETRY - Evidencia a necessidade de Deus estar mais presente nas pessoas.

PASTOR INÁCIO LEMKE - Fala sobre a inclusão social.

PASTOR FRANCISCO DE ASSIS WLOCK - Manifesta-se a respeito da importância de a Campanha da Fraternidade envolver várias igrejas.

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão especial.

Convido para compor a mesa as excelentíssimas autoridades a seguir nominadas:

Padre Francisco de Assis Wloch, secretário executivo da CNBB Regional Sul,

neste ato representando sua excelência reverendíssima dom Murilo Sebastião Ramos Krieger, arcebispo metropolitano de Florianópolis;

(Palmas)

Pastor Inácio Lemke, vice-presidente do Conselho de Igrejas para Estudo e Reflexão, representando neste ato os agentes pastorais de Santa Catarina;

(Palmas)

Dom Clóvis Eryl Rodrigues, bispo emérito da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil;

(Palmas)

Deputado Pedro Uczai;

(Palmas)

Senhor Rui Petry, pastor da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil.

(Palmas)

Excelentíssimas autoridades, senhoras e senhores, a presente sessão foi convocada por solicitação deste deputado e contou com a aprovação dos demais parlamentares, em comemoração à Campanha da Fraternidade de 2010, que tem o tema Economia é Vida, desenvolvido pelo lema

Ninguém Poderá Servir a Deus e ao Dinheiro (Mateus 6,24).

Neste momento teremos a interpretação do Hino Nacional pelo Coral da Assembleia Legislativa, sob a regência do maestro Reginaldo da Silva.

(Procede-se à execução do hino.)

(Palmas)

Nós teremos agora a apresentação de um vídeo relativo à Campanha da Fraternidade de 2010.

(Procede-se à apresentação de um vídeo.)

Gostaria, também, de registrar que estão presentes nesta sessão:

Senhor Nestor e senhora Vilma Fetter, casal coordenador da Pastoral Familiar da Arquidiocese de Florianópolis;

Senhor Ozildo José Prazeres e senhora Celina Locks Prazeres, coordenadores do Conselho Nacional do Movimento de Irmãos;

Senhor Eugênio Michelon, provedor da Irmandade Nosso Senhor Bom Jesus dos Passos, da cidade de São José;

Senhor Felipe Otávio Boabaid, provedor do Imperial Hospital de Caridade;

Padre Pedro José Koehler, capelão do Hospital de Caridade;

Padre Ney Brasil Pereira, coordenador da Pastoral Carcerária;

Senhora Luci Choinack, presidente do PT de Santa Catarina;

Senhor Alípio Alves, neste ato representando o excelentíssimo sr. deputado federal Claudio Vignatti.

Neste momento, peço ao deputado Pedro Uczai que assuma a condução da sessão para que eu possa fazer uso da palavra.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Boa-noite a todas e a todos! Passo imediatamente a palavra ao proponente desta sessão especial, deputado Padre Pedro Baldissera.

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Excelentíssimo sr. deputado Pedro Uczai, neste momento conduzindo os trabalhos desta sessão especial;

Sr. padre Francisco de Assis Wloch, secretário executivo da CNBB Regional Sul, neste ato representando sua excelência reverendíssima dom Murilo Sebastião Ramos Krieger, Arcebispo Metropolitano de Florianópolis;

Pastor Inácio Lemke, vice-presidente do Conselho de Igrejas para Estudo e Reflexão, neste ato representando os agentes pastorais de Santa Catarina;

Excelência reverendíssima dom Clovis Eryl Rodrigues, bispo emérito da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil;

Senhoras e senhores, padres, irmãs, religiosos, religiosas, agentes de pastoral, lideranças, todos aqueles e aquelas que nos acompanham através da TVAL e da Rádio Alesc Digital.

(Passa a ler.)

"A presente sessão é o espaço que a Casa Legislativa abre para a reflexão e divulgação da Campanha da Fraternidade 2010, cujo tema é Economia e Vida, desenvolvido pelo lema Vocês Não Podem servir a Deus e ao Dinheiro (Mateus 6,24), que nos faz refletir sobre uma realidade bastante injusta e opressora. Mas antes eu não poderia deixar de fazer aqui uma saudação muito especial às mulheres, lembrando a data de hoje em que se comemora o seu dia internacional.

Economia, vida e mulher, hoje, complementam-se de forma muito interessante. Basta observar, por exemplo, o papel fundamental que as mulheres desempenham na economia solidária. No campo ou na cidade, temos centenas e centenas de iniciativas associativas de produção que tiveram sua origem na vontade e na organização das mulheres. Isso demonstra que juntos, homens e mulheres, auxiliam na construção das alternativas que a sociedade precisa para mostrar um novo caminho, um caminho diferente, solidário, igualitário e que valoriza, acima de tudo, a vida.

Recentemente, aqui mesmo, desta tribuna, destaquei aos meus colegas parlamentares a importância de se olhar o mercado, a economia e a política sob outra ótica. Naquela ocasião, comentei algumas notícias veiculadas pela imprensa acerca da crise que atingiu o mundo em 2008. Relatei meu estarecimento com o fato de que todas as notícias, absolutamente todas elas, falavam dos prejuízos financeiros advindos da crise. Bem, mas e a dimensão humana dessa crise? E as conseqüências dela para as pessoas, para as famílias? Onde fica essa análise?

É por isso que, em todos os momentos, reitero a necessidade de pen-

sarmos de forma diferente a economia. E isso não significa acabar com os mercados ou acabar com esse ou aquele modelo. Significa pensar também outros modelos.

A economia popular solidária ocupa lacunas deixadas pelo modo de produção capitalista que nem o mercado nem o poder público conseguiram solucionar: o desemprego, a exclusão social, econômica e política, a insegurança alimentar, o acesso à educação e saúde.

Esse movimento social, protagonizado por mulheres e homens de verdade, é uma forma alternativa e sustentável de organização econômica, que imprime valores da democracia em contexto econômico, valorizando o trabalho coletivo, pela igualdade entre seus membros. Deste processo de organização surge a mudança cultural não só nas relações de trabalho, mas também na relação entre mulheres e homens, uma relação em que a 'obrigação' familiar e o cuidado com o outro não é mais do sexo feminino, mas, sim, uma responsabilidade da família e das instituições públicas.

Hoje, somente em Santa Catarina, temos mais de mil iniciativas ligadas à economia solidária, em 170 municípios. Isso, lembrando, sem nenhuma política estadual de apoio. Quer dizer, se conseguirmos ampliar a ação do governo do estado sobre isso, aonde podemos chegar?

A proposta de focar a economia na Campanha da Fraternidade permite o aprofundamento da análise das consequências de cada política adotada no setor sobre a população, em especial no que se refere ao caráter especulativo dos mercados. Já temos elementos suficientes para apontar inúmeros problemas graves causados por modelos econômicos e por diretrizes que priorizam o lucro pelo lucro, sem que isso signifique políticas sociais amplas.

Essa campanha, a exemplo das passadas, é polêmica e incomoda. E ela só faz isso porque coloca questões que incomodam muito a quem tem o poder de decisão. Ela apresenta perguntas que incomodam as instituições e pessoas que endeusam o mercado e promovem a acumulação do capital e do lucro de forma indiscriminada. Essa campanha tira o sono daqueles que, sustentados pelo sofrimento de trabalhadoras e trabalhadores, ou ainda na corrupção, pensam somente nas benesses que terão com o dinheiro.

E a grande parceira desse tipo de economia é a corrupção, que impede a chegada de equipamentos e remédios aos nossos humildes enfermos, que nega água aos sedentos, que mata a semente na terra, que sucateia as escolas das crianças e que paga o salário de fome aos seus professores. Essa economia deixa o nosso planeta, este organismo vivo, um útero, ameaçado, a nossa morada desprezada e destruída. A degradação ambiental, a contaminação e a poluição das águas e do ar são conseqüências de um sistema econômico irresponsável e desumano, que desencadeia mecanismos que põem em risco a própria sobrevivência da vida.

O consumismo e o egoísmo que destroem o planeta e petrificam os corações cegam-nos diante do horizonte de possibilidades e de alternativas de vida submetidas à lógica do mercado e da vantagem econômica.

O objetivo desta Campanha da Fraternidade, unindo as igrejas cristãs, é promover uma economia a serviço da vida, apoiando as iniciativas de desenvolvimento sustentável. Ela condena a especulação, o individualismo, o consumismo sem limites e a corrupção. Aliás, a corrupção, essa prática

repugnante, é ainda mais repugnante quando realizada numa sociedade em que a injustiça é localizada já na concepção e nas estruturas de sua própria economia.

Neste ano, o que ela de fato, a Campanha da Fraternidade de 2010, causará em nossas vidas? Acredito humildemente que levará, acima de tudo, ao sentimento de que a economia não poderá continuar se desenvolvendo nos moldes atuais, movida pela ganância da acumulação do capital e pela exploração da força de trabalho, e que em todas as dimensões - política, social e econômica - a ótica da vida precisa prevalecer. É neste sentido que se unem todos os cristãos neste momento importante de nossa história."

Muito obrigado.

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Antes de passar a palavra ao deputado Padre Pedro Baldissera para a condução desta sessão especial, quero registrar e convidar para fazer parte da mesa de honra dos trabalhos o sr. Rui Petry, pastor da Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil.

(Palmas)

Concedo a palavra ao deputado Padre Pedro Baldissera.

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Sr. deputado Pedro Uczai, gostaria que v.ixa fizesse uso da palavra, dando-nos uma mensagem.

Com a palavra, então, neste momento, o deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Quero cumprimentar o excelentíssimo deputado estadual, nosso amigo, colega Padre Pedro Baldissera, que é autor do requerimento que ensejou esta sessão. Parabenizo s.exa. por essa iniciativa e também pelo seu pronunciamento. Fico feliz de ouvir s.exa., que faz uma relação de sua experiência política aqui, neste espaço de luta, com a experiência histórica das igrejas cristãs e do seu trabalho e de sua militância.

Quero cumprimentar o padre Francisco de Assis, secretário executivo da CNBB Regional Sul, neste ato representando dom Murilo; o pastor Inácio Lemke, vice-presidente do Conselho de Igrejas.

Quero saudar dom Clovis Eryl Rodrigues, bispo emérito da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil; o pastor da Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil, Rui Petry; as demais lideranças religiosas, os agentes pastorais e as lideranças políticas aqui presentes, na pessoa da nossa companheira, colega lutadora Luci Choinaki, presidente do Partido dos Trabalhadores.

Quero parabenizar a iniciativa do deputado Padre Pedro Baldissera, por fazer neste espaço do Parlamento da Assembleia o lançamento e a divulgação desse tema tão importante, tão extraordinário. Eu penso que esse tema é um dos mais significativos e estratégicos para o futuro da humanidade, que não só aborda a questão econômica, mas também a questão ambiental, social, estrutural e pública.

Eu fico feliz pela escolha desse tema para a Campanha da Fraternidade. Dos vários temas que as campanhas refletiram nos últimos anos, esse é o que possui maior profundidade e maior desafio na sua própria reflexão.

Meus quatro anos de Teologia, meus 11 anos ligados à igreja, dão-me a dimensão efetivamente das desigualdades sociais, apesar dos muitos avanços já conquistados em vários países no mundo. E aqui no Brasil existem muitos dados, estatísticas, a comemorar, pois houve conquistas. Quanto ao

número de pobres no Brasil, 20 milhões de brasileiros deixaram a linha de pobreza, 30 milhões deixaram a situação de pobres e passaram à classe média, milhões de pessoas tiveram direito a emprego nos últimos anos, milhões de pessoas estão tendo o direito a terra e 4,8 milhões de pessoas foram assentadas nesses últimos anos.

Portanto, há muitos avanços a comemorar, fruto da luta de vocês, dos movimentos sociais, do movimento popular e de governos com um pouco mais de sensibilidade do ponto de vista dos programas sociais que estão transformando a vida de milhões de brasileiros. Quero fazer essa referência porque vocês também fazem parte dessas conquistas, das vitórias deste Brasil, que se vai transformando, modificando, graças também à luta social, à luta histórica por vocês colocada.

Em segundo lugar, ainda há muita injustiça. Acho que o deputado Padre Pedro Baldissera foi feliz ao colocar que há dominação social, exploração, muita miséria e sofrimento ainda atingindo milhões de pessoas. Penso que o debate sobre economia, que coloca a questão mais estrutural e também conjuntural, é o grande desafio do futuro da humanidade. O futuro do planeta é construir uma sociedade com mais igualdade e uma igualdade ambientalmente sustentável, porque a miséria, a pobreza, também mostra a dimensão das contradições do mundo.

Quero terminar a minha fala dizendo que na América Latina, no Brasil, as experiências estão sendo construídas, mas há bons desafios agora pela frente. Acho que na economia solidária ainda somos tímidos, eis que as políticas públicas não são suficientes mesmo no nosso governo. E falo "nosso" porque ajudei a construí-lo, como tantas lideranças que estão aqui também ajudaram e acreditaram.

Temos o maior desafio da economia solidária na área urbana, porque há políticas públicas claras na área rural, inclusive subsídios de crédito. Se quisermos economia solidária no espaço urbano, teremos que construir um programa nacional que se identifique ao Pronaf da agricultura familiar, ou seja, um Pronaf urbano ou um programa nacional de economia solidária em que o crédito seja subsidiado. Temos que ter subsídios de crédito para avançar na economia solidária no espaço urbano, no país. Não acredito no avanço dos programas e dos projetos de economia solidária, se não criarmos um programa nacional de subsídio financeiro. O subsídio financeiro na área do crédito cria a possibilidade de conseguir uma forma mais justa e solidária à economia solidária, porque não é possível nos parâmetros atuais de juros mais altos do mundo discutir crédito e economia solidária. É uma injustiça, um contrassenso, uma contradição pagarmos 2%, 3% de juros ao mês e dizer que a economia solidária vai dar conta, eis que parte desse dinheiro que viria na economia solidária para a distribuição de renda e vida às pessoas vai para o setor financeiro.

Então, isso é fundamental. O Pronaf rural tem que se estender para Pronaf urbano e ampliar ainda mais o subsídio de recursos. Em Santa Catarina, os mais atingidos são os pobres, que não têm dinheiro para um advogado - e a Igreja no ano passado se envolveu muito nessa questão. Somos o único estado do Brasil que não tem Defensoria Pública para os mais pobres que não podem pagar advogado. Como ficam os direitos coletivos, os direitos difusos, sociais e ambientais, se não existe quem os assistam?

Portanto, precisamos de 15mil a 20 mil assinaturas este ano para concluir o projeto de iniciativa popular para entregar a esta Casa, que seria 1% dos cidadãos eleitores de Santa Catarina.

Estamos chegando em torno de 30 mil assinaturas com o apoio da CNBB, das igrejas, das pastorais, das universidades, dos cursos de Direito, Serviço Social e Comunicação que se envolveram nessa colheita. Mas precisamos de mais 20 mil assinaturas. Se a igreja pegar junto nessa discussão sobre a economia, teremos o defensor público para defender, efetivamente, os mais excluídos em Santa Catarina.

Temos a luta dos quilombolas no estado, que é uma questão da economia, na região de Campos Novos. São 8.000ha de terra doados, por um fazendeiro, para 11 escravos. Ou seja, a partir do momento em que sua mulher estivesse para falecer, eles seriam donos de uma fazenda. Só que mais tarde o Judiciário e os advogados roubaram essas terras. Mas hoje já está documentado. Só falta uma pressão da sociedade catarinense para titular aqueles poucos hectares para mil famílias.

Também em Praia Grande existem quatro famílias de quilombolas que não têm nem energia elétrica dentro de suas casas. Então, há muita luta pelos mais excluídos, por aqueles que foram explorados ao longo da nossa história, e nós, da igreja, muitas vezes, convivemos com essas contradições.

Eu vim de um município onde há greve para exigir o salário mínimo em Santa Catarina. A lei já foi aprovada, está em vigor desde janeiro, mas os setores empresariais não querem pagar o salário mínimo em Santa Catarina. E esse mínimo atinge a maioria das mulheres, que ganham o menor salário em Santa Catarina. Lutar e fazer com que isso vire realidade são desafios que nos colocam a questão de economia e vida, de fé e vida e de libertação daqueles que mais precisam de nós, que mais precisam da igreja.

Estou emocionado, porque convivo de forma distante com a igreja e porque vejo vocês, ecumenicamente, trazendo o tema Economia e Vida, tirando do centro os mercados que entraram em crise, os que diziam que o mercado iria mandar por conta, que poderia destruir os estados, os governos, as políticas públicas, porque por conta e risco do mercado cada um iria se virar no sucesso ou no seu fracasso.

Isso fracassou, ainda bem, e graças a Deus fracassou mais rápido do que eles pensavam, e novas teorias da economia solidária, novos horizontes, surgem mais rápido do que estávamos imaginando até pouco tempo atrás. Há muita esperança, muito otimismo e um futuro bom.

Parabenizo a Igreja Ecumênica que ecumenicamente olha para os pequenos para construir uma grande nação, um grande país.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - A seguir fará uso da palavra dom Clóvis Erly Rodrigues, bispo emérito da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil.

O SR. BISPO CLÓVIS ERLY RODRIGUES - Colegas que dividem esta mesa tão importante; deputado Pedro Uczai; pastor Inácio Lemke, representante da CNBB; padre Wloch; pastor Rui Petry, da Igreja Luterana, e demais lideranças que acompanham este dia tão significativo, tão especial.

Sinto-me honrado, realmente, porque pela primeira vez usa-se a Casa do Povo para atender ao eco do povo. Essas paredes ressoam os anseios do povo. Todos aqueles

líderes de obras sociais, de consciência pública, que estão no serviço do dia-a-dia sentem-se órfãos, muitas vezes, quando pintam a realidade conforme Platão falava, olhando para dentro da caverna, vendo sombras e não olhando a realidade de miséria que nos cerca.

Em boa hora o Conselho Nacional de Igrejas Cristãs ecumenicamente, pela terceira vez, estuda um tema no período de quaresma, um período de retiro, de reflexão, e vem a público dizer: "O sistema está falido!" Precisou que caíssem potências, governos, grandes multinacionais, para se dar conta do engodo do lucro pelo lucro, da desumanidade neste país, neste mundo em que nós vivemos.

Com certeza não vamos insistir no óbvio desse diagnóstico que todos aqui, como os líderes, já conhecem, e os dois oradores que me antecederam tão bem, com tanta pertinência e clareza, colocaram. Mas aqui nós estamos na Casa das leis. É daqui que as leis partem! Às vezes a multidão se junta e consegue dois milhões de assinaturas para fazer uma lei, como a da Ficha Limpa, que continua trancada por interesses particulares.

(Manifestação das galerias)

Quantos governadores precisarão ir para a cadeia, para que nos respeitem? Quantos presidentes de Câmaras - entra governo, sai governo - saem ileso? E processam grandes jornais para não publicarem as coisas. E essa lei começa a voltar de novo.

Eu queria chamar a atenção dos nobres deputados, tão bem representados hoje, aqueles que se preocupam com as coisas públicas, pois os outros acharam que era coisa de igreja. Mas como muito bem disse o deputado Pedro Uczai, a consciência será despertada. O povo sabe ler um pouco mais, o povo conhece um pouco mais a antropologia e a sociologia para ser levado no cabresto. Essa paternidade disfarçada, com esse paizão que se apresenta e fala tão bem para o povo, é muito pouco!

Nós queremos compromissos, seriedade, um Judiciário mais ativo. E quando se fala em economia e vida, devemos falar vida e economia. Devemos falar do interesse das pessoas, pois são 40 milhões de brasileiros abaixo da linha da miséria.

O funil do ensino superior continua. Dos dois mil que entram no ensino fundamental, pinga um, dois. E ainda se discutem as cotas, os direitos, as causas jurídicas por uma coisa tão óbvia. Já depois da segunda Guerra Mundial a carta dos direitos humanos assegurava comida, casa e educação para todos.

É muito importante nessa época de valores corroidos que atentemos para os princípios específicos, e vou ler os alvos específicos da Campanha da Fraternidade, tão bem relatados por Antônio Lopes Ribeiro, na revista *Encontros Teológicos*, página 34:

(Passa a ler.)

"Paga-se um custo muito alto na tentativa de que o Brasil passe de um país emergente de terceiro mundo para um país de primeiro mundo, pois as riquezas deste país se concentram cada vez mais nas mãos de poucos, fazendo com que a pobreza aumente mais. E o pior, o Brasil nunca esteve num estado de anomia tão grande como agora."

O que estamos vendo é a penúria, é o descrédito no Legislativo e no Executivo, com raríssimas exceções. A máxima de Rousseau parece que se repete: "O homem é o lobo do próprio homem". Temos estados dentro do estado, pessoas assustadas. Não precisa mais falar de Rio de Janeiro, não precisa mais falar de São Paulo. Inclusive, ontem, aqui, na avenida Beira-Mar, uma família quase foi

dizimada por um tiroteio de traficantes, já às nossas portas. Nós estamos sentindo que algo necessita ser feito.

E aqui, companheiros de caminhada, esta Casa de leis, é o altar dos futuros compromissos sociais entre as pessoas. É aqui que tudo começa. Eu sei - e todos sabemos - que algumas leis são colocadas em prática e outras não; há leis que entram com uma força tremenda e depois murcham. Mas nós temos que continuar e insistir!

Nessa igreja ecumênica, que é a samaritana, não entendemos de economia ou de leis, mas entendemos do sofrimento do povo, da fome e da falta de saúde. E essa igreja samaritana põe-se a serviço, põe-se junto e não quer substituir. Graças a Deus passou o tempo daquela igreja que queria ser o centro do poder, em que tudo deveria passar por suas mãos. Mas agora, nessa arrancada ecumênica, sentimos que a igreja que sempre foi e que sempre deverá ser a igreja serva é a igreja que está aqui.

Vou deixar uma proposta nesta Casa de leis, na qual o tratamento utilizado entre deputados é o de excelência. Então, que esse deixe de ser um tratamento protocolar e que seja um compromisso pela excelência do trabalho que v.exas têm nas mãos, ou seja, excelência pelo que fazem, pelo que se doam e pelo bem público. O evangelista escreveu: o problema é que o dinheiro não pode substituir Deus, é que o serviço deve estar a serviço da pessoa e não a serviço de alguns.

Sr. deputado Padre Pedro Baldissera, agradeço o convite. E nós, anglicanos, no mundo inteiro, há mais de 20 anos temos a representação da nossa igreja nas Nações Unidas. Em todas essas catástrofes mundiais estamos chegando com gente para ajudar, com dinheiro e prestando serviço, como é o caso do colega do Haiti que está num campo de futebol agora, porque toda parte material da igreja foi destruída. Não restou um tijolo, uma pedra em pé, mas isso para nós é o batismo, porque estamos construindo a verdadeira igreja que não é de pedra nem de tijolo, mas a igreja de pessoas, que no sofrimento se solidarizam e unem-se uns aos outros. E é nessa nova igreja que eu creio, fustigada pelo sofrimento, pela fome, mas continuando a crer, sabendo que Deus está conosco.

Assim, nesses dias de reflexão quaresmal perguntamos: o que faço da minha vida? Como é que posso servir a Deus e ao dinheiro? Onde está o teu coração? Que Deus nos ajude e ilumine. Principalmente nesta Casa que brilhe a luz da justiça, da solidariedade e da paz.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - A seguir fará uso da palavra o pastor Rui Petry, da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil.

O SR. PASTOR RUI PETRY - Nobre deputado Padre Pedro Baldissera, em seu nome quero cumprimentar todas autoridades presentes, todas as pessoas que aqui estão, irmãos, irmãs de fé, de caminhada.

Estamos aqui para falar de fraternidade, como membros do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs. Eu, particularmente, achei que foi muito feliz a confecção do cartaz com esta palavra bíblica, especialmente olhando para ele. Eu creio que se entendermos os ensinamentos bíblicos, cada um de nós, que faz parte da sociedade atual, poderá ver-se nele também.

Por isso, não quero me estender, alongar o discurso dos que me antecederam, falar do sistema, da economia, porque acho

que foi muito profundo, importante, motivador. Quero falar um pouco de nós mesmos e daquilo que o tema tem a ver conosco como indivíduos, como pessoas, como filhos e filhas de Deus, que vivem num mundo no qual a vida tem sido colocada como um bem máximo, mas que o culto ao corpo está tão presente.

Nós, desde o humanismo, desde o iluminismo, de fato empurramos Deus para fora do centro dessa vida, desse mundo, e colocamos o ser humano no centro. E desde lá estamos caminhando para uma adoração do ser humano. A vida está acima de tudo. Não vemos mais Deus como o doador da vida. E quando Deus não está mais no centro, Ele não é mais considerado vida. Nós perdemos esse foco e com isso também perdemos a capacidade de olhar para as pessoas como irmãos e irmãs e de humildemente nos ajudar uns aos outros a desenvolver algo que possa entesourar, sim, para que todos fiquem igualmente na vida eterna.

Então, estamos em uma encruzilhada. E acho que esse tema é muito importante, porque vocês certamente conhecem o evangelho. Jesus a cada seis versos fala da questão de dinheiro ou das questões materiais. Além do tema Reino de Deus, esse é o assunto mais tocado por Jesus. Incrível, não é? Jesus fala o tempo todo de economia, de vida. De uma economia do reino, de uma economia a partir da ótica e da visão de Deus. Talvez isso seja um problema para nós, porque muitos sistemas já vieram e já foram com excelentes propostas, mas sempre desconsideraram o fato básico de que o ser humano é pecador, de que se não transformar o coração e a vida das pessoas nenhum sistema vai dar conta, nenhuma política vai dar certo. Podemos criar órgãos, ter inúmeras iniciativas solidárias, fazer muitas coisas, e há coisas muito lindas acontecendo, mas se elas não tocam o coração das pessoas e não as transformam por dentro, o germe da ganância, da corrupção e da cobiça sempre se apresentará, e acabará ruindo tudo.

Por isso, o comunismo, por exemplo, que tem uma excelente base doutrinária, não prevaleceu. Por isso, muitas vezes políticas que têm excelentes bases doutrinárias não prevaleceram, porque desconsideraram que o ser humano precisa de Deus e que sem Deus nós somos igualmente corruptos, como diz o apóstolo Paulo.

Quero acrescentar àquilo que os irmãos já colocaram aqui nesta noite também essa palavra, esse desafio bíblico, de que não podemos simplesmente arregaçar as mangas, colocar as mãos na massa, sem falar para as pessoas que o coração delas precisa mudar. Junto com a melhoria da vida, junto com melhores políticas, junto com melhores famílias, com melhores instituições, também queremos que a vida toda seja transformada emocional, física e espiritualmente. Não podemos deixar o espiritual de lado, sob pena de não conseguirmos chegar lá.

Portanto, quero trazer essa palavra de desafio nesta noite muito especial para mim. E sou muito grato de poder estar aqui com vocês, ouvindo e podendo também deixar esta palavra de desafio: o Senhor Jesus nos chama a sermos solidários, agentes de transformação, pessoas capazes de se doar e até morrer pelo próximo. Mas termino com a Carta Magna, capítulo 13, a palavra magna sobre o amor do apóstolo Paulo que diz: "mas ainda que eu desse o meu corpo para ser queimado, se eu não fizer isso motivado pelo amor de Deus, também isso não me aproveitará".

Que nós possamos entregar a nossa vida aos grandes projetos de Deus, ao

interesse de Deus pela vida e por este mundo, mas que leve este mundo a olhar para Deus, a confiar Nele, a andar com Ele, para que possamos também seguir em frente para além desta vida estarmos para sempre com Ele.

Que assim seja!

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Na sequência e, exatamente, neste momento, convido o pastor Inácio Lemke, vice-presidente do Conselho de Igrejas para Estudo e Reflexão, representando neste ato os agentes pastorais de Santa Catarina, para que receba deste Poder Legislativo a homenagem referente à Campanha da Fraternidade.

Eu pediria para que o pastor Inácio fosse até a frente.

Ao mesmo tempo, convido a deputada, presidente do PT, Luci Choinaki, que tem uma história bonita e exemplar na luta e no comprometimento pela vida, e por hoje ser o Dia Internacional da Mulher, para que receba das mãos do deputado Pedro Uczai a placa, em nome do Poder Legislativo, para fazer a entrega da homenagem ao pastor Inácio.

(Procede-se à entrega da placa.)

(Palmas)

Gostaria de registrar a presença de Adelir Raupp, que é a grande coordenadora da Campanha da Fraternidade de toda a nossa arquidiocese, que nos ajudou em todos os momentos para o evento desta noite.

Na sequência, teremos a interpretação do Hino da Campanha da Fraternidade de 2010, sob a regência do maestro Reginaldo da Silva.

(Procede-se à execução do hino da Campanha da Fraternidade 2010.)

Neste momento convido para fazer uso da palavra o pastor Inácio Lemke, vice-presidente do Conselho das Igrejas para Estudo e Reflexão.

O SR. PASTOR INÁCIO LEMKE - Muito obrigado pela oportunidade. Eu não vou cumprimentar todas as autoridades novamente. Acho que fomos muito bem cumprimentados e creio que esta Casa tem como tradição fazer isso de uma forma muito gentil.

Quero cumprimentar também as pessoas que eu conheço de algumas lutas, de caminhadas, de igrejas e de movimentos sociais que estão aqui presentes neste momento.

Já foi mencionado, e creio que essa é uma oportunidade, que esta Casa está-se dando conta, na Campanha da Fraternidade Ecumênica, sobre essa temática *Economia é Vida*, de que não podemos servir a dois senhores. Não podemos servir a Deus e ao dinheiro ao mesmo tempo. O colega da Igreja Luterana, da mesma igreja que represento aqui, frisou essa parte: quem é o nosso Deus e como servi-lo?

A caminhada é longa. Eu venho acompanhando as Campanhas da Fraternidade como luterano desde que fui ordenado pastor, em 1980, e naquele tempo, no estado de Rondônia, que era longe e distante, a Índica fez uma apresentação aqui, através de um vídeo - eu me lembro dela, conheço-a perfeitamente e fiquei emocionado com o seu rosto - de coisas que representam os anseios do povo brasileiro.

Creio que temos que aprender, a partir dessa campanha, não lidar mais com economia como lidamos até agora. Eu acho que nós, como igrejas, somos desafiados a lembrar disso. Se aqui estou hoje representando o CIEE, que está completando neste

ano 40 anos, que sempre atuou na área da Educação e que nos últimos anos vem-se dedicando mais à expressão de contatos ecumênicos, é porque o nosso desafio é unir igrejas.

Nós ainda não podemos sentar e pensar que nos últimos anos houve somente mudanças. Houve mudanças, sim, mas houve maior inclusão de pessoas humildes e pobres no processo de poder participar.

Certa vez discurssei para um público de que nós nos tornamos consumidores juntos, mas isso ainda não é o suficiente. O pobre não é o endereço em que as Casas do poder público vão dizer assim: esse é o nosso endereço, nós podemos nos dedicar aos pobres. Nós não estamos suficientemente preparados para acolhê-los como coautores. E Jesus tentou contar essa parábola sobre Lázaro que tão bem foi apresentada no início daquele vídeo. Lázaro não é o endereço, Lázaro não é aquele em que o rico depositava suas migalhas e o alimentava. O Lázaro se tornou o autor da parábola. Ele é o que dá as diretrizes.

Igrejas cristãs unidas aqui, através do CIR em Santa Catarina e Conic, são desafiadas a ver o pobre como aquele que participa conosco na transformação. Isso deve ser o nosso desafio nessa Campanha da Fraternidade, senão ela não tem sentido ser fraterna. Não é suficiente fazermos campanhas apenas para resgatar algumas famílias, alguma mulher, algum homem ali e inclui-lo.

Lázaro representa, com suas feridas e chagas, o desafio. E isso é bom. Ele não fica quieto. E mesmo depois da morte ele provoca a reação no meio dos ricos, dá para dizer assim, que pedem: vai lá e diga para os meus irmãos que ainda preciso ser chamado. Eles têm gente lá, e aqui entre nós, que pode levar essa voz. E nós temos que ser colaboradores; temos que criar espaços para que esse pobre e essa pobre não fiquem como sempre sendo objeto dos nossos projetos; eles têm que participar com espontaneidade.

Quero finalizar, para não repetir os discursos dos que me antecederam, e dizer que ontem eu vivenciei, em Rio das Antas, um município que não é muito conhecido em Santa Catarina, pequeno, com cinco mil e poucos eleitores, e a tendência é diminuir, uma coisa muito interessante. Por isso, quero concluir com essa fala: Ontem, duas mulheres se aproximaram de mim e perguntaram se eu iria falar hoje na Assembleia Legislativa. Eu respondi que não sabia, mas que viria até aqui. Ai elas disseram: "Puxa vida, a gente aqui trabalha no interior, faz receitas e produtos para comer, como queijo, salames etc. - receitas das nossas avós -, mas no momento não podemos fazer mais porque as leis nos proíbem; a vigilância sanitária recolhe os nossos produtos, e as nossas filhas não poderão mais aprender a receita porque fomos proibidas. Mas eu disse a elas que eu sempre compraria delas.

Então, temos que perguntar à Casa onde são feitas as leis o seguinte: a serviço de quem nós fazemos nossas leis? A serviço de quem nós colocamos a nossa economia? A nossa criatividade é desafiar neste momento como igrejas, como políticos e como cristãos. A serviço de quem nós estamos? Economia e vida. Economia não é pecado. Mas como ela é empregada? A serviço de quem nós estamos?

Tanto faz se eu ocupo uma cadeira de parlamentar ou se ocupo um cargo na igreja ou como alguém que representa e trabalha com ações pastorais ou movimentos sociais. Mas que nos unamos nessas forças e, a partir dessa experiência, sejamos criativos, como já foi mencionado.

As pessoas humildes e pobres são muito criativas, e com elas precisamos aprender outra forma de economia, para termos uma maior convivência e um maior respeito.

Terminei perguntando: será que é interessante comprar grandes projetos, instalar grandes projetos, usinas nucleares? Ou direcionar esse dinheiro para alternativas que defendem a vida na qual queremos viver também?

Que Deus nos ilumine e que sejamos criativos.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Finalizando esse momento de falas, convido para falar o padre Francisco de Assis Wlock, secretário executivo da CNBB, regional sul, representando neste ato sua excelência reverendíssima dom Murilo Sebastião Ramos Krieger, arcebispo metropolitano de Florianópolis.

O SR. PADRE FRANCISCO DE ASSIS WLOCK - Inicialmente, quero saudar o amigo e irmão no sacerdócio, deputado Padre Pedro Baldissera, que propôs esta sessão especial. E ao saudá-lo saúdo todos os componentes da mesa.

Quero saudar também os irmãos do sacerdócio que estão participando desta sessão, como o diácono João Flávio e sua esposa, os agentes da pastoral, as lideranças das várias igrejas, o coral da Assembleia Legislativa que tão bem tem interpretado o Hino Nacional, o hino da Campanha da Fraternidade, e as mulheres, é evidente, pelo Dia Internacional da Mulher. O que seria da igreja, o que seria da sociedade, o que seria da família sem a presença feminina?

(Palmas)

Há quem diga por aí que há muito homem que perde a cabeça por causa das mulheres ou que perdeu a cabeça. Eu gosto de dizer que não perdeu a cabeça, não. É que não tinha cabeça. Quem diz que perdeu é porque já não tinha cabeça. Não é verdade?

(Passa a ler.)

"No dia 16 de março de 2009 ocupava esta tribuna para falar sobre a Campanha da Fraternidade de 2009, que tinha como tema 'Fraternidade e Segurança Pública' e como lema 'A Paz é fruto da Justiça (Isaías 32,17)'. E eu começava citando, naquela ocasião, no dia 16 de março, um trecho do Evangelho de São Mateus: 'De graça recebestes, de graça dai.' Havia uma razão para essa citação: a Arquidiocese de Florianópolis vivera, em 2008, o ano comemorativo do centenário de sua criação. Lembrava as graças recebidas nos seus cem anos de história.

Sem querer exagerar, dizia eu, que a Campanha da Fraternidade é uma graça recebida de graça. Graças às ideias e ao idealismo de três padres, cujos nomes nem sabemos mais, e que, em 1961, idealizaram uma campanha para arrecadar fundos para as atividades assistenciais e promocionais da Caritas Brasileira e torná-la, assim, autônoma financeiramente.

A Campanha da Fraternidade deste ano vem confirmar o que eu disse no ano passado de que a ela é uma graça, que ela rompeu, pela terceira vez, as fronteiras da Igreja Católica envolvendo igrejas cristãs, membros do Conic, tornando realidade um desejo manifesto pelo Papa João XXIII, de saudosa memória, no discurso de abertura do Concílio Ecumênico Vaticano II, no dia 11 de outubro de 1962. Dizia o Papa: 'A solicitude da Igreja em promover e defender a verdade deriva do próprio designo de Deus 'que quer

salvar a todos e que todos cheguem ao conhecimento da verdade'.

Infelizmente, a família cristã não atingiu ainda essa unidade visível. A Igreja Católica julga, portanto, dever seu empenhar-se ativamente para que se realize o grande mistério daquela unidade que Jesus Cristo pediu com oração ardente ao Pai celeste, pouco antes do seu sacrifício.

Muitos passos já foram dados nessa direção. Um deles é, sem dúvida, a Campanha da Fraternidade Ecumênica, realizada pela primeira vez no ano 2000, da qual tive a graça de participar bem de perto em nome da Igreja Católica, pois na época respondia pela secretaria executiva da Campanha da Fraternidade da Igreja Católica. Confesso que foi uma experiência muito rica.

Estamos realizando mais uma Campanha da Fraternidade Ecumênica. Cada ano com um tema bíblico diferente. Somos convidados e convocados a deixar-nos interpelar: 'Não acumuleis tesouros na terra, onde as traças e os vermes arruinam tudo, onde os ladrões roubam. Acumulai para vós tesouros no céu' (Mateus, capítulo 6,19-20). 'Não podeis servir a dois senhores: ou odiarás a um e amarás o outro, ou te apegarás a um e desprezarás o outro. Não podeis servir a Deus e ao Dinheiro' (Mateus 6,24).

Eis o tema da Campanha da Fraternidade Ecumênica de 2010: Economia e Vida. Com este tema as igrejas cristãs do Conic - Conselho Nacional de Igrejas Cristãs - querem colaborar na promoção de uma economia a serviço da vida, fundamentada no ideal da cultura da paz.

Senhoras e senhores, o que move as igrejas a agir assim? É a graça, o amor de Deus e o testemunho de sua fé em Jesus Cristo. 'Nisto todos reconhecerão que vocês são meus discípulos, se vos amardes uns aos outros' (João 13,35). Essas palavras ecoam hoje na mente e no coração dos seus seguidores, que agem em resposta à sua missão: a de serem testemunhas de fraternidade, justiça e paz sobre a terra.

O Conic apresenta como desafio para esta campanha a busca de respostas a algumas perguntas:

. Como a fé cristã pode inspirar uma economia dirigida para a satisfação das necessidades humanas e a construção do bem comum?

. Em que medida existe responsabilidade das pessoas em relação à economia e como isso afeta a vida das pessoas e do meio ambiente?

. Que aspectos de conversão pessoal e de mudança estrutural poderiam ser considerados para que de fato a economia esteja a serviço da vida?

. Como fazer para que essas preocupações não sejam transitórias, mas se tornem de fato balizamento moral permanente?

A Campanha da Fraternidade quer ajudar a construir novas relações apontando princípios de justiça, denunciando ameaças e violações da dignidade e dos direitos, abrindo caminhos de solidariedade.

Nas Campanhas da Fraternidade Ecumênicas os temas, sabiamente, têm-se voltado para a valorização da pessoa, o cuidado da natureza e os grandes direitos dos seres humanos.

A Campanha do ano 2000, por exemplo, se inspirava nas muitas expectativas de reflexões motivadas pela virada do milênio. Seu tema era 'Dignidade humana e paz' e o lema escolhido era 'Novo milênio sem exclusões'.

Sua proposta foi o compromisso com o resgate da dignidade humana ferida, como dizia o texto base naquela ocasião, nos porões da vida, à luz do sol e nos bastidores da

política. É a nossa própria dignidade que está em jogo quando outras pessoas são humilhadas por ações diretas contra elas ou pelas consequências das estruturas injustas presentes em nossa sociedade.

Dando continuidade a esse propósito, em 2005 o tema da campanha que as Igrejas do Conic promoveram foi: Solidariedade e Paz, e o lema Felizes os que Promovem a Paz. O crescimento da violência, o terrorismo e as guerras frustravam, por incrível que pareça, as esperanças de um milênio de paz. A solidariedade foi proposta como solução cristã e verdadeiramente humana.

Embora a palavra paz não apareça dessa vez nem no tema nem no lema dessa campanha, ela continua como horizonte amplo e profundo de reflexão e de ação. Sabemos que a paz é ilusória quando o interesse econômico sacrifica pessoas, cria desigualdades e acaba sendo um ídolo que governa a vida.

Nesse espírito foram pensados tema e lema dessa campanha: Economia e Vida e Vocês não Podem Servir a Deus e ao Dinheiro (Mateus 6,24)

A economia existe para a pessoa e para o bem comum da sociedade, não a pessoa para a economia. A economia é um instrumento que deve estar a serviço das pessoas e não o contrário. O lema: Vocês não Podem Servir a Deus e ao Dinheiro' (Mateus 6,24) propõe-nos uma escolha entre os valores do plano de Deus e a rendição diante do dinheiro, visto como valor absoluto dirigindo a vida.

O dinheiro é útil e necessário como instrumento destinado ao serviço e ao intercâmbio de bens de uso, mas não pode ser o supremo comandante dos nossos atos, o critério absoluto das nossas decisões. Deve ser usado para servir ao bem comum das pessoas, na partilha e na solidariedade. Nossa atitude diante do dinheiro mostra muito o tipo de pessoa que somos. Se o enriquecimento e a acumulação continuam a ser o sonho de nossa sociedade, os valores se invertem e colocamos em segundo plano sua vida, sua dignidade, seu bem-estar.

Uma economia baseada no individualismo e na acumulação de bens materiais afasta-se radicalmente do projeto de Deus. Uma economia que ignore esse fundamento religioso estaria negando o sentimento religioso do nosso povo. Seria também inaceitável até para as pessoas que não pertencem à denominação religiosa alguma, mas que se percebem membros da grande e única família humana.

A campanha deste ano, senhores e senhoras, conclama igrejas, religiões e a sociedade para ações sociais e políticas que levem à implantação de um modelo econômico de solidariedade e justiça para todos. E para alcançar essa meta destaca a importância da ação coletiva para a transformação social, o diálogo permanente e a articulação das forças sociais, a colaboração entre igrejas e sociedade, uma política sindical que lute pelos direitos dos trabalhadores empregados e dos sem trabalho, sem moradia e sem garantias de sustento.

As comunidades cristãs não existem para si mesmas, mas são chamadas a servir. Nesse serviço não cabem competições por poder, mas os testemunhos de inclusiva solidariedade.

Hoje, estar do lado dos pequenos não é somente dar esmola ou distribuir

comida, mas criar consciência dos direitos, valorizar o trabalho, inventar novas formas de produção, integrar as pessoas em atividades remuneradas e exigir a proteção social para as pessoas em necessidade.

Entre as muitas lutas em que devem estar unidas igrejas e sociedade, o texto-base desta Campanha da Fraternidade Ecumênica destaca as que visam a conquista da emancipação do ser humano e do trabalho para que todas as pessoas tenham renda e garantia de condições e tempo liberado para o seu auto-desenvolvimento:

- Incluir, a proposta da Campanha da Fraternidade deste ano, a alimentação adequada entre os direitos previstos na Constituição Federal;

- Erradicar definitivamente o analfabetismo;

- Denunciar a exploração praticada por quem submete crianças ao trabalho e pessoas adultas a um tempo de trabalho acima da jornada legal;

- Mobilizar-se para defender a solidez das leis trabalhistas e apoiar a redução da jornada de trabalho sem redução de salário.

Diz o texto-base que um novo conceito de sistema bancário deve ser promovido. Diversos tipos de bancos do povo têm-se difundido nos últimos decênios com sucesso em muitos países. A campanha junta a voz de igrejas e entidades da sociedade civil em favor da criação desses bancos comunitários.

Sendo que a Justiça e os direitos econômicos são frutos e escolhas pessoais e públicas, é preciso:

- Lutar em favor de uma tributação justa e progressiva que exija mais das rendas altas e da riqueza concentrada e menos das rendas mais baixas;

- Promover ações que o direito à alimentação e nutrição, no conjunto dos direitos sociais, seja uma prioridade política que crie um sistema de segurança alimentar e nutricional de caráter estatal para todas as pessoas.

Preservar o meio ambiente de modo a mantê-lo ecologicamente equilibrado é dever e tarefa da sociedade e do estado, e é parte essencial da missão das igrejas cristãs que continuam lutando para:

- Impedir a depredação dos recursos naturais;

- Continuar a luta pela reforma agrária, que é uma luta histórica e uma necessidade de toda a sociedade.

Limitar a acumulação de capitais e do patrimônio é sinal de mudança de uma economia individualista para uma economia de solidariedade. Esta ideia pode ser ilustrada com uma pequena parábola, apresentada no próprio texto-base da campanha:

'Um príncipe foi salvo da morte por dois camponeses de aldeias próximas. Agradecido, deu a cada camponês um saco de sementes especiais, quase mágicas, que garantiriam grande produção.

Anos depois, já coroado rei, voltou às aldeias para ver o resultado de sua oferta. O primeiro camponês era agora rico, dono de uma grande fazenda, mas vivia assustado, cercado de arame farpado e guardas, numa aldeia sem recursos, no meio da miséria dos vizinhos.

A segunda aldeia ele quase não reconheceu. Era agora uma comunidade maravilhosa, com boas escolas, estradas para escoar a produção, hospital, saneamento, uma

beleza! É que o segundo camponês optou por partilhar as sementes que recebera.

Termino, como no ano passado, lembrando o saudoso Papa João Paulo II, que na abertura da 4ª Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano (1992), realizada na República Dominicana, afirmou:

'Esta é uma hora de graça para todos e para a Igreja que peregrina na América. Hora de graça e também de grande responsabilidade. Diante dos nossos olhos já se vislumbra o terceiro milênio. E se a Providência Divina nos convocou para lhe dar graças pelos 500 anos de fé e de vida cristã no Continente americano, com maior razão podemos dizer que nos convocou também para nos renovar interiormente.'

Portanto, aproveitemos essa hora de graça, assumamos nossa parcela de responsabilidade, suscitemos o debate sobre a economia e contribuamos na promoção da cultura, da paz nas pessoas, na família e na sociedade, para a construção da justiça social e a garantia de uma vida melhor para todos."

Tenho dito!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Gostaria, também, de divulgar a todos os presentes e àqueles que nos acompanham através da TVAL, aos ouvintes da Rádio Alesc Digital e à imprensa que está percorrendo um abaixo-assinado no sentido de buscar assinaturas para podermos entrar com um projeto de lei de iniciativa popular que dispõe sobre a política nacional de economia solidária.

Então, temos aqui esse abaixo-assinado e precisamos do título do eleitor e da assinatura. Não vou fazer a sua leitura, mas acompanhamos no dia-a-dia tantos outros abaixo-assinados. Inclusive, o tema é referente à alusão da Campanha da Fraternidade sobre Economia e Vida e a questão da economia solidária. Portanto, ele está à disposição no *hall* da Assembleia Legislativa para quem quiser assinar.

Antes de encerrarmos esta sessão especial, queremos agradecer a presença de cada um e de cada uma dos senhores e das senhoras, assim como da imprensa em geral, especificamente à TVAL e à Rádio Alesc Digital, às nossas taquigrafas, que acompanharam esta nossa sessão.

E faço um agradecimento especial ao nosso Coral da Assembleia Legislativa do nosso estado, que, mais uma vez, engrandeceu esse nosso evento. Muito obrigado à pessoa do maestro Reginaldo da Silva.

Também agradeço a todas as autoridades que compuseram a mesa e estiveram aqui presentes fazendo toda essa reflexão tão importante neste momento.

Antes de encerrar a sessão convidamos todos para participarem, em seguida, de um pequeno coquetel no *hall* desta Casa.

Convidamos todos para, de pé, ouvirmos a interpretação do Hino de Santa Catarina, sob a regência do maestro Reginaldo da Silva.

(Procede-se à interpretação do hino.)

Encerramos a presente sessão, convocando outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 014ª SESSÃO ORDINÁRIA DA

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 09 DE MARÇO DE 2010

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERÍSIO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada De Luca - Adherbal Deba Cabral - Ana Paula Lima - Carlos Chiodini - Cesar Souza Júnior - Dagomar Carneiro - Darci de Matos - Décio Góes - Dirceu Dresch - Edison Andrino - Elizeu Mattos - Genésio Goulart - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - José Natal - Kennedy Nunes - Lício Mauro da Silveira - Manoel Mota - Marcos Vieira - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Ozair Polaco - Padre Pedro Baldissera - Pedro Uczai - Professora Odete de Jesus - Renato Hinnig - Reno Caramori - Rogério Mendonça - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvío Dreveck - Valmir Comin.

SUMÁRIO

Breves Comunicações

DEPUTADO OZAIR POLACO - Faz seu discurso de posse.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Deseja boas-vindas ao deputado Ozair Coelho de Souza.

DEPUTADO JOSÉ NATAL - Deseja boas-vindas ao deputado Ozair Coelho de Souza.

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Deseja boas-vindas ao deputado Ozair Coelho de Souza.

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Deseja boas-vindas ao deputado Ozair Coelho de Souza.

DEPUTADA ODETE DE JESUS - Deseja boas-vindas ao deputado Ozair Coelho de Souza; engrandece o desempenho das mulheres no mundo; tece comentários contra os transgênicos.

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Faz um balanço com relação a movimentos que compareceu.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Defende os praças da PM e do Corpo de Bombeiros; fala sobre a lei de anistia aos policiais e bombeiros voluntários; lamenta acidente que ceifou a vida e colegas.

DEPUTADO JEAN KULHMANN - Cumprimenta as mulheres pelo dia 08/03; fala sobre veto a projeto de sua autoria.

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA (pela ordem) - Registra Adin impetrada pela Procuradoria-Geral da República.

Partidos Políticos

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sauda Joinville pelo aniversário da cidade; tece comentários sobre o cenário político nacional.

DEPUTADO RENATO HINNIG - Tece comentários a respeito do PMDB e as prévias.

DEPUTADO JEAN KULHMANN (aparte) - Questiona deputado Renato Hinnig sobre o PMDB;

DEPUTADO DÉCIO GÓES (pela ordem) - Defende o PT.

DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Fala sobre as obras do PAC.

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA (aparte) - Fala sobre projeto de Guaraciaba.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Cobra cumprimento da lei que anistia policiais; defende o PT.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Defende o cumprimento da Lei n. 254; critica atitudes do governo com relação aos praças da PM.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA (pela ordem) - Registra movimento contra Ato Médico.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Defende os praças; critica o governo estadual.

ORDEM DO DIA

DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO - Discute o PL 0306/09.

DEPUTADO SILVIO DREVECK - Discute o PL 306/09.

DEPUTADO PEDRO UCZAI - Discute o PL 0306/09.

DEPUTADO PEDRO UCZAI (pela ordem) - Declara voto contrário ao PL 0306/09.

DEPUTADO DÉCIO GÓES (pela ordem) - Se abstém de votar o PL 0306/09.

DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO (pela ordem) - Defende o PL 0306/09.

DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Discute o PL 0499/09.

DEPUTADO MANOEL MOTA (pela ordem) - Registra presença de lideranças do município de Armazém.

DEPUTADO PEDRO UCZAI (pela ordem) - Questiona nome a ginásios de esporte.

DEPUTADO SILVIO DREVECK (pela ordem) - Pede retirada do PI 0012/2010.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Discute PI 0024/2010.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Pede para subscrever o PI 0024/2010.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Discute o PI 0025/2010.

DEPUTADO SERAFIM VENZON (pela ordem) - Registra presença de lideranças do município de Brusque.

DEPUTADO DÉCIO GÓES (pela ordem) - Registra presença de lideranças do município de Tubarão.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (pela ordem) - Registra presença de lideranças do município de Tubarão.

DEPUTADO EDISON ANDRINO (pela ordem) - Solicita espaço para o presidente da Federação do Comércio Varejista de SC se pronunciar.

DEPUTADO PEDRO UCZAI (pela ordem) - Registra presença de lideranças do oeste.

DEPUTADO KENNEDY NUNES (pela ordem) - Registra homenagem a Joinville.

EXPLICAÇÃO PESSOAL

DEPUTADO JAILSON LIMA - Reporta-se ao trem da alegria da Alesc.

DEPUTADO JEAN KULHMANN - Parabeniza a Acib de Blumenau; faz homenagem às mulheres pelo seu dia; fala sobre evento em Presidente Getúlio; questiona a Portaria federal n. 289.

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Cumprimenta as mulheres pelo seu dia.

DEPUTADO MANOEL MOTA - Defende o governo do estado e critica manifestações do deputado Joares Ponticelli.

DEPUTADO EDISON ANDRINO - Registra homenagem a Marilu e a Jamile; homenagem Ninita Muniz; fala sobre o desemprego.

DEPUTADO PEDRO UCZAI - Reporta-se à universidade Federal Fronteira Sul.

DEPUTADO VALMIR COMIN - Reporta-se ao assassinato ocorrido no presidio Santa Augusta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Havendo quórum regimental e

invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Antes das Breves Comunicações, vamos proceder ao ato de posse do sr. deputado Ozair Coelho.

(Passa a ler.)

"ATO DA MESA n. 008-DL, de 2010
A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, em conformidade com o dispositivo no art. 57, inciso II do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONVOCA o cidadão Sérgio Grando, 1º Suplente do Partido Popular Socialista - PPS, para ocupar cadeira de Deputado neste Poder, em decorrência do afastamento do titular, Deputado Altair Guidi, indicado para o cargo de Secretário de Estado de Planejamento. PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, de março de 2010

Deputado Gelson Merísio

Presidente"

Com o declínio da convocação do deputado Professor Grando, vamos proceder ao seguinte ato:

(Passa a ler.)

"ATO DA MESA n. 009-DL, de 2010
A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, de acordo com o disposto no art. 57, § 1º, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONVOCA a cidadã Anna Christina Barichello, 2º Suplente do Partido Popular Socialista - PPS, para ocupar cadeira de Deputado neste Poder, por declínio do 1º Suplente, em decorrência do afastamento do Deputado Altair Guidi.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, de março de 2010

Deputado Gelson Merísio

Presidente"

Com o declínio da suplente Anna Christina Barichello:

(Passa a ler.)

"ATO DA MESA Nº 010-DL, de 2010
A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, de acordo com o disposto no art. 57, § 1º, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONVOCA o cidadão Ozair Coelho de Souza, 3º Suplente do Partido Popular Socialista - PPS, para ocupar cadeira de Deputado neste Poder, por declínio do 2º Suplente, em decorrência do afastamento do Deputado Altair Guidi.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 09 de março de 2010

Deputado Gelson Merísio

Presidente"[sic]

Convido para proceder o seu juramento o deputado Ozair Polaco. V.Exa. pode usar a tribuna.

O SR. DEPUTADO OZAIR POLACO - "Prometo manter, defender e cumprir a constituição do Brasil, a constituição do estado de Santa Catarina e observar as leis desempenhando leal e sinceramente o

mandato que me foi outorgado pelo povo catarinense."

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Esta Presidência convoca o deputado Ozair Polaco para assinar o livro de posse.

Antes de assinarmos o livro, quero registrar com muita alegria a presença do nosso deputado Altair Guidi que, num gesto de democracia, permite que o terceiro suplente do seu partido possa assumir o exercício das funções nesta Casa.

Parabéns, deputado Altair Guidi. É um prazer tê-lo aqui.

(Procede-se à assinatura do livro.)

Declaro empossado o deputado Ozair Polaco e concedo-lhe a palavra por até 15 minutos.

O SR. DEPUTADO OZAIR POLACO - Quero saudar o presidente da Assembleia Legislativa do estado de Santa Catarina, deputado Gelson Merisio, neste ato aqui representado pelo deputado Moacir Sopelsa.

Srs. deputados e sras. deputadas, com muita alegria assumo aqui uma cadeira de deputado do nosso estado, oportunidade essa que devo ao deputado Altair Guidi, homem de palavra, exemplo a ser seguido por todos nós, companheiro leal, eis que aquilo que tratamos há quatro anos ele está cumprindo.

Quero agradecer ao deputado, secretário da Agricultura, Antônio Ceron, que é meu espelho na política, homem de palavra, sério, amigo de todas as horas.

Quero agradecer também ao deputado Onofre Santo Agostini, que me deu muita força para hoje estar aqui.

Eu não poderia deixar de agradecer ao líder do meu partido, senador Raimundo Colombo, pessoa que aprendi a gostar pela convivência. Eu aprendi e amadureci muito na política com esse homem que tem muito a nos oferecer.

Quero agradecer aqui aos meus amigos que se deslocaram da região serrana para me prestigiar, nesta tarde, aos prefeitos, aos vereadores, especialmente aos três coordenadores da minha campanha, ao Marcelo Pereira, que está aqui, ao Moacir Waltrick, que não está aqui, e ao Branco, que se faz presente, e em seu nome saúdo todos os meus amigos.

Quero agradecer à minha família, às minhas filhas que estão presentes, Larissa e Alice, à minha netinha Ana, que me deram muito apoio, pois muito me ausentei enquanto fazia campanha.

Não foi fácil chegar aqui, pois concorri com 30 candidatos a deputado estadual pelo PPS. Fiquei como terceiro colocado. Perdi apenas para o deputado Altair Guidi e para o primeiro suplente, deputado Professor Grando, e para a segunda suplente, Christina Barichello, por apenas 22 votos.

Venho de Otacilio Costa, uma cidade pequena, e tenho muito orgulho de representá-la nesta Casa. Naquela cidade fui o vereador mais votado, vice-prefeito e presidente da Câmara. Perdi três eleições para prefeito, nesta última fazendo 47% dos votos válidos.

Sras. deputadas e srs. deputados, vou conviver com v.exas. durante 60 dias e tenho certeza de que vou aprender muito. Mas podem ter certeza de que vou levar daqui a melhor recordação da minha vida política, porque vai ficar marcado na minha história e na da minha cidade, mas principalmente no meu coração.

Quando estava fazendo campanha para deputado estadual, e nunca sabemos o que Deus reserva para cada um de nós, Deus me tinha reservado a perda de um filho. Perdi

o meu filho quase no início da campanha, um menino de 18 anos. Foi morto aqui na praia da Pinheira, e quem é pai sabe o que significa isso. O meu filho era uma pessoa muito importante. Hoje, eu tenho a certeza de que lá no céu ele está feliz por seu pai. Naquele momento eu não conseguia fazer campanha; foram os meus amigos que me levaram. Eu queria desistir, mas eles não deixaram. Mesmo assim consegui ser o terceiro suplente. Isso é só para vocês entenderem um pouco da minha história. Hoje, estou aqui de cabeça erguida e quero aprender com v.exas., mas quero deixar a minha marca e trabalhar pela minha região serrana, especialmente pelo meu município. Perdi a eleição para prefeito, mas como disse no sábado, no meu pronunciamento, vou-me unir ao prefeito em exercício, o Tibúrcio, que o deputado Moacir Sopelsa conhece muito bem. Inclusive, já liguei para ele colocando-me à sua disposição. E vou trabalhar pela minha cidade.

Um abraço a todos e muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Obrigado, deputado. Quero, em nome dos deputados da Assembleia Legislativa, cumprimentá-lo. Que v.exa. possa ter uma boa estada aqui.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Sargento Mauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Quero aproveitar esta oportunidade para cumprimentar o nosso colega, futuro prefeito de Otacilio Costa, deputado Ozair Polaco, e dizer que é uma satisfação tê-lo aqui, na Assembleia.

Nós também estamos à disposição para trabalhar em todas as questões que forem importantes para a sua região, para o seu mandato. É uma satisfação tê-lo agora também como colega de plenário, trocar idéias e crescermos juntos cada vez mais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Sargento Amauri Soares.

O Sr. Deputado José Natal - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado José Natal.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Sr. presidente, em nome da bancada do PSDB, eu também desejo ao Ozair Polaco um momento profícuo, na certeza de que Otacilio Costa e Santa Catarina irão realmente ganhar com a sua vinda para este Parlamento. Realmente tudo que se faz nesta Casa norteia a vida de muitos catarinenses. Desejo a v.exa. sucesso. E se eu puder contribuir em alguma coisa com o amigo, coloco-me à disposição, assim como também a bancada do PSDB, da qual faço parte.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado José Natal.

Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Ismael dos Santos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente, também em nome da bancada dos Democratas queremos dar as boas-vindas ao deputado Ozair de Souza Coelho, o popular Polaco. Ele já dizia das suas muitas tentativas para chegar a esta Casa, enfim, da sua caminhada política, e o poeta já sentenciava que a perseverança é a rainha das virtudes. E hoje isso se traduz na perseverança do colega deputado, que vem lá de Otacilio Costa, neste ato histórico para a sua cidade e para a sua biografia. Parabéns!

O Sr. Deputado Padre Pedro Baldissera - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Ismael dos Santos.

Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Padre Pedro Baldissera.

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Sr. presidente, posso falar agora em nome da bancada do Partido dos Trabalhadores. Deputado, acho que a sua luta, a sua perseverança na busca incansável de um objetivo, de um ideal, fez que chegasse a esta Casa.

Desejo-lhe em nome da bancada boas-vindas, bom trabalho e com certeza Otacilio Costa e toda aquela grande região é digna da presença de v.exa. nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Padre Pedro Baldissera.

Esta Presidência mais uma vez cumprimenta o deputado Ozair Coelho de Souza, desejando uma boa estada nesta Casa.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra a oradora inscrita, deputada Professora Odete de Jesus, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS - Sr. presidente, deputado Moacir Sopelsa, demais srs. integrantes da mesa, sras. deputadas, srs. deputados, amigos que nos acompanham, nossas queridas taquígrafas, imprensa falada, escrita e televisada. Este é um momento importante quando o Poder Legislativo tem a honra de receber mais um sr. deputado para compor este colegiado de 40 parlamentares.

Quero parabenizar o deputado Ozair de Souza, conhecido como Polaco. Carinhosamente assim o chamamos lá no município de Otacilio Costa, região muito próspera, que também teve a honra de eleger o vereador Edson Pasold, do meu Partido Republicano Brasileiro, que assumiu a Presidência da Câmara Municipal. E tenho certeza de que s.exa. o conhece.

Então, em nome do PRB, quero respeitosamente deixar o meu gabinete à sua inteira disposição. Tenho certeza de que aqui se sentirá muito bem, porque somos uma grande família, um colega ajuda o outro, tudo na maior harmonia. Sr. presidente, é mais um deputado desbravador que vem para ajudar o estado de Santa Catarina.

Que pena que ontem não tivemos sessão. Mas o presidente convocou uma homenagem a todas as mulheres deste Poder, às funcionárias, às deputadas. E quero agradecer ao presidente Gelson Merisio que até nos deu espaço no jornal desta semana, um jornal de grande circulação no estado. Ele abriu um espaço para as três mulheres deste Parlamento. A deputada Ada de Luca pode fazer sua colocação muito brilhantemente. Uma deputada de pulso, uma mulher que no seu primeiro mandato mostrou a diferença. A deputada Ana Paula Lima também tem feito um trabalho belíssimo neste Poder representando Blumenau. E esta deputada que voz fala também pode fazer as suas colocações.

Ganhamos um espaço muito importante na página 5 do jornal da Assembleia Legislativa. Quero agradecer ao presidente por essa matéria, pois tenho certeza de que tem a sua digital, porque ele fala da união das mulheres. É uma matéria muito boa.

Estive também olhando o jornal Folha Universal, que toda a semana faço uma leitura, que está com uma tiragem muito grande, 2.571.000 exemplares, e fala também

sobre a mulher. E a mulher em alguns lugares ainda continua, na área trabalhista, a ser bastante discriminada. O jornal traz o depoimento de uma senhora de 59 anos que ainda está sustentando a família, catando papelão para poder dar sustento aos filhos e à família. E mostra uma grande passeata das mulheres unidas pedindo mais justiça, igualdade e invocando a Lei Maria da Penha, porque a mulher não pode mais aceitar ser usada, abusada. Nós hoje carregamos em nossa bolsa a Lei Maria da Penha.

Ontem, no dia 08 de março de 2010, comemoramos 100 anos do Dia Internacional da Mulher. O mundo parou para comemorar. Não pude me fazer presente nesta homenagem porque fui ministrar uma palestra em São Paulo sobre os produtos geneticamente modificados, os transgênicos.

Quero chamar a atenção - não só das donas de casa, e aí me incluo - da dra. Elizabete Baêso, presidente da Adocon - Associação das Donas de Casa, dos Consumidores e da Cidadania - e também do Ministério Público, que tem a função fiscalizadora e é cumpridora do seu papel na sociedade, com relação aos produtos geneticamente modificados, porque a dona de casa coloca na mesa aquilo que as crianças vão comer, que a família vai comer, portanto, ela precisa saber o que está colocando na mesa.

Segundo pesquisas realizadas, sabemos que os produtos transgênicos estão aí sendo vendidos à vontade, inclusive existem produtos nos mercados com um simbolzinho de transgênico e embaixo está escrito aprovado. O consumidor, deputado Ismael dos Santos, então acha que o produto está aprovado. E depois quais são as consequências que virão para as gerações futuras? Nós sabemos que quem se alimentou com os transgênicos teve graves problemas, inclusive foram realizadas pesquisas com ratos e outros animais que apresentaram danos em sua saúde.

Então, quero afirmar que a dona de casa não quer mais ser chamada de rainha do lar! Isso já caiu de moda! Hoje ela está na linha de frente, porque é quem dá opinião para o esposo, é ela quem cuida da roupa, da educação dos filhos, quem indica a escola que o filho deve estudar. Ela sempre está dando a sua opinião e querendo o melhor para a sua família.

Então, senhores, nós também não gostamos de ser chamadas de sexo frágil. Isso também já está ultrapassado, pois nós não somos frágeis, não! Eu digo por mim, porque nós suportamos a dor da morte, deputado Sargento Amauri Soares, e a dor do parto, de dar a luz a uma vida.

Então, queremos homenagear todas as mulheres catarinenses que trabalham fora, que têm que dar a volta por cima, que trabalham, muitas vezes com dores insuportáveis, mas elas sabem que têm que sustentar o lar, têm que levar o pão nosso para casa.

Quero parabenizar todas as mulheres catarinenses e todas as esposas dos deputados. Um abraço bem grande.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Padre Pedro Baldissera, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada, trago um pouco daquilo que aconteceu neste final de semana, quando estive acompanhando parte dos debates e das discussões nas diferentes mobilizações que

aconteceram no interior do nosso estado. Destaco aqui a do dia de ontem, quando em várias regiões aconteceram movimentos urbanos das mulheres, assim como das mulheres camponesas ou da via campesina, que se reuniram para debater e discutir sobre as diferentes políticas que norteiam a vida de cada uma delas.

O importante é que entre os diferentes temas discutidos e levantados surgiu um que é muito importante, que envolve a questão ambiental. Eu acho que é dessa forma que vamos tomando consciência desse processo de mudanças e de transformações tão necessárias à sociedade em que vivemos.

Em Dionísio Cerqueira, por exemplo, mais de mil mulheres estiveram reunidas num encontro regional, que manifestou naquele momento a participação definitiva da mulher em todos os segmentos e setores da sociedade. A presença feminina é muito importante no debate e na construção de políticas voltadas para a construção de uma sociedade mais fraterna, mais igualitária e, acima de tudo, mais justa. E quando se refere à questão ambiental, fala-se de todo o conjunto de ecossistemas que envolvem, que fazem parte do próprio bioma, no sentido de nos desafiar no cuidado que temos que ter com a natureza.

Acho que essa reflexão foi muito bem pontuada e debatida ontem nas diferentes regiões, através das manifestações e das mobilizações do Dia Internacional da Mulher.

Além disso, tivemos a felicidade de participar de dois importantes encontros. Um deles foi organizado no vale do rio do Peixe, para discutir, debater, juntamente com o ministério da Aquicultura e Pesca, a cadeia produtiva do peixe. E a nossa comissão de Aquicultura e Pesca, que presido nesta Casa, se fez presente contribuindo no debate e na discussão sobre os municípios que fazem parte do vale do rio do Peixe. Grande número de pessoas esteve presente que, aliás, aposta nessa alternativa de produção e ao mesmo tempo de geração de renda, através da agregação de valor da piscicultura nas águas continentais, ou seja, no interior do estado de Santa Catarina.

Acho que foi um momento importante, porque a presença do ministro engrandeceu o evento e ao mesmo tempo trouxe perspectivas dentro dessa cultura ou atividade da cadeia produtiva do peixe. Além disso, tivemos a oportunidade de estar reunidos em Abelardo Luz, onde está sendo realizada a Expo-Peixe, uma feira que vem sendo organizada pelo poder público local, mas coordenada pelas cooperativas que fazem parte da reforma agrária. Abelardo Luz hoje é o município com maior número de assentamentos dentro do nosso estado de Santa Catarina.

Neste sentido, os assentamentos que já tiveram uma grande conquista com a construção do frigorífico para abater o peixe para fazer a filetagem manifestaram também todo esse trabalho e a diversidade da produção, como também a questão de agregação de valor através da Expo-Peixe, essa grande feira realizada anualmente naquele município que, ano após ano, vem tomando uma dimensão enorme. Isso está servindo de motivação para que dentro dos assentamentos, com o apoio das prefeituras, nos programas que o ministério possui, possa desenvolver-se a piscicultura.

Com a presença do ministro essa atividade ganhou um contorno todo especial. E nesse sentido acreditamos que pela falta de peixe que temos no nosso Brasil, importamos

milhares de toneladas anualmente para abastecer o consumo interno no nosso país, portanto, se faz necessário um investimento nessa área garantindo ao mesmo tempo mais renda para aqueles que produzem o peixe.

Além disso, tivemos aqui na noite de ontem, na Assembleia Legislativa, um momento extremamente importante, já que por encaminhamento meu fizemos uma sessão especial no sentido de dar visibilidade dentro do Poder Legislativo da Campanha da Fraternidade deste ano, uma campanha ecumênica que reúne várias igrejas, que se somaram pela terceira vez em torno de um tema estratégico e importante que é a economia, a vida e que traz como lema: vocês não podem servir a Deus e ao dinheiro, Inspirado em São Lucas (4,24).

Essa campanha nos desafia, a cada um e a cada uma de nós, no sentido de, através da nossa organização, colocar no centro de tudo isso a valorização do ser humano para recuperar inúmeros valores que se perderam no processo da caminhada da vida e aquilo que para nós é mais digno e mais importante, que é a vida dos seres humanos.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Deputado Ismael dos Santos, v.exa. por outros compromissos não pode estar presente, mas saiba que foi um momento extremamente importante e positivo, porque através dele o Poder Legislativo teve a possibilidade de engrandecer esse tema tão importante que todas as igrejas cristãs neste momento debatem em torno da Campanha da Fraternidade.

Ouçõ v.exa., nobre deputado.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Padre Pedro Baldissera, quero parabenizá-lo pela iniciativa e dizer que ontem à noite, de fato, estávamos numa sessão na Câmara de Vereadores de Joaçaba; por isso, não estivemos presente. Mas trazer essa temática ao Parlamento é imprescindível e quero acrescentar ao lema da Campanha da Fraternidade de 2010 as próprias palavras de nosso Senhor Jesus Cristo, quando disse: "Onde estiver o vosso tesouro, ali estará o vosso coração."

Parabéns!

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Obrigado, deputado Ismael dos Santos, incorporo o seu aparte ao meu pronunciamento.

Quero destacar aqui que estiveram presentes o pastor Inácio Lemke, o bispo emérito da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, dom Clóvis Erly Rodrigues, o pastor Rui Petry, da Igreja Evangélica de Confissão Luterana, e o padre Francisco de Assis Wlock, secretário executivo da CNBB, regional sul, representando o bispo dom Murilo Krieger.

Portanto, foi um momento importante realizado...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Obrigado, deputado Padre Pedro Baldissera.

O próximo orador inscrito é o sr. deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, companheiros da Associação de Praças do Estado de Santa Catarina - Aprasc -, que estão aqui com o Movimento das Esposas e Familiares dos Praças, público que nos acompanha nesta sessão, telespectadores da TVAL e ouvintes da

Rádio Alesc Digital, como estamos vendo aqui temos uma manifestação da Associação dos Praças, que estão fazendo aqui um movimento das esposas, com faixas falando o óbvio, aquilo que já temos pronunciado desta tribuna algumas vezes: que o governo de Santa Catarina, o governador Luiz Henrique da Silveira, que está mais uma vez viajando, não cumpre uma lei federal que está em vigor há praticamente dois meses, que é a lei que anistia os policiais e bombeiros voluntários, unidos por reivindicarem melhores condições de salário e de trabalho. Mas Santa Catarina não cumpre essa lei, e o governador do estado, inclusive, foi o único que se manifestou contra a sanção dessa lei e foi o único também dos governos estaduais que entrou com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade. Nós vamos falar mais sobre esse assunto posteriormente. Agora quero fazer um apanhado da semana, pois, por motivos de saúde, não estive presente desde quarta-feira passada.

Quero lamentar a morte do coronel Paulo Moukarzel, do major Cláudio de Oliveira Nolasco e do sargento Oliveira Ribeira da Silva Filho, naquele acidente da quarta-feira passada. Nós tínhamos pouca relação com aqueles três policiais - e tive a oportunidade de trabalhar com o então o primeiro-tenente Oliveira Ribeira da Silva Filho -, mas de qualquer forma e apesar das posições políticas divergentes nossas por parte do coronel Moukarzel, quero manifestar os nossos sentimentos e a nossa solidariedade com os amigos, os familiares e com todos os policiais militares da Polícia Militar Rodoviária Estadual.

Lastimo também a morte do policial civil Elizeu de Souza Júnior, filho do nosso amigo Elizeu de Souza, que trabalha na secretaria da Segurança. Durante todo esse tempo que o Ronaldo Benedet é secretário, desde 2004, nós tivemos momentos de bastante diálogo e outros de dificuldades, acreditamos, por responsabilidade e posicionamento do governador Luiz Henrique, mas o Elizeu sempre foi um amigo nosso na perspectiva de buscar viabilizar condições para o diálogo.

O Elizeu perdeu o filho dele, um menino de 19 anos, policial civil há um ano e pouco, de forma trágica e lamentável, num latrocínio, no último final de semana, na cidade de São José.

Queremos manifestar a nossa solidariedade ao Elizeu e a todos os policiais civis do estado de Santa Catarina.

O Sr. Deputado Décio Góes - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Pois não!

O Sr. Deputado Décio Góes - Deputado Sargento Amauri Soares, gostaria, em meu nome e em nome da bancada do PT de me solidarizar também com as famílias enlutadas e somar-me ao pronunciamento de v.exa. O jovem Elizeu era de Criciúma, nosso conterrâneo, e na tarde de ontem houve o seu sepultamento. Foi muito comovente, houve bastantes manifestações. Não pudemos ir, porque estávamos a caminho de Florianópolis, mas queremos solidarizar-nos e lamentar essa perda pelas circunstâncias. A perda de um filho é a última coisa que um pai gostaria de sentir. Então, nós não conseguimos nem imaginar a dor que esta família está sentindo.

Então, somamo-nos ao seu pronunciamento.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Muito obrigado, deputado Décio Góes. Incorporamos o seu pronunciamento ao nosso discurso.

Quero continuar falando sobre segurança pública, sobre a morte, também por latrocínio, do empresário de São José, Valmir Francisco da Silva, dono da Casa dos Parabrisas, no final da tarde, assim, num entardecer como o de hoje, por exemplo. Os bandidos entraram lá para assaltar e mataram o empresário!

Houve tiroteio na Beira-Mar um dia desses, que é o metro quadrado mais caro do Brasil, segundo divulgação. Agora, há tiroteio em plena luz do dia, ou em qualquer hora do dia ou da noite. E isso tem sido normal com as famílias e outras famílias misturadas no meio do trânsito. Até parece filme de terror, aqueles filmes de Hollywood! Está acontecendo aqui, na nossa capital, na Beira-Mar, que é um lugar muito conhecido na cidade e no estado. Só neste final de semana houve mais dez homicídios no estado de Santa Catarina! Mas o caso mais falado, curiosamente, foi a situação de dois policiais militares - e usarei um termo usado em Imbuia - que deram um *cabuim* num tarado aqui no outro lado da ponte. Então, o fato mais falado pela imprensa neste final de semana foi essa situação dos dois policiais militares.

Eu quero abordar esse assunto da forma oposta que nos chegou, começando pelo Dia Internacional da Mulher, que foi ontem. Queremos parabenizar todas as mulheres, especialmente as que lutam pelos seus direitos, as policiais, as integrantes do Corpo de Bombeiros, da Polícia Civil, do sistema prisional, as servidoras da Saúde, as professoras, as operárias camponesas, as estudantes, as servidoras públicas em geral, as trabalhadoras e servidoras da Assembleia Legislativa, enfim, todas as mulheres que lutam pelos seus direitos.

Quero fazer um cumprimento especial às mulheres que lutam, esposas dos praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, que num determinado dia tomaram o céu de assalto deixando a condição de coadjuvantes para serem protagonistas da luta pelo direito dos policiais e dos bombeiros militares.

Ontem eu conheci outra mulher, deputado José Natal: Edilaine Bispo de Menezes. Coincidentemente, mora no Jardim Zanellato, a 300m da minha casa. Ela é empregada doméstica e trabalha em dois empregos para poder manter-se, como também a sua família. Ela trabalha em Coqueiros. Sai às 5h50 de casa todos os dias e chega em casa, na volta, às 21h30. Desce do ônibus no Estreito e atravessa aquela passarela para ir trabalhar em Coqueiros, mas faz dois anos que está sendo vítima de um tarado que, vez por outra, vai para o meio da estrada e tira toda a roupa, fica completamente nu, assediando e n, e escolhe algumas delas.

Já aconteceram várias ocorrências nesse sentido, mas a Polícia não conseguiu encontrar o sujeito. Eis que na sexta-feira o cara repetiu o gesto. D. Edilaine, que já foi à delegacia há sete meses reclamar e não conseguiu solução para o seu caso, foi novamente na última sexta-feira na base policial. Ela já ia ser despachada, como todas as outras vezes, até que afirmou o seguinte aos policiais militares que lá estavam: "Isso é porque eu sou pobre, sou negra, sou doméstica. Se eu fosse uma madame vocês fariam alguma coisa."

Um dos policiais, ao ouvir o que ela disse, ficou revoltado, indignou-se e saiu dali junto com ela e com o seu colega. Acharam o tarado e acabaram tomando aquela atitude que todos nós conhecemos. O cara é o tarado do parque, que há anos vem tirando a roupa, ficando completamente pelado na frente das

mulheres do outro lado da ponte, na região do Saco da Lama, no portal turístico da cidade. Mas o soldado acabou concordando que cometeu um erro, que se excedeu, que agiu por emoção, em defesa de uma mulher que se mostrou indefesa.

É preciso ver esse fato como mais uma deficiência da Segurança Pública no estado, como mais uma incapacidade do estado para dar solução a problemas tão simples e que acaba, mais uma vez, sobrando, infelizmente, para o lado mais fraco...

(Discurso interrompido pelo término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Obrigado, deputado Sargento Amauri Soares.

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, terça-feira, os primeiros minutos são destinados ao DEM.

Com a palavra o deputado Jean Kuhlmann, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Sr. presidente, srs. parlamentares, srs. parlamentares, primeiramente quero cumprimentar, de forma carinhosa, em nome da deputada Ada de Luca, que está aqui ao meu lado, já que ontem não tivemos oportunidade, todas as mulheres pelo seu dia.

Eu nasci em 1975, srs. parlamentares, no Dia Internacional da Mulher. Por isso, tenho muita alegria, muita satisfação de fazer esse cumprimento a todas as mulheres que sempre utilizaram o dia 8 de março como um dia de luta, de reivindicação, de buscas dos seus direitos, para que possam ter igualdade de tratamento com os homens. E hoje, muito mais do que a busca dos direitos, a mulher já conquistou o seu espaço, o direito ao voto, o direito de participar efetivamente da política e de trabalhar com as mesmas condições de igualdade que o homem.

Então, as mulheres agora podem utilizar esse dia como um grande dia de reflexão não só para elas, como também para os homens, que têm que fazer uma reflexão quanto à sua conduta, o seu respeito para com as mulheres. Por isso esse dia é tão importante para as mulheres e para os homens.

Por essa razão eu gostaria de iniciar este pronunciamento cumprimentando todas as mulheres pelo seu dia. Com certeza, o Dia Internacional da Mulher não é somente o dia 8 de março. O Dia Internacional da Mulher são todos os dias do ano, porque ela tem que ser respeitada pelo seu valor, pela sua sensibilidade, pelo seu jeito simples, humilde e, acima de tudo, sincero de fazer as coisas.

Gostaria também, srs. parlamentares, de comentar um assunto que me traz à tribuna esta tarde. Recebi uma correspondência desta Casa, em meu gabinete, comunicando o veto a um projeto de lei de minha autoria. Trata-se do veto total ao projeto que dispõe sobre a remessa de carta com aviso e recebimento AR aos candidatos aprovados em concurso público no âmbito de Santa Catarina.

Deputado Antônio Aguiar, esse projeto de lei veio a esta Casa, foi aprovado por unanimidade e tem como objetivo fazer com que o cidadão que prestou concurso seja comunicado, através de correspondência AR, de todas as etapas que vão acontecendo após a realização do concurso, ou seja: se o cidadão passou na 50ª posição e serão chamadas dez pessoas, que ele receba uma correspondência avisando que aquelas dez pessoas serão chamadas, para evitar qualquer tipo de dolo ou fraude e para evitar que o concurso seja feito de forma negativa,

permitindo que o direito das pessoas seja respeitado.

Isso independentemente, srs. deputados, de a pessoa que fez o concurso ter sido chamada para a vaga ou não. Não é essa a questão. A questão é a transparência, é avisar ao cidadão dizendo que está na vaga X; que será chamada uma pessoa ou que serão chamadas dez pessoas. Essas pessoas são o cidadão tal, como a d. Maria, o João, enfim, todas as pessoas que passaram no concurso.

Deputado Kennedy Nunes, isso daria mais transparência aos concursos públicos, e as pessoas poderiam acompanhar e evitar qualquer tipo de fraude. Mas, infelizmente, esse projeto foi vetado.

Eu gostaria de dizer a todos os parlamentares que vou lutar e pedir a colaboração de todos para a derrubada do veto. Entendo que é um projeto meritório, algo extremamente importante, não somente para nós, parlamentares, como para toda a sociedade catarinense. Tenho certeza de que isso é algo extremamente importante para aqueles que um dia prestarão concurso público ou para aqueles que, porventura, tenham um parente nessa situação.

Eu, que recebi um material dos Correios, srs. parlamentares, quero também aproveitar este momento para falar um pouco a respeito do projeto de minha autoria que está tramitando nesta Casa, na comissão de Constituição e Justiça, que pede a criação, em Santa Catarina, do licenciamento eletrônico de veículos. A ideia é que o cidadão receba, na hora de renovar o documento do seu veículo, uma correspondência informando as obrigações que tem e que ele possa, se quiser, simplesmente fazer o pagamento do valor da correspondência, encaminhar diretamente na delegacia o seu documento ou até através de um agente credenciado pelo Detran.

O sentido é simplificar, aproveitando essa ideia que já funciona em outros estados.

A Sra. Deputada Ada De Luca - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Pois não!

A Sra. Deputada Ada De Luca - Deputado Jean Kuhlmann, quero agradecer a v.exa. pelo cumprimento pelo Dia Internacional da Mulher. Em nome da mulher catarinense, de todas as cores e de todas as raças, quero agradecer-lhe por haver lembrado do nome desta deputada que representa, acho, com decência, a mulher de Santa Catarina. Eu, como as deputadas Professora Odete de Jesus e Ana Paula Lima, represento com muita decência e dignidade a nossa mulher catarinense.

Muito obrigada, deputado Jean Kuhlmann.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Assim como em todas as áreas da sociedade, deputada Ada De Luca, a mulher quando faz, faz sempre com zelo, faz bem feito. Eu fiz referência a v.exa. porque naquele momento era a única parlamentar presente. Mas tanto a deputada Professora Odete de Jesus quanto a deputada Ana Paula Lima, que aqui se encontra no momento, merecem também o nosso carinho, o nosso respeito.

Continuando a questão do licenciamento eletrônico, srs. parlamentares, quero informar que vou detalhar a respeito, mas hoje não terei tempo suficiente para isso. Mas em vários estados, deputado José Natal, assim como o cidadão já recebe a multa em casa para pagar, recebe também o documento. Espero que isso possa acontecer em nosso estado.

Mas eu quero fazer uma pequena reflexão com os parlamentares a respeito

desse projeto. Se o governo tem o banco de dados e pode usá-lo para enviar a multa para a casa da pessoa, se a multa tem validade legal, por que o governo não pode utilizar esse mesmo banco de dados, esse mesmo sistema de informação, para facilitar a vida das pessoas? Será que o banco de dados é bom somente na hora de complicar, na hora de cobrar a multa? Quem erra tem que pagar a multa, tem que ser multado! Mas por que esse sistema informatizado, esse banco de dados, só é utilizado na hora de complicar o cidadão ou na hora de exigir...

(Discurso interrompido pelo término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos pertencem ao PMDB.

O Sr. Deputado Padre Pedro Baldissera - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Padre Pedro Baldissera.

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Sr. presidente, faço questão de socializar que a Procuradoria-Geral da República entrou com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade contra o art. 40, inciso XVI, da Constituição do Estado de Santa Catarina, que condiciona a abertura de ação penal contra o governador, o vice-governador e os secretários de estado à prévia autorização do Legislativo. A ação pede, inclusive, uma liminar para que não haja mais necessidade da autorização da Assembleia Legislativa.

Há um PLC tramitando nesta Casa a respeito e é interessante que tramite, quem sabe, antes, para darmos um sinal positivo à Procuradoria-Geral da República.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra o deputado Antônio Aguiar, por até 16 minutos.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente, srs. deputados, senhoras e senhores, público que nos assiste pela TVAL e ouvintes da Rádio Alesc Digital, quero saudar o Vilmar, de Canoinhas, que mora em Joinville. Quero aproveitar para saudar também o município de Joinville pelos seus 159 anos. Parabéns, Joinville! Temos certeza de que é um grande município do estado de Santa Catarina.

Mas gostaria também de saudar o novo deputado Ozair Coelho Souza, o Polaco. Seja bem-vindo a esta Casa, deputado! Esperamos que v.exa. tenha uma feliz estada na Assembleia Legislativa.

(Passa a ler.)

"Há exatas quatro semanas, logo após o feriado de Carnaval, vim à tribuna para tecer alguns comentários sobre o cenário político, envolvendo especialmente o nosso partido, em razão do período decisivo que se aproxima para definição do cenário eleitoral, já que o PMDB terá, certamente, papel fundamental por ser a maior agremiação política, tanto no cenário nacional quanto no plano catarinense.

O nosso partido é uma grande força viva da sociedade, conta com grandes lideranças e tem as maiores bancadas no Congresso, o maior número de governadores, e em Santa Catarina não é diferente, também tem mais deputados estaduais, prefeitos e vereadores. Portanto, o PMDB é referência na sociedade brasileira e mais ainda em Santa Catarina, pois está presente em todos os municípios do estado.

Como já disse, numa agremiação desse porte é natural que o processo político-eleitoral tenha enorme importância, porque o

PMDB é um partido que sabe governar, sabe administrar e trabalhar para a sociedade e em Santa Catarina já provou que tem condições de apresentar propostas aos catarinenses.

Como já disse, quando fiz referência ao pronunciamento feito há um mês, desde aquela oportunidade nós, deputados, manifestamos, em nome da bancada estadual, disposição de participar do processo interno de debate em alto nível sobre o futuro do partido, diante do pleito de outubro.

Externamos disposição para o diálogo no âmbito partidário e com todas as forças do mundo político que tenham o real interesse de construir o melhor para os catarinenses.

Vejam que a bancada peemedebista está de fato participando ativamente do processo partidário. Não só se inserindo nas reuniões do diretório estadual, com a presença constante dos parlamentares, como também nas reuniões da executiva peemedebista, onde é representado pelo deputado Renato Hinnig.

Além disso, a bancada tem oferecido espaço para ser fórum permanente das conversações das nossas grandes lideranças.

Nessa linha, mantemos frentes permanentes de interlocução, e em nossas últimas duas reuniões semanais tivemos o prazer de receber figuras proeminentes do PMDB, nosso presidente estadual Eduardo Moreira, figura ímpar que já foi governador, presidente da Celesc, prefeito de Criciúma e deputado federal, e o prefeito da capital Dário Berger, um homem público de sucesso, político com trajetória vitoriosa, que nos últimos pleitos em Florianópolis derrubou mitos e mostrou que tem afinidade com o povo. Porque ambos, o dr. Eduardo e o prefeito Dário, colocaram seus nomes à disposição do partido, oferecendo opções para o PMDB ir à disputa eleitoral de outubro.

O dr. Eduardo é uma liderança incontestada em todos os cantos do estado. O prefeito Dário também é um líder de renome. Os dois são provas do quanto forte é o nosso PMDB.

Há, naturalmente, outro grande líder de quem não podemos esquecer, o governador Luiz Henrique da Silveira, que esta semana cumpre agenda internacional e ontem mesmo esteve com o presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento, BID, em Washington, recebendo a confirmação da concessão do empréstimo conhecido como BID V, no valor de US\$ 300 milhões, dos quais US\$ 50 milhões já foram disponibilizados para obras de infraestrutura.

Luiz Henrique é um estadista e já está definindo a concessão de recursos para que o próximo governo catarinense conte com verbas internacionais para aprofundar seu planejamento de governo descentralizado, prosseguindo com investimentos em rodovias estaduais que estão dando vida nova às comunidades do interior.

Por parte do BID não há restrições a novos empréstimos para Santa Catarina, falta apenas o aval do Senado da República, e Luiz Henrique também está tratando de recursos para mais investimentos na área da segurança.

Antes de viajar Luiz Henrique, Eduardo Moreira e Dário Berger estiveram juntos, em encontro noticiado pela mídia, discutindo o cenário pré-eleitoral e as perspectivas do PMDB.

O partido tem prévias programadas para o dia 27, entre Eduardo e Dário, mas isso não impede que avancem entendimentos em alto nível. Tanto é que ontem os dois pré-candidatos mantiveram outro encontro no escritório de Florianópolis do senador Neuto

De Conto, com participação do presidente em exercício do partido, o deputado federal João Matos, o presidente de honra do PMDB catarinense Casildo Maldaner, do nosso ex-governador Paulo Afonso e do histórico peemedebista Renato Vianna.

Como é forte o PMDB quando escala grandes líderes para rodadas de entendimentos. E é nessa linha que o partido vai caminhar, pois temos certeza de que todos os líderes peemedebistas estão centrados num projeto único, que é a construção do melhor para a sociedade catarinense.

Luiz Henrique, Eduardo, Dário, Milton, Casildo, João Matos, Paulo Afonso, nós, deputados estaduais e federais, prefeitos, vice-prefeitos e vereadores e as lideranças do 15 em todos os cantos de Santa Catarina vão andar juntos até outubro, pois estamos juntos há muito tempo. Construímos vitórias em 2002, em 2006 e pretendemos também ter êxito em 2010.

O PMDB é um grande partido e suas lideranças saberão conduzir com sucesso o entendimento político amplo, buscando o melhor projeto com as outras siglas, como já aconteceu nas últimas eleições, visando à consolidação de uma grande vitória eleitoral em outubro, vitória do melhor projeto para Santa Catarina."

Nós, da bancada do PMDB, estamos reunidos, hoje, com o prefeito Dário Berger e decidimos que a bancada estadual procurará buscar o entendimento entre Dário e Pinho Moreira, sob hipótese de que as prévias talvez causem alguns traumas, conflitos rachas ou divisões.

A reunião foi entre as bancadas federal e estadual para fazer uma avaliação da circunstância, juntamente com o presidente do partido, Eduardo Pinho Moreira, o governador Luiz Henrique da Silveira, os senadores, os deputados federais e demais líderes. A prévia é importante, sim, para o PMDB, um partido que tem história e sempre teve a sua luta pela democracia. É uma disputa justa para, internamente, fazer com que o melhor nome seja o candidato a governador do estado de Santa Catarina.

Sr. presidente, o restante do tempo do partido será ocupado pelo deputado Renato Hinnig.

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra o deputado Renato Hinnig, ainda dentro do horário do PMDB.

O SR. DEPUTADO RENATO HINNIG - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio AleSC Digital, é com alegria que ocupo a tribuna, na data de hoje, para registrar mais um fato. E orgulha-me ser peemedebista e participar deste partido que, dia-a-dia, dá exemplos de ser um partido democrático em que as discussões acontecem, um partido que tem quadros. É sempre que se avizinha uma eleição em Santa Catarina, coloca o seu time em campo e procura fazer a sua melhor escalação. E é por isso que o PMDB está nesse processo de discussão e com prévias marcadas para o próximo dia 27 com dois excelentes nomes postulando a indicação do partido como candidato a governador por Santa Catarina.

Hoje tivemos a visita do prefeito Dário Berger no tradicional almoço da nossa bancada, em que ele teve a oportunidade de fazer suas colocações do por que está postulando a indicação do partido. E esse é o processo. Estamos no caminho. Houve de fato uma oxigenação partidária, o partido está ainda mais mobilizado do que já estava e com

um caminho pronto para buscar, mais uma vez, governar Santa Catarina.

O Sr. Deputado Jean Kuhlmann - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO RENATO HINNIG - Antes de lhe conceder um aparte, deputado Jean Kuhlmann, eu queria apenas fazer menção a um requerimento que vai ser apreciado daqui a pouco pelos srs. deputados. Eu não poderia perder essa oportunidade de informar que o requerimento fundamenta-se nas comemorações que estão sendo levadas a efeito nesta data, 9 de março de 2010, na cidade de Budapeste, capital da Hungria, mais precisamente no Museu de Literatura Petöfi.

(Passa a ler.)

"Trata-se da celebração da passagem do centenário de nascimento do escritor Alexander Lenard que, nascido na Hungria no dia 9 de março de 1910, morreu em 13 de abril de 1972 no município de Dona Emma, na região do alto vale. Lá foi sepultado e seu túmulo encontra-se no jardim da residência que sempre o abrigou.

Alexander Lenard foi médico, poeta, filósofo, tradutor, romancista e ainda um profundo conhecedor da obra de Johann Sebastian Bach. Deixou pelo menos 16 obras escritas em húngaro ou alemão.

Poliglota, sua grande erudição e reconhecida cultura renderam-lhe o título de 'Sábio de Dona Emma'.

É dever destacar que a embaixada da Hungria no Brasil criou em seu site um registro especial sobre o evento.

A viúva do dr. Alexander Lenard, sra. Andrietta Lenard, foi professora na Universidade Federal de Santa Catarina nas cadeiras de francês e linguística, e mora hoje em São Paulo com o filho do casal, Giovanni Sebastiano Lenard."

Faço este registro para mostrar que Santa Catarina abriga bem aqueles que aqui escolhem esta terra para viver. E como está havendo uma comemoração na Hungria em reconhecimento a esse grande personagem que viveu e deu a sua contribuição aqui para Santa Catarina, não poderia deixar de fazer esse registro. E peço aos srs. deputados que aprove o requerimento colocado por mim à apreciação desta Casa para comunicar à embaixada da Hungria a alegria que temos de poder ter abrigado esse húngaro aqui no nosso estado.

O Sr. Deputado Jean Kuhlmann - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO RENATO HINNIG - Pois não!

O Sr. Deputado Jean Kuhlmann - Agradeço a oportunidade de apartear v.exa. Na verdade, vou me referir ao primeiro assunto que v.exa. tratou da tribuna, a questão da condução do PMDB com relação à eleição estadual.

Nós, democratas, respeitamos a posição do PMDB e entendemos a importância dessa militância e o quanto o PMDB é forte na sua base, na sua raiz, na sua tradição, independentemente de questões e correntes ideológicas. Não há que se negar a importância do PMDB para o processo político eleitoral de Santa Catarina.

Agora, o que algumas pessoas perguntam-nos, e inclusive peemedebistas, é se efetivamente vão acontecer ou não as prévias? É esta a pergunta que eu gostaria de fazer: as prévias acontecem ou não acontecem, deputado Renato Hinnig?

O SR. DEPUTADO RENATO HINNIG - As prévias estão marcadas e, até entendimento em contrário, haverá. Mas como é um partido democrático que respeita a opinião das pessoas, é um processo que ainda está em

discussão entre os próprios interessados e as lideranças do partido. Se houver entendimento entre os dois candidatos que estão pleiteando a indicação do partido para concorrer ao governo do estado, obviamente não haverá as prévias. Esse é um processo e os partidos mais democráticos que conhecemos utilizam dessa metodologia. O PT, por diversas vezes, fica nesta discussão: disputa prévia, não disputa, há um entendimento, não há um entendimento. Enfim, é o processo e faz parte do momento que estamos vivendo. E o PMDB, sem dúvida nenhuma, com essa iniciativa, está dando mais um bom exemplo para Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Obrigado, deputado Renato Hinnig.

O Sr. Deputado Décio Góes - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Décio Góes.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Sr. presidente, só porque o PT foi citado na fala do deputado Renato Hinnig, quero dizer que o PT não tem nada a ver com essa indecisão do PMDB. Nós somos, aliás, o único partido que já tem, há mais de um ano, todas as candidaturas definidas: a nossa senadora Ideli Salvatti como pré-candidata ao governo do estado e a nossa ministra Dilma Rousseff como pré-candidata à Presidência da República.

Enfim, quero dar esse esclarecimento para a população não confundir a indecisão do PMDB com a nossa decisão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Nós não temos indecisão. Temos dois candidatos para ganhar a eleição!

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o deputado Marcos Vieira, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, sras. e srs. telespectadores da TVAL e ouvintes da Rádio AleSC Digital, há muito se fala país afóra de uma sigla, e, tendo em vista recente pesquisa feita por um dos principais jornais do país, mais de 50% da população ainda não têm conhecimento dela. O PAC foi tão festejado, tão alardeado, com tantos foguetes que se soltaram país afóra desde 2007, e mais de 50% da população brasileira ainda não sabe o que é o PAC. Mas há um dos PACs que, com certeza absoluta, a população conhece e que ocorre no dia-a-dia deste país, deputado Moacir Sopelsa, presidente desta Mesa Diretora nesta sessão, o PAC dos preços, preços acelerados contra o consumidor. Este é o PAC em vigor, hoje, lançado pelo governo federal nos últimos meses: PAC dos preços, preços acelerados contra o consumidor.

(Passa a ler.)

"Inflação avança e é a maior em quase dois anos

Puxado por reajustes de escolas, alimentos e transportes, IPCA sobe 0.78", a variação mais alta para um mês desde fevereiro de 2003, desde o segundo mês do primeiro mandato do atual governo no Brasil.

Esse é o PAC, o PAC dos preços, que diz que a inflação medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA - subiu em fevereiro e é a maior taxa mensal apurada pelo IBGE desde maio de 2008, e também a maior para esse mês em seis anos. Esse é o PAC, o PAC dos preços!

O PAC dos preços diz, deputado Sargento Amauri Soares, que o brasileiro paga uma das tarifas de energia elétrica mais caras do mundo inteiro. O valor é mais alto do que no Canadá, nos Estados Unidos, na Noruega, na França e no México, e deve aumentar ainda mais em 2010. Coitado do produtor rural, do nosso pequeno agricultor, daquele que faz o manejo da agricultura familiar, pois a cada mês que passa a fatura da conta de luz vem mais alta.

E o que dizem os especialistas?
(Passa a ler.)

"Em meio a uma sucessão de apagões, o brasileiro paga uma das tarifas de energia mais caras do mundo. Segundo levantamento da consultoria Advisia, por encomenda da Associação Brasileira dos Grandes Consumidores Industriais de Energia (Abrace) as tarifas do País só perdem para as cobradas na Alemanha, numa comparação com sete países industrializados.[...]"[sic]

Mas não fosse a energia elétrica, deputado Jailson Lima, que o brasileiro paga sendo uma das mais caras, deputado José Natal, agora vem o chamado Custo Brasil. Segundo estudos da Abimaq, produzir máquinas e equipamentos no Brasil sai muito mais caro do que na Alemanha e nos Estados Unidos. As máquinas agrícolas e outros equipamentos fabricados no país têm uma sobrecarga de 36%. E o que está acontecendo, deputado Serafim Venzon, é que o setor de máquinas e equipamentos perde espaço no mercado mundial.

O Brasil, que era até então o 5º maior produtor de máquinas e equipamentos do mundo inteiro, agora está na 15ª posição no ranking. E o que é mais grave é que alguns fabricantes no Brasil deixam de produzir no país para revender produtos importados, e, por consequência, aumenta o desemprego.

Mas não fora isso vamos abastecer o carro, a gasolina está cara e pela primeira vez em décadas a Petrobras está importando gasolina de um país quebrado, a Venezuela, onde a população sente falta do alimento na prateleira do supermercado. O Brasil está dando dinheiro para a Venezuela se armar, o Brasil está dando dinheiro para a Venezuela criticar o próprio Brasil, comprando gasolina enquanto a Petrobras era autossuficiente ao longo de décadas e décadas.

Mas não bastasse isso, o preço do álcool na bomba disparou e o nosso consumidor, hoje, não sabe mais o que fazer. Ou compra gasolina cara ou paga o álcool ainda mais caro.

Mas também temos o seguinte: o tão alardeado programa de implantação de internet banda larga. Dizem os jornais em nível nacional: "Fica para o próximo governo". E tem sido assim, programas e obras que estão sendo lançados pelo atual governo serão concluídos no governo seguinte. Programas e obras lançados no atual governo só serão iniciados no governo seguinte.

Vou tratar, sim, deputado Serafim Venzon, se possível amanhã, de um novo pronunciamento chamado ilusão do PAC. E esse programa - só para dar início de que a universalização da internet banda larga fica para o próximo governo - foi lançado pelo atual governo para atingir quatro mil municípios no Brasil inteiro em tão pouco tempo, mas a conclusão que se chega é de que somente 300 municípios serão atingidos no Brasil neste ano.

E dizem ainda os especialistas que a temperatura do debate é alta e a pressão política do governo é forte. Mas a oferta da internet via banda larga país a fora, como quer o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, é uma

promessa eleitoral com tantas etapas para cumprir que só no governo do sucessor poderá virar realidade.

Para técnicos e especialistas do setor, mesmo que o governo consiga definir no próximo mês as diretrizes, não há como colocar em prática neste ano o Plano Nacional de Banda Larga. O mais provável é que o Palácio do Planalto faça o lançamento de um protocolo de intenções que pode ser usado como bandeira política na campanha eleitoral.

Então, esse é o governo que estamos a assistir, implantando o chamado PAC dos preços, preços acelerados contra o consumidor, mensalidade escolar alta, gasolina alta, álcool com tarifa alta, máquinas e equipamentos no Brasil com custo 36% superior ao fabricado no exterior, e agora vem a ilusão do PAC.

Vou tratar disso essa semana, sim, e quero comunicar a todos que aceitei o desafio do deputado Pedro Uczai e vou fazer o comparativo daquilo que foi feito pelo governo Fernando Henrique com o governo atual. A começar pela inflação medida no mês de fevereiro de 2003, que este ano já é maior do que aquela realizada naquele ano.

O Sr. Deputado Padre Pedro Baldissera - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Pois não!

O Sr. Deputado Padre Pedro Baldissera - Deputado Marcos Vieira, quando fui prefeito na cidade de Guaraciaba fiz um projeto para governar o município pelo menos 20 anos. Então, é claro que tudo aquilo que eu havia projetado não poderia realizar nos primeiros quatro anos. Nesse sentido, os meus sucessores foram levando a cabo esse projeto e estão há dezesseis anos nisso. Temos ainda mais quatro pela frente e muitos daqueles planejamentos realizados no início do primeiro mandato estão ainda em andamento e esperamos concluí-los até o 20º ano de administração.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - O projeto que v.exa. fez para Guaraciaba é o mesmo projeto que querem fazer agora para o Brasil: o estado totalitário. E é esse que nós não queremos.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra a sra. deputada Ana Paula Lima, por até nove minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores da TVAI e ouvintes da Rádio AleSC Digital, cumprimento muito especialmente quem está aqui nesta Casa acompanhando a sessão ordinária deste Parlamento catarinense.

Quero pedir todo o empenho do deputado Marcos Vieira para que sensibilize o governador do estado de Santa Catarina, hoje do seu partido, sutilmente empossado no último sábado, em surdina, no sentido de que pelo menos cumpra a lei sancionada pelo presidente Lula para dar anistia aos policiais do estado de Santa Catarina antes de vir para esta tribuna fazer qualquer cobrança do governo federal, porque ele é deputado estadual e tem que defender os interesses principalmente dos cidadãos catarinenses.

E faço, sim, um desafio para que s.exa. faça uma comparação primeiramente entre o salário mínimo do seu governo e do governo do presidente Lula, que era uma vergonha na época, não dava nem R\$ 100,00. Hoje dá R\$ 300,00! E em outros encaminha-

mentos certamente ele não vai demorar muito para ver a diferença, pois é gritante. Basta ver o sorriso no olhar de cada cidadão brasileiro.

Quero dizer também, deputado Marcos Vieira, que se hoje a energia e a telefonia estão desse jeito, foi porque no seu governo, o governo dos tucanos, começaram as privatizações no Brasil. Graças a Deus, hoje o Brasil está nas mãos de um presidente sério, honesto, que está fazendo um governo para todos os brasileiros, não somente para meia dúzia, como era antigamente com os tucanos.

Certamente todos os brasileiros recordam, principalmente aqueles que ganhavam menos de R\$ 100,00, o salário mínimo, e que hoje estão podendo com R\$ 510,00 fazer uma compra mais diversificada em suas casas.

Sr. presidente e srs. deputados, a minha fala neste dia não seria só para isso. É para uma comemoração, graças a Deus! Tive a oportunidade de participar na data de ontem, Dia Internacional da Mulher, juntamente com a deputada Ada De Luca e o presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, na cidade do Rio de Janeiro, de uma missão em que representei a Assembleia Legislativa. Estivemos com milhares de mulheres ontem comemorando, sim, o Dia Internacional da Mulher. Porém, não houve somente comemorações, mas grandes manifestações, porque nós precisamos mudar a realidade, deputada Ada De Luca, das mulheres brasileiras.

Há uma denúncia da ONU que diz o seguinte:

(Passa a ler.)

"Cinco mil mulheres morrem, pasmem senhores e senhoras, por ano no mundo vítimas de crimes justificados como em defesa da honra."

São mortas porque os homens estão defendendo suas honras! O que seria de nós, mulheres, se fossemos matar todos os homens em defesa da nossa honra? Não tem cabimento isso, senhores! Vivemos no ano de 2010 e ainda temos notícias dessa natureza.

Mas, neste ano de 2010, completamos 100 anos de comemoração do dia 8 de março, Dia Internacional da Mulher, que é um marco, uma data histórica na luta pela independência, pela igualdade de direitos. Sabemos que somos diferentes, sim, mas precisamos ter os mesmos direitos, principalmente uma vida sem violência e sem discriminação.

Organizadas, em sindicatos, em movimentos sociais, em partidos políticos ou até de maneira silenciosa, as mulheres há décadas que vêm buscando no mundo todo construir uma sociedade mais justa e com respeito às diferenças.

Esse momento único foi celebrado em diversas cidades brasileiras, ontem, numa síntese sobre o que significa dia 8 de março. Tivemos a oportunidade de representar esta Casa Legislativa na cidade do Rio de Janeiro, em um grande ato da Secretaria Nacional da Mulher, com milhares de mulheres de todos os estados do Brasil reunidas na antiga estação de ferro Leopoldina.

Lá revivemos um tempo em que as mulheres ficavam restritas somente ao espaço doméstico, sem direito ao estudo, ao voto. Tivemos avanços conquistados com a ousadia, o desprendimento, a firmeza de verdadeiras guerreiras, mas também sabemos que não é possível compactuar com as desigualdades e as injustiças, e precisamos de respostas.

Eu também faço outro desafio ao deputado Marcos Vieira. Que o governo do estado de Santa Catarina também crie para nós, mulheres catarinenses, as delegacias

especializadas, pois não temos no estado o número adequado, e as casas abrigos para as mulheres vítimas de violência, porque também não existem em Santa Catarina. Há uma lei aprovada nesta Casa neste sentido, mas o governo do estado ainda não implementou.

Ao lado desse grandioso homem, o presidente Lula, e de vários ministros, como a ministra Dilma Rousseff, a secretária Especial de Políticas para a Mulher, sra. Nilcéa Freire, falamos das conquistas que as mulheres tiveram no Brasil e também refletimos muito sobre o que ainda precisamos evoluir para garantir a dignidade de todas as mulheres e de todos os homens.

Diante de uma platéia realmente emocionada, o presidente Lula, a ministra Dilma Rousseff e a secretária Especial de Políticas para a Mulher anunciaram o Memorial da Mulher Brasileira, numa parceria da Secretaria da Casa Civil e do Arquivo Nacional. É mais uma iniciativa deste governo que tem implementado políticas públicas em benefício das mulheres.

No estado de Santa Catarina existe uma coordenação estadual da mulher, mas ela está inoperante. As mulheres catarinenses não sabem ainda para onde recorrer. Mas dizia o presidente Lula que não basta apenas chorar pelas derrotas passadas, as mulheres precisam refletir sobre as nossas derrotas e reverenciar as vitórias futuras, que vão ser grandiosas certamente.

Nilcéa Freire analisou, especialmente, que nos últimos anos houve decisões como a ampliação da licença maternidade, a proibição da discriminação sexual no trabalho, o direito à posse da terra para as mulheres trabalhadoras rurais e também a aprovação da Lei Maria da Penha, para o enfrentamento da violência doméstica. Isso, sim, para nós mulheres é um desafio. Por isso eu faço um apelo ao governo do estado de Santa Catarina no sentido de implementar e dar suporte para essa lei, que foi uma luta de muitos anos de diversas mulheres.

Bom, nós vamos comemorar, sim, mas temos que cobrar muito também a agilidade dos governos dos estados para que façam a sua parte. Em Santa Catarina, por exemplo, não temos nenhuma defensoria pública, fundamental para as pessoas que não podem pagar um advogado, principalmente essas mulheres vítimas de violência. Precisamos de mais instrumentos de proteção à mulher, casas de abrigos e também delegacias especializadas para o atendimento à mulher.

Nós, mulheres, exercemos diversos papéis. Somos donas de casa, mães, trabalhadoras. Não deixamos de exercer nenhum papel. Nem eu, que sou mãe, mulher, dona de casa e também exerço um mandato político, deixei de exercer nenhum desses papéis, pelo contrário, abraço todos eles com muita dignidade. Eu tenho certeza de que não somente esta deputada, mas todas as mulheres fazem isso com muito carinho.

Vindo para cá, li a matéria de uma colunista no jornal *O Estado de S. Paulo*, que refletiu o pensamento de uma escrava norte-americana, abolicionista, e colocava, deputado Serafim Venzon, a questão de que aprendemos que Eva levou o homem a pecar. Assim nos ensinaram. Se foi a mulher que subverteu o mundo, que nos dêem a chance de colocar o mundo na posição certa. Não queremos a culpa, mas se foi culpa da Eva na época, deem a chance de as mulheres agora, tanto em nível nacional quanto estadual, colocarem o Brasil e o estado de Santa Catarina nas mãos de grandiosas mulheres.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Obrigado, deputada Ana Paula Lima.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PDT.

Com a palavra o deputado Sargento Amauri Soares, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SORARES - Sr. presidente, srs. deputados e sras. Deputadas, antes de mais nada quero saudar todos os joinvilenses, porque a cidade de Joinville, a maior cidade do estado de Santa Catarina, completa hoje 159 anos de fundação.

Quero dizer também, muito rapidamente, deputado Moacir Sopelsa, que v.ex.a. evidentemente vem cumprindo o Regimento Interno, mas foi muito cruel com o deputado Renato Hinnig, que, diante de uma pergunta difícil de responder do deputado Jean Kuhlmann, em 30 segundos, tentou salvar a triplice aliança. Já existem pessoas tentando, faz um ano, salvar a triplice aliança, e ele não poderia fazê-lo em 30 segundos.

Para o deputado Marcos Vieira essa questão de um governo para outro... A Lei n. 254 parece que ficou para o infinito. O metrô de superfície ninguém sabe em que superfície está, parece que só na superfície da cabeça do governador, porque não se sabe de mais nada a respeito do metrô de superfície que foi tão propagandeado no estado de Santa Catarina.

Temos aqui uma demonstração da indignação de policiais militares contra o governador do estado Luiz Henrique da Silveira e contra o comandante geral da Polícia Militar, coronel Eliésio Rodrigues, que já expulsou da política militar 15 excelentes profissionais de segurança pública. Ou seja, o governo do 15 já colocou 15 policiais militares para a rua. Todos eles honestos, com uma vasta ficha de bons serviços prestados à sociedade catarinense. Alguns deles estão aqui: o último, o soldado Elizeu; o soldado Milton; o sargento Souza e está ainda na fila o J. Costa e o sub Flori, que levou só uma cadeia de 10 dias.

Aliás, já foram punidos centenas, e o número vai passar de mil, pela vontade do coronel Eliésio, até ele terminar o seu mandato no comando da Polícia Militar. Aliás, o coronel Eliésio diz que quer ficar como comandante da Polícia Militar até terminar o que começou. Não vai sobrar nada, se ele for terminar o que começou. A Segurança Pública já está esse caos que estávamos falando no pronunciamento anterior, todo mundo sabe. Se o coronel Eliésio ficar até terminar o que começou, não vai sobrar nada para as próximas gerações.

A manifestação contida naquele *banner* maior, que já é famoso, pois já esteve no Congresso Nacional, vai voltar para lá e circular entre a Câmara dos Deputados e o Senado para ficar muito claro para o Brasil inteiro que o governador LHS não cumpre uma lei federal. Ele, o comandante da Polícia Militar e o sr. Sadi Lima - se alguém não sabe o porquê da nossa indisposição com o procurador-geral do estado - consideram mais importante um decreto-lei estadual do que uma lei federal aprovada quase por consenso pelos 503 deputados federais e pelos 81 senadores, inclusive os três senadores de Santa Catarina, e sancionada pelo presidente da República. A Lei n. 12.291, do dia 13 de janeiro de 2010, vai completar dois meses. E em Santa Catarina, diferentemente dos outros oito estados onde ela interfere, o governador diz que não vale. Entrou com uma ação direta de inconstitucionalidade e não cumpre a lei. Está *sub judice*, mas o governador também está *sub judice*. Então, como é que continua valendo?

Aliás, não sei se está valendo, porque neste ano de 2010 não veio nenhum projeto do Palácio para esta Casa ainda. Será que existe governo? Luiz Henrique não mandou nenhum projeto, nos outros anos chegavam dezenas nas primeiras semanas de cada ano, reforma administrativa, etc, e este ano não veio nada. Terminou o mandato.

Então, o que nós queremos? Que seja cumprida a lei da anistia de forma ampla, geral e irrestrita. Que seja garantida a dignidade do trabalhador da Segurança Pública no estado de Santa Catarina. Nós só queremos justiça salarial, respeito ao ser humano que faz a segurança pública para a sociedade catarinense.

É isso que esse povo veio dizer aqui e nós vamos voltar outras tantas vezes ainda este...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

(Palmas)

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, a deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, com o *slogan* "A saúde pública adverte, ato médico faz mal à saúde", hoje, no Brasil, 17 estados estão em mobilização contra um projeto que está tramitando no Senado Federal. E em Santa Catarina todos os conselhos da área da Saúde se reuniram e entregaram um documento para a senadora Ideli Salvatti contra esse projeto que há muito tempo vem tramitando no Congresso Nacional.

Então, quero apenas fazer esse registro.

Eu, como parlamentar e enfermeira, também sou contra esse projeto que está tramitando no Senado Federal. E nesta Casa já há requerimento também contra esse projeto, sr. presidente.

Muito obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra o deputado Joares Ponticelli, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Minha saudação a v.ex.a., sr. presidente, aos meus colegas deputados, às sras. deputadas e a todas as mulheres pela passagem do Dia Internacional da Mulher, no dia de ontem.

Quero dizer, sr. presidente, que passei uma semana fora. Fiz um roteiro no interior do estado, deputado Sargento Amauri Soares. E aí quero cumprimentar os bravos servidores da Segurança Pública e os perseguidos integrantes da Aprascc. Como diria o presidente Lula: "Nunca antes na história deste estado se perseguiu tanto uma categoria como este governo tem feito".

Ah, se v.ex.a. não estivesse aqui, deputado Sargento Amauri Soares! Sei que v.ex.a. vai voltar para cá, porque tenho andado por aí e sei que há muita gente comprometida com o seu projeto. É um projeto de uma categoria inteira que foi enganada.

Eu disse na ocasião: cuidado para isso não ser um aumento virtual. Não ser um cheque sem fundo. Recomendei aos policiais, naquela ocasião, que não trocassem a geladeira, que não trocassem o carro e que nem dissessem para a mulher que tinham ganhado aquele aumento, porque depois elas seriam até capaz de desconfiar que o dinheiro estivesse indo para outras finalidades. Foi uma brincadeira que fiz na ocasião.

Meu querido deputado Polaco, seja bem-vindo a esta Casa. Eu já sabia que era

mais uma mentira. Este governo é caloteiro. Este governo foi caloteiro.

Os nossos colegas professores, deputado Pedro Uczai, esperam há oito anos a equiparação do salário do professor do estado com o salário do professor de Joinville. Essa foi a primeira grande mentira que o governador Luiz Henrique contou. Depois enganou a Polícia Militar, a Polícia Civil e o servidor como um todo, porque está aí essa bandida política dos abonos que aniquilou todos os planos de cargos e salários. E a situação mais dramática ainda é a do inativo. Esse está na miséria total. Houve 1% de reposição em sete anos e R\$ 100,00 de abono, com perdas de mais de 60% já.

É um crime o que este governo praticou contra os servidores e contra a sociedade. Inclusive, ele estará picando a mula daqui a alguns dias, deputado Sargento Amauri Soares. Vai embora, e pelos fundos, não tenha dúvida disso. Só pensa no Senado! Já se considera senador com R\$ 2 milhões de votos. E agora está enganando Raimundo Colombo, Eduardo Pinho Moreira, enfim, todo mundo, porque quer se reabilitar com Michel Temer para tentar ser presidente do Senado. Ele só pensa nisso e usa todo mundo que vê pela frente. Já fez isso com o PMDB de Joinville e quer fazer agora com o PMDB do estado. Mas pior do que isso é a negociata que vemos neste governo. Meu Deus do céu! É clima de fim de feira. É hora da xepa! Está todo mundo pegando o que está ao seu alcance, sabe? Opa, isso está ao meu alcance, eu vou levar, vou arrancar.

Esse negócio da merenda escolar é lesa pátria, e vou falar sobre isso sempre, até o último dia do meu mandato. Quero dizer que isso tem chuchu, tem rolo, tem propina, tem dinheiro por fora, estou convencido disso. O custo da merenda, deputado Sílvio Dreveck, vai saltar de R\$ 80 milhões para mais de R\$ 200 milhões! Esse negócio é lesa pátria!

Essas empresas que estão entrando aqui, deputado Renato Hinnig, já colocaram prefeitos na cadeia pelo país afóra, no Rio Grande do Sul, no Rio de Janeiro, em São Paulo. E estão colocando essas coitadas merendeiras, que estão lá contratadas pela APP, com dez anos, 15 anos ou 20 anos, algumas com artrose, com reumatismo, com trombose, com 60 e poucos anos de idade. E para onde elas vão, deputado Serafim Venzon? O que irão fazer?

Essas empreiteiras não têm coração! Elas vêm de fora levar o nosso dinheiro! Mas que descentralização é essa, meu Deus do céu, que leva o dinheiro da nossa merenda para empresas do Paraná, de São Paulo e até de Pernambuco?

Por isso, este governo é uma farsa, é uma mentira, é um grande balcão de negócios! E a situação do Aldo Hey Neto, é a maior prova disso! É um governo de negócio na merenda, na Segurança Pública e tudo mais.

A Segurança Pública com este comando politiqueiro que está aí, deputado Sargento Amauri Soares, só serviu para melhorar a situação do secretário. A única coisa que melhorou na Segurança Pública foi a votação do secretário, porque quando não era secretário, ele era suplente, depois veio para cá com 60 mil votos. É só esquema!

Pode ficar atento, sr. secretário, pois estou de olho nessas visitinhas que os despachantes e auto escolas estão recebendo. Vou trazer esse assunto para esta Casa. Existe um monte de despachantes recebendo uma batidinha na porta dizendo que as eleições estão chegando, como aconteceu em 2006, quando vi o número de uma conta de laranjas, com duas parcelas de R\$ 500, que os

despachantes tiveram que colocar na campanha. Mas vou ficar de olho, e vou denunciar. É cadeia para essa gente. Inclusive, prenderam em Brasília e tem que prender aqui também, porque é muita maracutaia neste governo. Enquanto isso, a população está largada à própria sorte, deputado Genésio Goulart!

Na cidade de Tubarão ocorreram sete homicídios neste ano, e hoje é apenas dia 09 de março.

No final do governo Amin, que era um governo velho, um governo ultrapassado, como eles diziam, ocorria de um a dois homicídios por ano. No ano passado foram 22 homicídios em Tubarão, e este ano já são sete, e estamos somente no mês de março. Para aonde estamos caminhando? Porque é só esquema, é só negócio, é só politicalha. É criança se coçando com esse uniforme soviético que estão distribuindo, com esse mau gosto do governador, que ainda se vangloria dizendo que foi o estilista dessa porcaria desse uniforme. Uma coisa feia, de mau gosto e que agora está machucando as crianças. Que descentralização é essa? Que compra de uniformes é essa de empresas de Pernambuco e São Paulo, na qual se gastou R\$ 50 milhões, deputado Padre Pedro Baldissera?

Descentralizar é colocar o dinheiro para que cada escola escolha a cor e o modelo do seu uniforme, porque a escola irá fazer o uniforme na malharia da mãe do aluno, do pai do aluno, lá no fundo do quintal da comunidade, e aí o dinheiro irá circular ali no município. Mas não! Isso não pode, porque é uma compra grande, e é só em ano de eleição ainda, porque o uniforme é material de campanha. Só que neste ano levaram uma invertida, porque com essa porcaria que compraram, a ribana está dando alergia e machucando as crianças. Isso tudo é fruto da maracutaia, do negócio, do acerto, do toma lá dá cá.

Como se não bastasse tudo isso, agora ainda temos essa praça das pulseirinhas. Eu andei pelo interior do estado, e a pulseira é chamada de pulseira do amor. As coisas boas não se espalham. Agora, tem essa onda das pulseirinhas, e a secretária da Educação passou pelas escolas e as tirou de uma escola de Tubarão, deputado Genésio Goulart. E vou voltar a abordar...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Passaremos à Ordem do Dia.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0120/2008, de autoria do deputado Darci de Matos, que autoriza o governo do estado a instituir o Programa de Compensação de Carbono para neutralizar as emissões de gases de efeito estufa gerado por todos os órgãos integrantes da Administração Direta e Indireta e dos demais poderes do estado.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Turismo e Meio Ambiente.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0163/2008, de autoria do deputado Nilson Gonçalves, que

institui o Fundo de Custeio da Ampliação das Áreas Verdes Arborizadas Urbanas e adota outras providências.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Turismo e Meio Ambiente.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0306/2009, de autoria do deputado Dagomar Carneiro, que cria o Programa de Reflorestamento do Pinheiro Brasileiro (Araucária Angustifolia) no estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Turismo e Meio Ambiente.

Em discussão.

O Sr. Deputado Dagomar Carneiro - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra o sr. deputado Dagomar Carneiro, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO - Sr. presidente, sras. e srs. deputados, quero saudar os ilustres brusquenses que nos visitam, sr. Adelino, sr. Décio, o amigo Rogério, o nosso suplente de vereador Luizinho Fantini, bem como o Osmar e o sr. João, presidente e vice-presidente da Associação de Moradores do bairro de Limeira.

Sr. presidente, srs. deputados, hoje estamos colocando um projeto em votação de suma importância para Santa Catarina. Nós, deputados, que já tivemos coragem de criar aqui uma nova lei ambiental. O novo Código Florestal de Santa Catarina foi um marco para Santa Catarina e para o Brasil. E sem dúvida nenhuma temos que avançar na modernização desse novo código, pois outros estados estão copiando o de Santa Catarina. Inclusive foi criada uma polêmica e depois viram que era a coisa mais acertada que poderíamos fazer na questão da preservação e da manutenção do meio ambiente, e não pelo que se alardeou com pronunciamentos até de ministros dizendo que estaríamos destruindo a natureza.

Deputado Sílvio Dreveck, v.exa. que teve a oportunidade de vir discutir comigo esse projeto de reflorestamento do nosso pinheiro, pois sabe que é uma preocupação não só nossa, mas de toda Santa Catarina. E aqui está o nosso pinheiro, uma árvore que, sem dúvida nenhuma, é o símbolo de Santa Catarina e do Paraná, mas que está ameaçada de extinção. E o nosso projeto diz que é um incremento em nosso novo Código Florestal de Santa Catarina a possibilidade de serem aproveitados como este que está no meio de uma pastagem ou no meio de uma lavoura de soja. E como vemos, eles acabam ficando isolados, e com o tempo, com a sua vida útil menor, como esse que já está até em fase de morrer por estar isolado, quando o pinheiro na realidade deve estar no meio da floresta.

Srs. deputados, o nosso projeto autoriza o corte desses pinheiros, que estão colocados nas propriedades de forma isolada e não como devem estar, nas suas matas. Mas para isso, antes desse corte, da sua autorização, o proprietário terá que reflorestar uma área de 50m² por cada árvore suprimida no seu terreno. E essa nova área terá que ter

uma densidade de cinco novos pinheiros para cada 50m², ou seja, para cada árvore extraída, o cidadão, o proprietário terá que plantar cinco novas árvores.

Deputado Pedro Uczai, v.exa. que é lá do extremo oeste, já viu inúmeras paisagens como essa, mas que o proprietário, às vezes, precisa refazer a sua casa que está caindo ou uma cerca da sua propriedade, mas que hoje é impedido. E se assim o fizer, às vezes, mesmo na inocência, ou na clandestinidade, está sujeito a ir para a cadeia. Muitas vezes eles não têm dinheiro para recuperar a sua propriedade.

O nosso projeto faz com que, além do proprietário poder usar o seu pinheiro, ele também possa promover o reflorestamento, porque o que nos causa preocupação, ao viajarmos pelo oeste, eu que sou natural do meio-oeste, do pequeno município de Calmon, é ouvirmos as reclamações dos pequenos agricultores, pois quando nasce um pinheirinho novo, a foice já corre solta, não o deixam crescer, porque sabem que eles não vão poder explorá-lo e que esse pinheiro atrapalhará a sua pequena propriedade, a aragem do seu terreno ou então outras atividades agrícolas que possam ser feitas.

Além disso, sabemos que toda árvore, como todos nós seres humanos, tem uma vida útil. E se não incentivarmos o reflorestamento, talvez no futuro, daqui a 500 anos ou mil anos, não teremos mais o pinheiro para as futuras gerações verem.

Outro fator positivo desse nosso projeto, é que essa área nova de 50m² para cada pinheiro tirado poderá ser incorporada na reserva legal que cada propriedade terá. Hoje sabemos que muitas propriedades não têm os 20% exigidos e que terão que se adequar à nova legislação. E com esse projeto, com a planta do reflorestamento, essa área no futuro poderá, sim, ser usada como área de reserva da propriedade, englobada nos seus 20%.

Além disso, criamos oportunidade para que essas árvores, que estão sendo reflorestadas nesse projeto, possam ser exploradas no futuro, ou para uso próprio da propriedade ou para uso comercial, desde que seja reflorestado novamente.

Deputado Romildo Titon, relator da matéria, v.exa. que é da região que tinha grandes pinheirais, onde hoje quase não há mais, sabe da necessidade que temos de incentivar o reflorestamento do nosso pinheiro nativo.

Assim sendo, quero pedir aos meus companheiros que nos ajudem, pois precisamos avançar no nosso Código Florestal. E aqui está um primeiro passo que, com certeza, vai mudar um pouco a história e ajudar a salvar o nosso pinheiro nativo, que vem a cada ano que passa diminuindo sua quantidade. E quando chegar a sua vida útil, se nós não tivermos um reflorestamento, com árvores novas, corremos o risco de perder, de não termos mais o pinheiro para as futuras gerações.

Então, quero que os nossos colegas saibam da importância desse projeto e que estamos avançando, não é nada mais, nada menos do que avançar no nosso Código Florestal. E principalmente acredito que além do pinheiro que hoje estamos apresentando no projeto, podemos fazer isso com a bracinga, com a imbuia, que hoje está em fase de extinção, com o xaxim e com tantas outras árvores permanentes que hoje estão desaparecendo, porque o produtor rural hoje não deixa mais criar essa árvore, e é uma pena, porque ela embeleza.

Então, srs. deputados, esse é um projeto que trago como um caminho a mais

que aprovamos no nosso Código Florestal Catarinense que hoje, sem dúvida nenhuma, tem sido referência para todo o nosso país.

Quero pedir aos nobres colegas que apoiemos o projeto, para que no futuro as próximas gerações possam ver e continuar usufruindo não só comercialmente, mas individualmente em suas propriedades e também como meio econômico dessa planta, eis que sabemos, deputado Ismael dos Santos, que muitas famílias vivem em função do comércio do pinhão, principalmente na região oeste. E se não tivermos esse novo reflorestamento, com a extinção do pinheiro, com certeza, teremos também aumento dos problemas econômicos e sociais da nossa população.

Era essa, sr. presidente, a defesa do nosso projeto. E fica o pedido aos nossos colegas da aprovação de tão importante projeto para Santa Catarina.

Obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Sílvio Dreveck - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Após discussão desse projeto por parte do deputado Dagomar Carneiro, com a palavra o sr. deputado Sílvio Dreveck.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Obrigado, sr. presidente!

Deputado Dagomar Carneiro, v.exa. é o autor desse projeto que, com muita propriedade, cria uma lei com dois aspectos a salientar e que v.exa. já discorreu sobre os mesmos.

O pinheiro brasileiro, como é conhecido, ou melhor, como é conhecida a araucária, a angustifolia no estado de Santa Catarina, temos presenciado, e v.exa. já registrou aqui, que de fato nasce o pinheiro araucária, e a foice o decepa, porque não se permite qualquer tipo de extração dessa madeira para o seu próprio consumo. O pequeno produtor, o agricultor, principalmente, não consegue fazer uma casa para a sua família nem reformar o seu galpão.

Ao mesmo tempo vemos áreas nas quais os desmatamentos são permitidos. Se essa lei não for aprovada nesta Casa, certamente não vai levar 500 anos, deputados, em muito menos não vamos ter mais o pinheiro araucária em Santa Catarina. Quando a árvore está madura, por que não aproveitá-la desde que, como v.exa. colocou no projeto, se plante outras, ou seja, de cada uma que será utilizada, serão plantadas cinco? Então, teremos uma recuperação fantástica ao longo dos anos. E se continuar como está no dia de hoje, certamente o prejuízo será muito maior para a preservação, para aqueles que utilizam do seu fruto, para comercialização que vai diminuindo cada vez mais, e ao mesmo tempo o nosso pequeno proprietário vai decepando qualquer pinheiro, araucária, que vai nascer na sua pastagem, no seu campo ou até na sua terra cultivada.

Então, quero deixar aqui o nosso compromisso de votar favorável ao projeto e defender essa responsabilidade não apenas de extrair a madeira, mas de repô-la, que é o grande conteúdo do projeto, de fazer a exigência de antes que se extraia se refloreste primeiro para depois permitir o corte, ou seja, extrair, principalmente para o consumo que é um dos maiores problemas que temos em Santa Catarina.

Parabéns pela iniciativa, deputado Dagomar Carneiro.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra o deputado Pedro Uczai, para sua manifestação.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Em relação a esse projeto que está em discussão, quero me manifestar em duas direções. Primeiramente a essa lógica que o deputado Dagomar Carneiro apresenta para o seu projeto, que é a extração de uma vez só dos pinheiros existentes e o replantio de cinco para cada pinheiro extraído. Então, são extraídos hoje os pinheiros adultos e plantados os pequenos. Esse é um pensamento.

Nós poderíamos construir outro pensamento, outra lógica de reflorestamento, para não correremos o risco de parte dos pinheiros que estão nas propriedades, que estão isolados na floresta serem extraídos, porque hoje a dificuldade de fiscalização é muito grande. Mas numa perspectiva racional, vários países do mundo estão fazendo o seguinte: o pinheiro adulto de 30 anos é extraído, é definida a propriedade da pessoa, dividindo-a em 30 pedaços, e dentro desses 30 a pessoa tira um pedaço, o qual refloresta. No segundo ano a pessoa tira o segundo pedaço e o refloresta também e assim sucessivamente, e quando chegar ao último pedaço para extrair a vegetação nativa, a pessoa já recuperou 30 anos antes o primeiro pedaço extraído da floresta nativa.

Entendo que é mais racional para o Brasil pensar dessa forma, para o debate estratégico de desenvolvimento sustentável, do que tirar todas as plantas adultas agora para, de uma só vez, plantá-las e daqui a 30 anos colhê-las novamente.

Temos que pensar outras concepções para o reflorestamento e a extração das plantas nativas, fazendo com que o agricultor possa todo ano tirar um pouquinho de renda e não de uma vez só. Então, todo ano ele extrairia para a sua propriedade ou para ter uma renda inclusive dos reflorestamentos das plantas nativas. E poderíamos fazer esse raciocínio com relação à própria araucária.

Eu quero construir esse diálogo, esse debate tão importante e estratégico com relação à produção e ao sustento do pinheiro, que é um patrimônio da nossa região. Ele tem que virar milenar, como no Rio Grande do Sul, na minha cidade, Chapecó, onde existe pinheiro de 500 anos. É a coisa mais linda do mundo e serve para o turismo rural, turismo para construir.

Então, precisamos ter racionalidade no debate do cultivo de plantas nativas.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente, para declaração de voto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Pedro Uczai, para declaração de voto.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Da forma como está vou votar contra. Manifestei a minha posição aqui e penso racionalmente numa outra direção.

Eu não sei qual é a posição da minha bancada, mas não tenho condições, da forma como está, de votar favoravelmente ao projeto, porque não o discuti com profundidade. Por isso, estou manifestando outra lógica também para esse projeto.

O Sr. Deputado Décio Góes - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Só um minuto, deputado Décio

Góes, pois quero fazer um esclarecimento. A Mesa Diretora aqui entendeu que a sua manifestação era na forma de aprimoramento do projeto e não uma manifestação contrária ao projeto.

Agora, sim, com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Décio Góes, para encaminhamento de votação.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Sr. presidente, quero expressar também, em nome da bancada, que o deputado Pedro Uczai não foi entendido na sua manifestação e estamos abstendo-nos de votar esse projeto por entender que ele ainda não está completo.

O Sr. Deputado Dagomar Carneiro - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente, para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dagomar Carneiro, para uma questão de ordem.

O SR. DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO - Sr. presidente, só quero fazer um esclarecimento. Esse projeto foi discutido nas comissões, deputado Pedro Uczai, e antes de ser autorizado todos os pinheiros extraídos terão que ser peritados pelos órgãos ambientais. O projeto diz isso, e eu não quis explicar porque ficaria uma explicação muito longa. E para ser autorizada a derrubada das cinco árvores elas terão que ter uma altura de 1,5m, comprovando que antes de extrair o pinheiro o proprietário já tenha reflorestado a área, com 50m² para cada pinheiro que vai ser retirado e com um fator fundamental: todas as cepas dos pinheiros serão peritadas pelos órgãos ambientais. Porque hoje a maioria dos municípios já tem suas fundações do meio ambiente que podem autorizar a extração desses pinheiros.

Então, só quero dizer que não vai ser extraído primeiro o pinheiro da floresta. O projeto é muito claro nessa questão. Segundo: antes de ser autorizada a extração do pinheiro terá de que ser feita a plantação de um novo pinheiro que deverá ter uma estatura de 1,5m, e isso leva mais ou menos de um ano e meio a dois anos.

Isso talvez não tenha ficado bem claro, deputado Pedro Uczai. V.Exa., que é da região, sabe da importância do pequeno produtor...

(Manifestação interrompida pelo término do tempo regimental.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Gostaria de saber a opinião de v.exa., deputado Edison Andrino.

(O deputado Edison Andrino informa que vai abster-se.)

Continua em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado, com a abstenção da bancada do PT e do deputado Edison Andrino.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0499/2009, de autoria do deputado Rogério Mendonça, que altera a Lei n. 14.201, de 2007, que dispõe sobre o Programa de Incentivo à Instrução e Educação Escoteira e adota outras providências.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

O Sr. Deputado Rogério Mendonça - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra o deputado Rogério Mendonça.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Deputado Jailson Lima, na verdade esse projeto de minha autoria visa resolver uma situação que é fruto de uma

outra lei, a Lei n. 14.201, de 27 de novembro de 2007, que dispõe sobre o Programa de Incentivo à Instrução e Educação Escoteira e adota outras providências.

Naquele projeto de lei aprovado ficou colocado que a regulamentação dessa lei estaria sujeita, quanto à possibilidade de realização de convênio entre o governo do estado e a União dos Escoteiros do Brasil, à ouvida das demais entidades dedicadas a essa prática no Brasil e em Santa Catarina. Mas como não há nenhuma outra entidade que atue nessa área em nosso estado, essa lei ainda não foi regulamentada.

Nós sabemos da importância do escotismo em Santa Catarina, que tem por finalidade a mobilização, a articulação e a execução de projetos dedicados a minimizar problemas relacionados à infância, à adolescência, à família, ao idoso, às drogas, ao meio ambiente, mediante parcerias com a iniciativa privada e com o Poder Público.

Tendo em vista a importância do trabalho realizado pela União dos Escoteiros do Brasil e para que haja mesmo a continuidade dessas atividades, solicito aos srs. deputados que aprovem essa lei que não teria outra razão senão resolver esse problema da regulamentação.

Portanto, o art. 3º dessa lei ficará da seguinte forma:

(Passa a ler.)

"Art. 3º Para a execução desta Lei fica autorizada a celebração de convênios entre o Poder Executivo e a União dos Escoteiros do Brasil." [sic]

Srs. deputados, peço a todos que votem pela aprovação desse projeto de lei.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Manoel Mota - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Manoel Mota.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Eu queria registrar, com muita honra, a presença nesta Casa do prefeito Jaime, de Armazém, do vereador Jailson Correa, secretário de Finanças, e do vice-prefeito João Machado, que a trabalho do município nos deram a honra de vir aqui hoje no Parlamento catarinense.

Sejam bem-vindos!

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Sejam todos bem-vindos. O projeto já iria ser colocado em votação, deputado Manoel Mota, mas nós compreendemos a sua aflição em registrar a presença das nobres autoridades.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Eu só queria fazer uma consulta regimental. Eu presido a comissão de Educação, Cultura e Desporto, e os deputados que participam dela me perguntaram se esse projeto passou pela referida comissão. Se não passou é porque está em regime de urgência?

Então, eu só queria que fosse dado um esclarecimento, que em tese eu não tenho conhecimento de que ele tenha passado por essa comissão e entendo que ela é a comissão de mérito que trata desse assunto.

Não tenho nada a discutir em relação ao mérito, em princípio sou favorável, mas preciso de um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Deputado Pedro Uczai, passou

somente pela comissão de Constituição e Justiça, porque é apenas uma alteração, não é um projeto novo.

Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação do Projeto de Lei n. 0544/2009, de autoria do deputado Rogério Mendonça, que denomina de Felix Constante Montibeller a quadra de esportes coberta em construção contígua à Escola de Ensino Fundamental João Alberto Schmid, no município de Vidal Ramos.

Ao presente projeto foi apresentada emenda modificativa.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Educação, Cultura e Desportos.

Em discussão.

O Sr. Deputado Rogério Mendonça - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Rogério Mendonça.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - O sr. Montibeller, para esclarecimento, é um agricultor que nasceu na localidade de Agoti, município de Nova Trento, que foi para a localidade de Campestre, sendo lá uma lideança onde está localizada essa escola. Por isso a sugestão do seu nome a essa quadra coberta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Continua em discussão.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Pedro Uczai,

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sr. presidente, eu quero levantar uma problemática neste Parlamento. Estamos tendo, cada vez mais, problemas com a secretaria da Educação com relação à colocação de nomes em ginásios ou outros que estão dentro de uma escola.

A unidade escolar compõe-se de salas de aulas, bibliotecas, laboratórios e de todas as construções feitas dentro dela. Quando se coloca um nome a um ginásio de esportes dentro de uma unidade escolar começa-se a criar um problema, pois serão colocados dois nomes na mesma unidade escolar. E para a construção de uma unidade escolar é preciso de um decreto do governador.

Os deputados estão propondo que seja dado outro nome a um ginásio dentro de uma unidade escolar, ocasionando um problema constitucional, legal, e precisaríamos discutir e resolver esse problema. Quando há consenso dos nomes, não há maiores problemas, mas há escola que está tendo conflitos e começa-se a levantar a questão jurídica legal de colocar outro nome a uma parte da unidade escolar, quando ela já tem um nome.

Nós vamos discutir isso também na comissão de Educação, para resolver essa questão, quando se trata da colocação de outro nome a um ginásio dentro de uma unidade escolar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Deputado Pedro Uczai, entendemos que essa concepção deve ser debatida antecipadamente nas comissões, para que o projeto não venha a plenário para votação.

Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Esta Presidência comunica que serão encaminhadas aos destinatários as Indicações n.s 0092/2010, de autoria do deputado Rogério Mendonça; 0093/2010 e 0094/2010, de autoria do deputado Darci de Matos; 0095/2010, 0096/2010, 0097/2010, de autoria do deputado Renato Hinnig; 0098/2010, de autoria do deputado Jean Kuhlmann; 0099/2010, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera; 0100/2010, de autoria do deputado Joares Ponticelli; 0101/2010, de autoria do deputado Cesar Souza Júnior, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Esta Presidência comunica ainda que defere os Requerimentos n.s: 0176/2010, de autoria do deputado Jailson Lima; 0177/2010, de autoria do deputado Dagomar Carneiro; 0178/2010, de autoria da deputada Ada De Luca; 0179/2010, de autoria do deputado Marcos Vieira; 0180/2010, de autoria do deputado Lício Mauro da Silveira...

A Sra. deputada Ana Paula Lima - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, gostaria de subscrever, com toda a bancada do PT, o requerimento do deputado Lício Mauro da Silveira, pedindo a sua permissão para isso.

(O Sr. Deputado Lício Mauro da Silveira acata o pedido da deputada Ana Paula Lima.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a anuência do deputado Lício Mauro da Silveira, v.exa. pode subscrever o seu requerimento.

Requerimentos n.s: 0181/2010, de autoria do deputado Dagomar Carneiro; 0182/2010, de autoria Deputada Ada Faraco De Luca; 0183/2010, 184/2010 e 0185/2010, de autoria do deputado Renato Hinnig; 0186/2010 e 0187/2010, de autoria do deputado Pedro; 0188/2010, de autoria do deputado Silvío Dreveck; 0189/2010, de autoria do deputado Joares Ponticelli; 0190/2010, 0191/2010, 0192/2010, 0193/2010, 0194/2010, 0195/2010, 0196/2010, 0197/2010, 0198/2010 e 0199/2010, de autoria da deputada Professora Odete de Jesus; 0200/2010 e 0201/2010, de autoria do deputado Adherbal Deba Cabral; 0202/2010, de autoria do deputado Décio Góes.

Moção n. 0014/2010, de autoria do deputado Darci de Matos, a ser enviada ao ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e ao secretário de Defesa Agropecuária, solicitando autorização para que as aves de descarte de granja, reprodução e produtora de ovos para consumo, localizadas no estado do Paraná, possam ser destinadas a abatedouros registrados no Serviço de Inspeção Estadual no estado de Santa Catarina.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0015/2010, de autoria do

deputado Pedro Uczaí, a ser enviada aos presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados e à bancada catarinense, manifestando apoio ao projeto que altera a Lei das Inelegibilidades.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Pedido de Informação n. 0011/2010, de autoria da bancada do PP, solicitando ao governador do estado informações sobre o processo de ineligibilidade de Licitação n. 05/2009.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0012/2010, de autoria da bancada do PP, solicitando informações ao governador do estado sobre o processo relativo ao extrato de termo de convênio firmado entre a Celesc Distribuição S.A. e a Cemig, publicado no Diário Oficial de 11 de janeiro de 2010, pág. 8.

Em discussão.

O Sr. Deputado Silvío Dreveck - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Silvío Dreveck.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, eu gostaria, se v.exa. concordasse, que esse pedido de informação fosse protelado, em função de haver outros assuntos que estaremos tratando inclusive na própria comissão de Economia no dia de amanhã. Eu gostaria, então, que o Pedido de Informação n. 0012/2010 fosse retirado da pauta da Ordem do Dia de hoje e voltasse na de amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Tendo em vista o pedido da bancada do PP, a Mesa entende e retira da pauta da Ordem do Dia de hoje, para que venha após nova solicitação.

Pedido de Informação n. 0020/2010, de autoria do deputado Jean Kuhlmann, solicitando ao governador do estado e ao diretor presidente da Casan informações referentes a ligações de água tratada no município de Pouso Redondo.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0022/2010, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera, solicitando informações ao governador do estado e ao secretário de Desenvolvimento Regional de São Miguel d'Oeste sobre a data da inauguração do Hospital Regional da secretaria Regional daquele município, bem como o modelo de gestão que será adotado.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0023/2010, de autoria da bancada do PP, solicitando informações ao governador do estado sobre o projeto de revitalização da biblioteca pública estadual.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0024/2010, de autoria da bancada do PP, solicitando informações ao governador do estado sobre os processos licitatórios no âmbito da administração direta, indireta e fundacional em que foram inabilitadas as empresas Orcali, Ondrepsb, Casvig, Back e Proserv.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0024/2010, de autoria da bancada do PP, solicitando informações ao governador do estado sobre quais razões levaram o governo do estado a suspender a suplementação de recursos às Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais.

Em discussão.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra o deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, temos recebido, nos gabinetes, muitas queixas, solicitações e depoimentos de desabafo de diretorias de Apaes do estado afora sobre o drama que estão vivendo por conta da suspensão desses pagamentos.

E, o que é pior, não há, deputado Serafim Venzon, nenhuma explicação por parte do governo do estado. Gerou-se toda uma expectativa. O governo assumiu a complementação desses recursos que era para a contratação de profissionais para as Apaes. Eram contratados especialistas para o atendimento das crianças que precisam de um tratamento especializado nas mais diversas áreas. E o governo, agora, não está mais repassando os recursos, não está dando mais nenhuma explicação e as Apaes não têm mais como arcar com esse serviço especializado que elas prestavam na área médica, de atendimento e de orientação a esses alunos pacientes, no caso.

O governo simplesmente suspendeu, deputado Jailson Lima, não dá nenhuma justificativa, e queremos saber quais as razões. Falta de dinheiro não é. A receita vem batendo recordes a cada mês. Alguma coisa muito estranha está acontecendo e nós queremos que o governo explique, rapidamente, a esta Casa.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Eu gostaria de assinar esse pedido de

informação junto com o PP, porque eu tenho interesse. E, inclusive, já estou com um pedido de informação pronto para entrar amanhã e não precisarei fazê-lo.

Por isso eu quero ver da possibilidade de v.exa. incluir o meu nome neste pedido de informação.

(O deputado Joares Ponticelli aquiesce.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a anuência do PP, o deputado Dirceu Dresch subscreve a matéria.

Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0025/2010, de autoria do deputado Joares Ponticelli, a ser encaminhado ao secretário da Educação, solicitando informações sobre quais os motivos e providências adotadas por essa secretaria em relação aos uniformes escolares distribuídos pelo governo do estado aos alunos da rede pública de ensino.

Em discussão.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra o deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, quanto a essa matéria, eu espero que o governo responda rápido e que não continue insistindo, dizendo que aquilo foi um problema isolado, que foi só na escola de São José, colocando como causas questões de acondicionamento do material. Enfim, várias desculpas esfarrapadas foram dadas.

Eu estive no alto vale, neste final de semana e, inclusive, encontrei a deputada Ana Paula Lima, o deputado Rogério Mendonça, o deputado Jean Kuhlmann, a deputada Angela Amin, o senador Raimundo Colombo, o deputado João Matos e o deputado Jailson Lima num evento eclético lá em Presidente Getúlio. E lá recebi informações de que no município de Vitor Meireles, onde o PT comanda e nós somos vice - eu estive com o vice-prefeito Bento -, vários alunos da região tiveram problemas, deputado Serafim Venzon. Não foi um caso isolado de São José. Essa desculpa do mau acondicionamento do material não cola. O problema é da qualidade do produto, é mau feito porque é produto para fazer maracutala, é produto para fazer negócio porque é material que não presta, que é para enriquecer empresas de fora, levando o nosso dinheiro daqui para lá, em vez de deixar esse dinheiro circulando aqui no estado.

Esperamos que a secretaria responda logo, porque nós não vamos largar essa questão com facilidade, não. Essa negociata do uniforme em Santa Catarina vai ter que vir à tona.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Deputado Joares Ponticelli, permita-me dizer que, se demorar muito tempo para dar a resposta, vai ter que distribuir antialérgico aos alunos nas escolas, junto com o uniforme.

Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0026/2010, de autoria do deputado Joares Ponticelli, a ser encaminhado ao secretário da Educação, solicitando informações sobre em que fase se encontra o processo de terceirização da merenda escolar.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0027/2010, de autoria do deputado Dirceu Dresch, a ser encaminhado ao governador do estado e aos secretários da Administração, da Fazenda, do Planejamento, da Educação, de Desenvolvimento Regional de Jaraguá do Sul e ao procurador-geral do estado, solicitando informações sobre a previsão para encaminhar PL, a este Poder, alterando a Lei n. 11.491, de 19 de julho de 2000.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Serafim Venzon.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, terminada a Ordem do Dia, eu queria usar o microfone de apertar para cumprimentar o ex-deputado Boca Cunha, que se encontra nas galerias desta Casa recordando o tempo em que foi deputado estadual e ocupou a Presidência. Foi, inclusive, por alguns dias, governador do estado.

Quero também saudar a secretária Sandra Eccel, uma extraordinária secretária da Regional de Brusque que tem estado atenta e muito presente em todas as questões da região para buscar recursos para atender às necessidades desta região.

Portanto, os meus cumprimentos a secretária Sandra Eccel também!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Sejam todos bem-vindos! E parece-me que a família Eccel está tomando conta de Brusque. Está lá o Paulo Eccel e agora a Sandra Eccel como secretária Regional.

O Sr. Deputado Décio Góes - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Décio Góes.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Sr. presidente, quero registrar a visita do Alessandro e do Ramon, do jornal *Extra*, de Tubarão. Eles são jovens jornalistas que estão apresentando a sua iniciativa, deputado Joares Ponticelli. E cabe aqui o nosso Parlamento valorizar os jovens empreendedores que têm a coragem de se lançar no mercado e buscar o seu espaço, principalmente na imprensa, que é um espaço extremamente competitivo.

Então, os nossos parabéns e desejamos-lhes as boas-vindas! A Casa tem toda uma estrutura jornalística e pode também dar o apoio para vocês trabalharem em parceria.

Muito obrigado pela presença!

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Também quero cumprimentar o Alessandro e o Garimba, que representam toda a equipe que faz o novo jornal *Extra*. É um jornal que já tem uma tradição na cidade, mas, a partir do momento em que o Alessandro e a sua equipe assumiram, houve uma repaginação, uma reformulação. O *design* gráfico está muito bom e a repercussão desse novo modelo do jornal foi muito boa na cidade. Como v.exa. bem colocou, são jovens empreendedores que, eu tenho certeza, continuarão prestando um serviço imparcial, honesto e transparente, porque esse é o propósito dessa gurizada.

Portanto, quero desejar sucesso a toda equipe, em nome do Alessandro e do Garimba.

O Sr. Deputado Edison Andriano - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Edison Andriano.

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Eu tenho um requerimento na mesa, sr. presidente, com a aquiescência de todas as lideranças, solicitando um espaço na sessão - aquele tempo que é determinado pela mesa - para que possamos ouvir o presidente da Federação do Comércio Varejista de Santa Catarina. Inclusive, hoje pela manhã criamos a frente, e que eu tenho a honra de dirigir por um ano. E peço a v.exa. para abra esse espaço, porque é muito importante para o setor varejista e também para a Assembleia Legislativa de Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Deputado Edison Andriano, já daremos este encaminhamento, na sequência.

Mas, antes do pronunciamento de Sérgio Medeiros, nosso conterrâneo de Rio do Sul, como presidente da Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas, comunicamos que se encontra sobre a mesa o requerimento do deputado Joares Ponticelli solicitando, cordialmente, autorização para realizar o sorteio das escolas que representarão as regiões da Grande Florianópolis e planalto serrano na 10ª edição do Parlamento Jovem, já que as escolas sorteadas na época não poderão participar, pois nelas não há turmas de ensino médio.

Por isso vamos suspender a sessão, por dez minutos, de acordo com o Regimento Interno, para que se proceda aos pedidos solicitados.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) (Faz soar a campainha) - Está reaberta a sessão.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Queremos registrar a presença do vereador Gilberto Carlos Bortese, o Giba, de Nova Erechim, que, além de vereador, também é presidente da Associação das Câmaras de Vereadores do Oeste de Santa Catarina, que abrange 18 Câmaras Municipais.

Bem vindo à Assembleia Legislativa. Sinta-se bem, em meu nome, em nome da bancada do Partido dos Trabalhadores e dos demais deputados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Obrigado, deputado Pedro Uczai.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, entendo que a fila de inscritos para falar é grande, e não sei se vou ter a possibilidade de falar. Mas gostaria de deixar registrada a minha homenagem à minha cidade, Joinville, que hoje completa 159 anos. A maior cidade do estado de Santa Catarina possui uma população trabalhadora e é responsável por 25% do ICMS arrecadado no estado.

Então, à minha Joinville, a cidade que me acolheu, deputado Manoel Mota, em 1970, a essa cidade tão especial que hoje completa 159 anos fica aqui a minha homenagem.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Obrigado, deputado Kennedy Nunes. Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o deputado Jailson Lima, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Deputado, presidente Moacir Sopelsa, meus cumprimentos a todos os deputados.

O povo de Santa Catarina, deputado Padre Pedro Baldissera, não está ouvindo, mas, no momento, em Florianópolis, está trovejando e caindo muita chuva. E acho que esses relâmpagos são para fazer com que nós, deputados, nesta Casa, façamos uma reflexão sobre uma série de questões que temos que continuar corrigindo nesta Casa, deputada Ada De Luca.

Quero me referir aqui especificamente à coluna de Moacir Pereira, que fala, mais uma vez, sobre os consultores especiais da Assembleia Legislativa e o trem da alegria, mais especificamente a Procuradoria Jurídica desta Casa.

Já mostramos aqui que esta Casa não tem intocável. Hoje andei perguntando para alguns deputados se sabiam o valor da gratificação da Consultoria Legislativa Especial, que também é de R\$ 9,5 mil, e a maioria não sabia. Saliente-se que a bancada do PT e o deputado Sargento Amauri Soares votaram contra o projeto de resolução.

Mas o que há na Casa decorre de projeto de lei aprovado em 2006, deputado Moacir Sopelsa. Ora, os deputados deste Parlamento têm que deixar de ser enganados! Temos que começar a fazer discussões claras! Quando esse projeto foi aprovado em 2006, transformando funcionários em procuradores sem concurso público, houve uma ação judicial questionando tal medida e eles foram transformados em consultores especiais, que de especiais não têm nada!

Deputado Moacir Sopelsa, ao analisar a definição de especial não consegui entender o conceito, porque os consultores legislativos que enviaram aquele trem da alegria no final do ano passado também eram especiais. No entanto, ninguém sabe dizer o que é especial.

Então, de 2006 para cá, o Ministério Público mostrou nitidamente que a situação não só era inconstitucional como imoral. Mas agora dizem que temos que aguardar o Supremo Tribunal Federal se manifestar diante da Adin que lá tramita questionando essa situação.

Deputado Moacir Sopelsa, como sou membro da Mesa, juntamente com v.exa., vou querer o parecer por escrito de todos os procuradores da Casa sobre isso, porque não contará com a minha assinatura. E digo mais, se já existe essa posição do Tribunal de

Contas e do Tribunal de Justiça, quero publicamente deixar a minha posição - que encerremos essa novela já - a exemplo do que fizemos com aquele pacotão que nos enfiaram de forma subterfúgio no final do ano entre os 130 projetos.

Olhe, deputado Manoel Mota, um cidadão ganha, na soma de tudo, metade do que esse pessoal ganha, sem botar a cara no santinho, sem ter que estar na estrada, fazendo campanha, e que chega aqui deputado é apêndice nesta Assembleia. O pessoal vem empurrando o projeto de lei goela abaixo, vem fazendo emendas injustificáveis, e a coisa vai andando. E digo, povo catarinense, lá fora há um relâmpago atrás do outro!

Então, faço essa manifestação indignado, porque hoje pela manhã eu disse que não vai haver mais quem me enrole dentro desta Assembleia! E aqui compartilho de tudo que está escrito nesta coluna, porque temos que dar um basta nisso, pois este Parlamento possui representantes dignos, que trabalham, que estão na estrada. Quero transparência daqui para frente e todos esses dados na minha mão. Se a manifestação do Ministério Público, do Tribunal de Contas serve para prefeito - porque qualquer prefeito é excomungado na imprensa por coisas mínimas -, também serve para nós, deputados catarinenses.

Faço a minha manifestação com muita tranquilidade, porque ganham muito bem para ter esse tipo de gratificação, e, diga-se de passagem, há alguns desses que sequer merecem metade do que recebem. Já disse isso aqui com relação aos consultores legislativos, depois que nos empurraram aquilo goela abaixo. Quando levantamos a questão, eles mesmos de forma consciente disseram: "Há um grupo que não trabalha".

Então, fica registrada a minha indignação com relação a isso. Tenho minha posição nítida e clara publicamente. Vamos continuar debatendo isso de forma muito lúcida e tranquila, deputado Moacir Sopelsa. Temos uma série de atribuições como parlamentares, estamos na estrada e vivemos respondendo por isso. Ainda ontem recebi e-mails questionando a esse respeito.

Nesse caso fui feliz, pois a nossa bancada se posicionou contra, mas muitas vezes no afã das atividades não há culpados, os demais deputados acabaram votando no conjunto, porque dentro das siglazinhas que dão as gratificações esses números não aparecem, deputado Sargento Amauri Soares, quando são levados para as comissões.

Então, precisamos estar vigilantes, e hoje me desafiaram a fazer uma manifestação, e agora o faço. Hoje pela manhã também me manifestei na reunião da Mesa, pois o nosso presidente não estava, uma figura ilustre que está trabalhando de forma muito tranquila em todas as questões, o deputado Gelson Merísio, e orgulho-me de estar ao seu lado. Mas se desde 2006 estamos empurrando com a barriga, está na hora de fazer uma cirurgia, em que não se espera, resolve-se rapidamente antes que o paciente morra.

Então, fica aqui essa manifestação sobre esse trem da alegria. Compartilho com a manifestação apresentada na coluna do jornalista Moacir Pereira. Precisamos ter transparência e nos valorizar como deputado. Eu costumo dizer que não dependo e não vivo disso aqui. Costumo dizer que não sei se vou estar aqui o ano que vem, assim como todos que estão nesta Casa. E aí os funcionários chamados intocáveis, que muitos temem, acabam criando esses caminhos, muitas vezes levando a um conceito generalizado os demais funcionários, como se nesta Casa não

houvesse figuras valorosas que executam as suas atividades. Aqui há muitos profissionais com boníssimas qualidades e que trabalham de forma responsável. Esses talvez, sim, precisassem ser mais valorizados, até mesmo, pelo que consta aqui nesse projeto de lei.

Fui verificar melhor e vi que, quando os dois procuradores se aposentarem, o critério para quem vai assumir não é concurso. Não há critério claro sobre quem vai substituir os que estão saindo ou os que, porventura, possam ter um problema no decorrer da vida e não possam mais trabalhar. Quer dizer, vai ficar sob a anuência, talvez, de um presidente ou de um apadrinhamento quem assumirá esses cargos.

Precisamos devagarzinho começar a corrigir o que tem por aí e sabemos que há uma manifestação do Ministério Público e do Tribunal de Contas que nos orienta sobre isso. Agora temos que aguardar o Supremo Tribunal Federal, porque há uma Adin.

Então, essa é a minha posição e que fique registrado para os intocáveis desta Casa.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Jean Kuhlmann, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Sr. presidente, srs. parlamentares e sras. parlamentares, quero, rapidamente, até porque não tive oportunidade no meu pronunciamento anterior, fazer um registro aqui, aproveitando este momento para parabenizar a Associação Comercial e Industrial de Blumenau, o movimento da Acib Mulher, as mulheres que ontem fizeram, deputado Ismael dos Santos, um grande evento no teatro Carlos Gomes, reunindo aproximadamente 800 mulheres, em comemoração ao Dia Internacional da Mulher, mostrando o empreendedorismo das empresárias Blumenauenses e do vale do Itajaí.

Várias pessoas foram homenageadas, inclusive a presidente da Federação das Apaes de Santa Catarina, nossa querida companheira Rosane Vaillatti, que também mereceu uma justa homenagem como destaque nacional por toda sua atuação, pela forma como conduz o seu trabalho, com um jeito feminino, mas acima de tudo sério, competente e honesto. Ela com certeza é uma grande "apaixonada" por Santa Catarina, pelo trabalho que faz com as Apaes e por isso mereceu a homenagem.

Querida fazer esse registro parabenizando a Acib, as mulheres da Acib, que realmente mostraram como a mulher Blumenauense, a empresária Blumenauense tem um papel importante na nossa cidade.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Pois não!

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Deputado Jean Kuhlmann, obrigado pela intervenção.

De fato não tive oportunidade de me pronunciar sobre o Dia Internacional da Mulher, mas é muito justa essa homenagem que v.exa. faz. Refiro-me principalmente às mulheres voluntárias que traduzem muito bem a pujança e a sensibilidade da mulher catarinense. Quero deixar também aqui a minha homenagem a todas as mulheres citando o que o sábio Salomão, há mais de 3.000 anos, disse: "Mulher sábia, quem a achará? O seu valor excede, em muito, a dimensão das pérolas e dos rubis." Com esse verso de Salomão eu cumprimento as mulheres catarinenses.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Parábens, deputado Ismael dos Santos.

Com certeza esse verso homenageia e cabe a todas as mulheres, pois elas refletem a beleza da nossa sociedade. Aliás, quero aproveitar para fazer uma reflexão. Enquanto que as Acibs, as mulheres empresárias de Blumenau, fizeram uma homenagem a todas aquelas empreendedoras, voluntárias, no domingo, também tive a oportunidade, deputado Rogério Mendonça, de participar com v.exa. de uma homenagem lá no município de Presidente Getúlio.

E estiveram presentes mulheres voluntárias, trabalhadoras, do alto vale do Itajaí, de todo o vale, mulheres do campo, que têm as mãos calejadas de tanto trabalhar para ajudar no sustento de sua família. Foi feita também uma grande homenagem a todas as mulheres do alto vale. Lá também estiveram este deputado que voz fala, o deputado Rogério Mendonça, o deputado Joares Ponticelli, o deputado Jailson Lima e outros parlamentares, bem como o nosso senador Raimundo Colombo, que fez uma colocação belíssima, a deputada Ana Paula Lima e o deputado João Matos.

Enfim, várias pessoas prestigiaram o evento, que contou com a presença de cerca de 2.500 mulheres do alto vale, que já colocaram a mão na enxada e que, na labuta do dia-a-dia para o sustento da sua família, mostraram efetivamente o valor da mulher do alto vale, da mulher catarinense. E eu tive a alegria de ver as grandes homenagens que foram prestadas merecidamente a essas mulheres. Eu tenho certeza de que elas servem de exemplo, tanto as que foram homenageadas no domingo, quanto também as mulheres blumenauenses do médio vale do Itajaí, que foram homenageadas na segunda-feira.

Elas servem de exemplo para as muitas mulheres catarinenses e brasileiras, que tanto fazem e tanto constroem pelo nosso estado, Santa Catarina. E são exemplos pela garra, pela luta, pelo jeito simples, humilde e sincero de fazerem as coisas.

Nós tivemos aqui, nesta tarde, o pronunciamento do sr. Sérgio Medeiros, falando da frente parlamentar que foi criada. Eu queria aproveitar já que ele estava aqui conosco para tocar num assunto que nos indignou e recentemente foi motivo de uma nota, srs. parlamentares, no *Jornal de Santa Catarina*, com relação às entidades empresariais do município de Blumenau. Todos nós sabemos que recentemente houve catástrofe no Vale do Itajaí, e as empresas passaram por grandes dificuldades.

E naquela época foram prometidas várias coisas, empréstimo, dinheiro para cá e para lá para a reconstrução. Mais uma promessa foi colocada através da Portaria n. 289, de 11 de dezembro de 2008, que diz justamente o seguinte:

(Passa a ler.)

"Ficam prorrogados para o último dia do mês de junho, julho e agosto de 2009 os prazos para pagamentos de tributos federais administrados pela secretaria da Receita Federal do Brasil, relativos aos fatos geradores ocorridos nos meses de novembro e dezembro de 2008 e janeiro de 2009."

Ou seja, os meses em que as empresas estavam se recuperando da catástrofe. E justamente essa portaria foi colocada para as empresas, como o sr. Sérgio Medeiros coloca, que geram empregos, que geram renda, e todos nós aqui já falamos da importância que elas têm. Elas foram surpreendidas com a notificação no sentido de pagar multas pelo atraso dos pagamentos dos tributos.

Alega-se que a portaria não tem validade. Diz-se que essa portaria, deputado Manoel Mota, que foi feita e está aqui assinada pelo dr. Guido Mantega, não teria validade, porque ela não pode sobrepor uma lei.

Ora, isso é uma brincadeira de mau gosto! Isso é brincar com o empresário, brincar com o contribuinte que gera emprego, renda, srs. parlamentares, e receita para este estado. Faz-se uma portaria dizendo que se pode pagar depois de ano e, quando a empresa vai efetuar o pagamento, dizem que esqueceram de pagar os juros, as multas e tudo aquilo que deveria ser pago no período que a portaria isenta.

Então, eu espero efetivamente que o governo federal, através do presidente Lula e do ministro Guido Mantega, crie vergonha na cara e volte atrás dessa situação.

Agora, parece de novo, deputado Manoel Mota, como algumas coisas que vêm acontecendo no governo federal, que mais uma coisa foi plantada para que um salvador político viesse resolver um problema criado pelo próprio governo. É esse tipo de circunstância que eu não consigo admitir. Um político vai lá e diz na época da catástrofe, quando está todo mundo fragilizado, que conseguiu uma portaria em favor daquelas pessoas que geram emprego e renda em Santa Catarina. E aí ganha aplausos, porque conseguiu a portaria!

E, depois de um ano, quando está todo mundo esquecendo essa questão, esse mesmo político salvador diz que vai salvar a região, pois é vinculado ao governo federal, que vai salvar de novo os empresários e que não vai admitir que essa portaria não seja respeitada. Então para mim isso é uma brincadeira política de mau gosto!

Por isso, eu quero parabenizar o sr. Sérgio Medeiros, as entidades empresariais pela coragem de fazer uma nota de repúdio, ocupando uma página inteira de um jornal. Eu não tive oportunidade de falar sobre isso antes. Para todos nós é uma vergonha ter que falar num assunto desses, uma portaria que não foi respeitada, porque a Receita Federal diz que a lei não pode ser sobreposta pela portaria.

Ora, o que eu quero efetivamente é parabenizar a coragem dos empresários que foram a público mostrar a sua indignação e exigir os seus direitos respeitados. Tomara, srs. parlamentares, que aqueles que agora vão corrigir o erro não venham novamente dizer que são os salvadores da pátria e que graças a eles tudo acontece.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Com a palavra o eminente deputado Manoel Mota, por até dez minutos.

Antes, porém, esta Presidência registra com satisfação a presença do prefeito do município de Maracajá, sr. Prezalino Ramos. Seja bem-vindo a esta Casa. O TRE marcou as eleições neste município e no município de Celso Ramos para o dia 06 de junho de 2010.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores da TVAL, Rádio AleSC Digital, visitantes que prestigiam o Parlamento catarinense.

Sejam bem-vindos a esta Casa o sr. Prezalino Ramos, prefeito em exercício de Maracajá, e o presidente da Câmara de Vereadores.

Eu estava atento aos pronunciamentos e vi a sede com que chegou o eminente deputado Joares Ponticelli, hoje. Eu queria saber por que essa sede, essa raiva, esse rancor e descobri o por quê. Falar sobre a segurança pública, na atual situação que

atravessa o Brasil, com as drogas tomando conta e os crimes acontecendo a cada instante...

Eu ontem, com o coração arrebatado, vi o desespero de um pai que perdeu o seu único filho, com 19 anos, um policial civil. Elizeu de Souza Junior foi covardemente assassinado por dois, três jovens que queriam roubar seu carro.

Isso vem acontecendo a cada instante, a cada minuto e daí vir aqui crucificar o secretário de Segurança Pública? Não dá para aceitar. Eu acho que esse não é o caminho, não é assim que devemos agir aqui no Parlamento. Como é que vamos fazer aqui para detonar uma pessoa?

Mas eu fui em frente e achei a razão. Depois, veio a história do uniforme. É a primeira vez na história de Santa Catarina que o governo do estado, através da Secretaria da Educação, vem dando uniformes aos alunos para haver um equilíbrio entre o pobre e o rico. Agora são todos iguais, para o pobre não se sentir inferiorizado. E aí vem aqui dizer que os alunos estão ficando com coceira? Ah, isso é um mal estar, desculpe-me!

É um produto de qualidade, comprado com muito amor, para ser distribuído aos nossos alunos da escola estadual de Santa Catarina. E vem um parlamentar aqui, que foi líder do governo nesta Casa, criticar. Nunca compraram sequer um chinelo, quanto mais o uniforme completo. E vem aqui fazer críticas! É um despreparo total.

E aí eu fui descobrir por que esteve na rádio Verde Vale, em Braço do Norte. E aí foi atacando o governo do estado! É claro que tem que atacar. Por quê? Porque vai dando desespero.

Em Santa Rosa de Lima prometeram e nunca fizeram nada! Hoje, está pavimentada, é uma obra de qualidade, de primeiro mundo. Aí vêm o desespero e as críticas.

Fui ver por que o deputado Joares Ponticelli chegou aqui tão indignado e percebi que foi pela nota publicada no jornal com o título "E agora?"

(Passa a ler.)

"E agora?"

O povo de Braço do Norte e de Parreiral saberá reconhecer no local e no momento certo tudo o que o senhor tem feito por nossos municípios, expôs o prefeito de Braço do Norte, Evanísio Ulliano, quando da assinatura da ordem de serviço para o asfaltamento entre os dois municípios. O único detalhe é que o prefeito, que debulhava elogios ao governador e prometia reconhecimentos futuros é do PP, partido do casal Amin."[sic] E de Joares Ponticelli.

É o desespero! O desespero dá coceira mesmo. Não há dúvidas de que dá coceira. Foram vários prefeitos que reconheceram isso, porque o governador não discrimina ninguém. Não é como antes.

Fui prefeito por seis anos e não ganhei um copo d'água. Hoje, todos os prefeitos, de todos os partidos, são reconhecidos, são lembrados. Participam do conselho, constituído pelos presidentes da Câmara de Vereadores, dos prefeitos municipais e de algumas pessoas da sociedade com representação e decidem as questões fundamentais da região.

É evidente que essas coisas vão dando coceira, porque a possibilidade de voltar ao poder para fazer aquele governo com raiva, com rancor, sem sequer olhar para o adversário, acabou em Santa Catarina. O nosso estado hoje vive um novo momento, vive o momento da paz, do desenvolvimento, do governo que descentralizou, que fez com que Santa Catarina crescesse por inteiro.

V.Exas. podem ver, eram 54 municípios sem pavimentação, que agora está chegando ao seu final. Daqui a uns dois ou três meses o nosso será o primeiro estado da federação no qual todos os municípios terão acesso pavimentado. Isso vai dando coceira mesmo e vai dando desespero!

Agora, temos que reconhecer que quando há um governo comprometido com a sociedade, que trabalha, que gera emprego, renda, desenvolvimento, ainda sobra dinheiro para comprar uniforme para as escolas deve ser aplaudido. Quem for até lá vai verificar que no último ano de governo foram feitos 12 quilômetros, quase 13, de pavimentação asfáltica, e não foi apenas para assinar o contrato, não, foi para levar a ordem de serviço. E a empresa já está trabalhando.

Com certeza o vereador Nivaldo deve estar na maior euforia, porque foi colocada na ordem de serviço mais de 500 pessoas. O prefeito de Braço do Norte, que tem sensibilidade, que tem consideração, fez todos esses elogios ao governo do estado de Santa Catarina.

Então, preciso passar a limpo, mostrar aquilo que é verdade. Não podemos deixar uma pessoa desesperada vir aqui fazer acusações levianas e ficar por isso mesmo. Eu queria deixar registrado aqui que as acusações feitas pelo eminente deputado Joares Ponticelli foram fruto da declaração de um prefeito do seu partido que rasgou elogios ao governo de Santa Catarina, na sexta-feira da semana passada, quando o seu município recebeu a ordem de serviço para a pavimentação de 12, quase 13 quilômetros, na região dos frigoríficos, região importante para o desenvolvimento do município.

O governo não olha a direção, não olha para a região mais desenvolvida, mas olha para a geração de emprego, porque geração de emprego e renda é qualidade de vida para o povo. É com esse espírito que o governo trabalha e com esse espírito que nós trabalhamos para dar qualidade de vida ao povo catarinense. É o que desejamos.

Muito obrigado, sr. presidente!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Edison Andrino, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Sr. presidente, nobre srs. deputados, ontem foi o Dia Internacional da Mulher e quero aproveitar a oportunidade para fazer referência a duas mulheres importantes desta Casa, que ontem receberam uma homenagem na Câmara Municipal de Florianópolis, a homenagem mais importante da nossa cidade, que é a Medalha Antonieta de Barros, e uma das mulheres é funcionária desta Casa, a Marilu Lima de Oliveira, coordenadora de estágios especiais, responsável pelo programa Antonieta de Barros. Aproveito a oportunidade para cumprimentá-la. A outra mulher homenageada trabalha conosco aqui, diariamente, é de uma simpatia ímpar. Quem não conhece e quem não gosta da Jamile? E ela também foi uma das homenageadas, ontem, na Câmara Municipal de Florianópolis.

Nós queremos aqui, sr. presidente, trazer um abraço muito carinhoso à Jamile que, merecidamente, recebeu essa homenagem pelo Dia Internacional da Mulher. E a Jamile merece muito, muito mais homenagens pelo seu trabalho, pela maneira carinhosa com que ela atende a todos, indistintamente, independentemente partidos, que aqui procuram a Assembleia Legislativa do estado de Santa Catarina.

Sr. presidente, também quero aqui, aproveitando o Dia Internacional da Mulher, que aconteceu ontem, prestar uma homenagem a uma mulher que atualmente está um pouco esquecida de nós, da mídia, mas que teve uma importância fundamental para Florianópolis, para o desenvolvimento econômico desta cidade, como figura humana, como trabalhadora, como empresária, que foi a Ninita Muniz, que nasceu em Campos Novos, formou-se em Lages e depois veio para Florianópolis, onde trabalhou no ramo da costura e da pequena confecção.

Lembro-me bem dela quando disputei a eleição para prefeito. E nada melhor que a democracia, que a eleição, para discutirmos os problemas da comunidade. E foi a primeira eleição para prefeito, depois de 20 anos de prefeitos nomeados pela ditadura. E nós fomos discutir os problemas da cidade que não foram discutidos pelos prefeitos antecessores, porque os prefeitos nomeados não tinham muito compromisso com a população, mas, sim, com o governador que os nomeavam, assim como o governador tinha com o presidente da República, que na época eram os ditadores e que nomeavam os governadores. E no levantamento dos problemas da cidade que fizemos, vimos que o maior deles era o desemprego.

Então, fizemos duas propostas que eu tenho certeza que contribuíram, substancialmente, para ganharmos a eleição do então governador Esperidião Amin, que era a questão de gerar emprego nesta cidade. E propusemos o polo do vestuário, que foi encabeçado pela dona Ninita, que foi a minha secretária do Desenvolvimento Econômico e o polo da informática. Chegamos à prefeitura com essa proposta, e ela deu conta do recado.

Ora, era uma prefeitura difícil, sem estrutura, porque na época era o quintal do governo do estado. E como eu ganhei do governador, tiraram a estrutura, e começamos a engatinhar na prefeitura municipal de Florianópolis. E a dona Ninita, com parcerias com o Senai, com o Sesc, formou mais de mil costureiras na prefeitura; formamos profissionais em *designer*, fizemos cursos e feiras de moda nesta cidade, e a indústria da confecção se tornou uma realidade em Florianópolis.

Eu sempre dizia a ela que não havia dinheiro, não havia nada, mas ela soltava o foguete, saía correndo atrás da varinha e sempre dava um jeito para conseguir máquinas de costura e outros equipamentos.

Eu tenho um orgulho muito grande de ter participado da formatura todo mês de 30, 40 costureiras. E a maioria delas foi abrir as suas pequenas confecções.

Hoje também o polo da informática é uma realidade na nossa cidade. Será lançado daqui a pouco um livro, aqui, na Assembleia Legislativa, pelo Mário Xavier, "*A História do Polo da Informática*".

Então, essas foram as duas propostas que fizemos quando candidato a prefeito para gerar emprego nesta cidade. Hoje, este livro será lançado aqui, porque a informática hoje é a maior receita da cidade. Quem diria, depois de 24 anos de ter sido prefeito, em 1986.

A informática nem existia. Nós criamos a primeira incubadora, o primeiro condomínio, num prédio que a prefeitura alugou no bairro Trindade. E depois o Kleinübing a estruturou. Lá funciona hoje o atual Polo da Informática. Hoje, a informática é o maior fator de geração de renda e de recursos para a prefeitura de Florianópolis.

Quero aqui também cumprimentar Pedro Ivo Campos, que na minha época foi

governador e deu uma força, o Luiz Henrique da Silveira, que era secretário de Ciência e Tecnologia e que veio a Santa Catarina fortalecer esse projeto.

Por isso, digo que nós temos que cuidar mais da questão humana e menos de viadutos, de pontes e de asfalto. Precisamos mais de projetos humanísticos para esta cidade. Hoje, o desemprego é ainda o grande problema de Florianópolis, mas temos ainda um dos maiores problemas, deputado Valmir Comin, que é o da segurança pública.

Em 1985, quando disputei a eleição para prefeito, a segurança não aparecia na pauta de prioridade da cidade. Nós fazíamos pesquisa para ver as dificuldades, os problemas de Florianópolis, e a segurança não estava na pauta. Então, precisamos de projetos que gerem emprego e renda para que a nossa cidade seja mais segura.

Esta semana mataram duas pessoas em Florianópolis, um empresário da Lagoa da Conceição, dono da Casa dos Parabrisas, um homem trabalhador, batalhador, que criou a sua empresa com dificuldade, que saiu de uma família humilde, lá do retiro da Lagoa da Conceição. Jovens menores, os assassinos, mataram-no violentamente num assalto às 17h30, na sua empresa. E ontem, um jovem funcionário da secretária da Segurança Pública, filho de um diretor, foi brutalmente assassinado no município de São José.

Eu acho que a segurança tem muito a ver com o uso de droga, com uma série de males que impera hoje na nossa sociedade, mas um dos grandes problemas é a falta de projetos de desenvolvimento econômico que gerem empregos e renda para a nossa juventude. Não é só com obras físicas que vamos resolver esse grande problema que nos afeta diretamente, que nos traz insegurança constante, não é à toa que a indústria que mais cresce no Brasil é a da segurança, do alarme, da vigilância. Por isso, precisamos urgentemente ter projetos de desenvolvimento econômico.

Quero convidar todos os srs. deputados para fazerem parte do lançamento deste livro, que tem a participação da nossa universidade, de setores do governo do estado, do governo federal, do Ministério da Cultura, porque é um livro que mostra um pouco a história econômica e social da nossa capital, que é o polo do vestuário, ao qual dei a minha contribuição como prefeito, claro que não fui o único, pois a própria Escola Técnica Federal, hoje, o nosso Cefet, teve uma participação efetiva, antes de eu ser prefeito da cidade. Mas creio que como prefeito demos uma contribuição substancial para que o polo da informática e do vestuário fosse uma realidade na capital dos catarinenses.

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Muito obrigado, deputado Edison Andrino.

O próximo orador inscrito é o sr. deputado Pedro Uczai, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sr. presidente, deputado Jailson Lima, srs. deputados, hoje quero falar sobre coisas boas.

Fiquei feliz quando li a seguinte manchete no jornal *Diário Catarinense*: "Oeste de Santa Catarina abre nova fronteira para o desenvolvimento - Universidade Federal".

Então, sinto-me feliz, primeiro, porque resido na minha querida Chapecô, desde os meus 13 anos, e, segundo, porque a sede da reitoria da nova universidade federal é em Chapecô, é no oeste de Santa Catarina, que foi fruto da grande mobilização social, do

movimento popular e das lideranças que se engajaram na construção e na vitória dessa universidade federal.

Participo desse projeto junto com o governo do presidente Lula, do nosso partido, que permitiu expandir as escolas técnicas, as universidades federais e constituir novas universidades federais. A Universidade Fronteira Sul é uma realidade desde quinta-feira, e os professores e técnicos administrativos já foram empossados.

Esta semana os mais de 2.600 estudantes selecionados para os novos cursos que iniciarão no dia 29 já se estão inscrevendo. Na reportagem aparecia a foto dos estudantes com a manchete: "Nova Federal, um diploma bem pertinho" Mas a grande novidade da Universidade Federal de Chapecó, no nosso oeste, não foi conquistada enquanto universidade federal, mas, sim, as suas características, sua configuração e a maneira como os alunos terão acesso a ela.

A crítica histórica sempre foi a de que quem estuda em uma universidade federal não são os alunos de escola pública, mas, sim, os de escolas particulares, alunos que fizeram cursos preparatórios, alunos jovens de outros estados da federação que frequentam a nossa universidade federal e principalmente os nossos cursos nobres. Então, qual é a grande surpresa e a grande novidade da nossa Universidade Federal Fronteira Sul? Srs. telespectadores da TVAL e ouvintes da Rádio Alesc Digital, dos 92% dos alunos selecionados para a nova universidade, 91,5% estudaram três anos na escola pública, 3,2% estudaram dois anos na escola pública e 1,6% estudaram um ano na escola pública. Somente 3,5% dos alunos que passaram estudaram na escola privada, na escola particular. Vejam a revolução que está sendo construída no oeste de Santa Catarina.

Alunos de escolas públicas conquistaram o direito de estudar em uma universidade pública, e mais do que isso, alunos dos nossos pequenos municípios, que na grande parte deles só têm ensino médio na rede pública de ensino, estão conquistando o direito nesta universidade federal pública, gratuita e de qualidade.

Como professor, como educador, como ex-prefeito da querida cidade de Chapecó e do oeste de Santa Catarina, estou aqui hoje muito feliz. Em nome do nosso partido, a nossa bancada quer agradecer ao governo do presidente Lula, que poderia vir aqui inclusive inaugurar essa nossa universidade. É uma conquista para a juventude, é uma conquista para os nossos municípios, é uma conquista para a região.

O jornal *A Notícia* também divulgou que a nova universidade é sinônimo de desenvolvimento, de novos aluguéis, da construção civil incrementando novas atividades produtivas, econômicas, área de serviço, comércio, consumo e geração de emprego.

Portanto, a universidade acaba se transformando num instrumento de desenvolvimento do que está aí e de instrumento de desenvolvimento de novos processos produtivos, como o curso mais concorrido da nossa nova Universidade Federal Fronteira Sul. E eu tive a alegria e a grata satisfação de defender os cursos de engenharia ambiental e energias renováveis, com 23 alunos por vaga, um dos cursos mais concorridos que vão se transformar em referência, deputado Valmir Comin, para o Brasil inteiro, pois é o primeiro curso do Brasil que está discutindo engenharia ambiental e energias renováveis.

Por isso, este ano queremos levar o evento do Sustentar 2010 próximo a essa nova

universidade federal, próximo aos professores e especialistas, que vão discutir, daqui para frente, um dos espaços regionais de Santa Catarina como referência, além dos outros espaços que hoje estão sendo construídos em energia limpa, em energia renovável e em engenharia ambiental.

Por isso, não posso deixar aqui de fazer esse registro e de comemorar essa conquista de que alunos de escola pública estudarão na universidade pública. Depois de 50 anos conquistamos a segunda universidade federal em Santa Catarina. Mas mais do que isso, o processo seletivo, cujo critério define que o Enem tem como nota máxima 7, sendo dado o restante da pontuação para quem estudou na escola pública, acabou sendo um critério de justiça social, um critério de inclusão social, um critério de que a universidade não só está no oeste do nosso estado, como está garantindo o direito de os jovens do oeste frequentarem a universidade no oeste de Santa Catarina.

Essa é a revolução, essa é a vitória, essa é a conquista dos movimentos sociais, da Fetraf, do movimento sindical, da via campesina, das lideranças políticas que se engajaram nessa conquista e nessa vitória. E o deputado federal Claudio Vignatti foi um dos grandes expoentes e articuladores também desse projeto e dessa vitória.

Participei dessa mobilização, participei dessa conquista e por isso estou feliz. Eu sou autor da regulamentação do art. 170, sendo que o deputado Valmir Comin esteve na época aqui votando e aprovando aquele projeto, cujo relatório, em dezembro passado, tivemos acesso, tendo sido distribuídas 182 mil bolsas nos 11 anos de história desse artigo.

Há poucos dias estive no sul do estado, em Laguna, quando um pai emocionado me disse: Pedro, sou sergente de pedreiro, ganho R\$ 615,00 por mês e queria convidá-lo para a formatura da minha filha, que se está formando em Arquitetura. Ele me disse que iria ajudar a construir as casas que a filha fizer os projetos. Ele, emocionado, disse que foi graças ao art. 170 que recebeu as bolsas de estudo durante os quatro anos e meio da faculdade de sua filha.

É por isso que estamos participando de uma política que luta pela educação, porque a melhor herança que um pai e uma mãe podem deixar para os seus filhos, para os seus netos hoje, com as exigências de conhecimento, de ciência e de tecnologia, tanto do campo quanto da cidade, para o filho do agricultor familiar, para o filho do trabalhador, para o filho do micro e do pequeno empresário, é uma boa educação, e isso está ligado ao caráter, à personalidade que vem de família.

Cabe também aos agentes públicos garantir uma boa educação no ensino básico. É por essa razão estamos lutando tanto para que o Magistério tenha dignidade, tenha decência em Santa Catarina e no Brasil, para que o educando possa ter acesso a uma boa universidade, a uma boa profissão. Depois os jovens terão de correr atrás do seu futuro para conquistar e viver com dignidade, para que seus pais possam, da mesma maneira, viver com dignidade.

Faço esse registro, com alegria e emoção, como professor e como educador. E quando vejo um operário presidente, que não teve direito de estudar, construir a nova Universidade Federal em Santa Catarina, percebo que nós conseguimos a nossa maior conquista, a maior vitória para a nossa região e para Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Valeu, deputado Pedro Uczai. Esse seu relato é fruto da importância da educação em nosso estado e no Brasil feita pelo governo de um operário.

Com a palavra o último orador inscrito, deputado Valmir Comin, do Partido Progressista.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Sr. presidente, agradeço a deferência de v.exa., mesmo esgotado o tempo regimental, para que eu possa fazer uso da tribuna e discorrer sobre um assunto que considero e reputo de grande relevância e que constrangeu não só a região sul, como o estado de Santa Catarina com a notícia da morte de um deficiente físico que foi encaminhado pelo Judiciário até a Penitenciária Santa Augusta, no município de Criciúma, que veio a óbito em função de agressão física por companheiros de cela.

(Passa a ler.)

"O sr. Valcir Ghislandi, 56 anos, ficha criminal limpa e sem antecedentes, nunca se envolveu com nenhum problema na Justiça e era deficiente mental de nascença.

Viveu a vida inteira com seus pais, até que esses faleceram e então veio a morar com o seu irmão e sua cunhada, os quais nunca tiveram filhos e que cuidavam dele há 23 anos como filho.

No dia 19 de janeiro de 2010 foi preso após um pai ligar para a polícia dizendo que ele tinha tentando abaixar a calça de sua filha quando ela passava pela estrada próxima à sua propriedade.

No dia 22 de janeiro de 2010 mostrei pessoalmente, diz aqui o seu advogado, para a juíza da 1ª Vara Criminal o atestado médico particular que demonstrava que ele era deficiente mental e pedi sua imediata transferência para um local apropriado.

Somente no dia 29 de janeiro a juíza Karina Maliska, concordando que ele era deficiente mental e corria risco de vida dentro do presídio, determinou a sua imediata transferência para um hospital de custódia e tratamento do estado. Porém, diante da inexistência de vagas no hospital, foi determinado que ele aguardasse uma vaga, sabe-se lá Deus quando, no presídio Santa Augusta, dividindo uma cela com cinco outros presos acusados ou condenados por estupro ou então que tinham problemas de relacionamento com outros parceiros agressivos.

Esse advogado foi junto com a família do sr. Valcir várias vezes conversar com a juíza. A família chegou a implorar chorando para que ela determinasse sua transferência para um hospital particular, que seria bancado pela própria família, deputado Pedro Uczai. Até o pai da vítima, aquele que ligou para a polícia, tentou em vão conversar com a juíza e explicar que ele não tinha chegado a machucar sua filha fisicamente e que ele era deficiente mental e não podia de jeito algum ficar no presídio.

Ele disse que haviam prometido para a sua filha, na delegacia, que ele iria ficar num hospital e não em um presídio comum. Imploramos para que ele fosse solto e cumprisse prisão domiciliar ou fosse transferido para um hospital particular, mas não fomos atendidos.

Ele ficou quase 30 dias aguardando vaga depois que essa decisão foi tomada pela juíza, até que foi assassinado dentro da própria cela por outro preso. A família levou um pacote de biscoitos na segunda-feira para o sr. Valcir e um dos presos tentou tirar o biscoito da mão dele, só que ele não queria soltar, e o

preso, então, o espancou até a morte. Mas o sr. Valcir, conforme constatado pelo laudo cadavérico do IML, não tentou se defender ou lutar com o outro preso, ficou agarrado ao seu pacote de biscoito, sendo espancado até a morte, o que prova, mais uma vez, sua clara e manifesta deficiência mental.

Os juizes e AMC colocaram a culpa toda no estado, no Executivo e no presídio, alegando o seguinte: 'O sistema prisional, em especial a integridade física dos presos, é de inteira responsabilidade do Poder Executivo'.

'O Poder Judiciário não pode ser responsabilizado por ocorrência de fatalidades que venham a acontecer no interior das cadeias, presídios e penitenciárias do nosso estado'.

'O Poder Judiciário não faz as leis, função do Legislativo, apenas as cumpre, como a fez corretamente no caso do sr. Valcir'.

'Soltar alguém preso em flagrante sob acusação de cometimento de crime gravíssimo exige, em respeito à vítima, seus familiares e à segurança de toda a sociedade, redobrada cautela'.

Porém, cumpre ressaltar que o presídio Santa Augusta nunca foi criado para abrigar presos com deficiência mental e não estava preparado para receber o sr. Valcir Ghislandi.

Na falta de vagas em um hospital de custódia do estado é dever do Judiciário determinar a sua internação em um hospital particular ou prisão domiciliar.

Ao determinar que um deficiente mental que não sabe tomar banho, se alimentar, se cuidar sozinho, fique num presídio comum aguardando vagas, o Judiciário está agindo ilegalmente e está infringindo a lei de proteção aos deficientes mentais (Lei n. 10.216, de 6 de abril de 2001).

O Poder Judiciário não pode ser conivente com o descumprimento da lei pelo Poder Executivo quando não providencia os estabelecimentos adequados aos reeducandos, conforme prevê o ordenamento jurídico.

Diz o código de ética da Magistratura de 2008, feito pelo Congresso Nacional de Justiça:

'Art. 3º A atividade judicial deve desenvolver-se de modo a garantir e fomentar a dignidade da pessoa humana, objetivando assegurar e promover a solidariedade e a justiça na relação entre as pessoas'.

É cristalina que, dentro de todas as opções que os juizes poderiam ter tomado, seja mandar ir para um hospital particular, seja prisão domiciliar ou até mesmo mantê-lo em cela separado, sozinho, a decisão que tomaram de deixá-lo junto numa cela, uma pessoa vulnerável e deficiente mental, com cinco presos acusados ou condenados por estupro, é absurda.

Apesar de constar no acórdão e no processo judicial, o sr. Valcir Ghislandi não era vizinho da vítima. Como já disse anteriormente, o pai e a mãe da menina fizeram uma declaração por escritura pública afirmando que não eram vizinhos deles, que suas casas tinham uma boa distância uma da outra e que o acusado não era uma pessoa violenta ou perigosa e que ele não tinha machucado a filha deles fisicamente de forma alguma. Quem colocou que eles eram vizinhos foi o delegado na feitura do inquérito policial e isso foi tomado com verdade absoluta pelo Judiciário, apesar de eu ter juntado esses documentos no processo dizendo o contrário".

Isso é absurdo, deputado Pedro Uczai!

(Continua lendo.)

"Com certeza foi uma 'sábia decisão' afirmar primeiro que ele era deficiente mental e que corria risco de vida dentro do presídio e por isso devia ser transferido imediatamente. Mas logo depois, diante da inexistência de vaga, deixaram-no lá até conseguir uma vaga no único hospital de custódia do estado.

Os pais da menina sequer foram recebidos pela juíza que cuidava do caso. E agora o Poder Judiciário quer colocar a culpa no Executivo, no estado, sendo que aquele presídio não estava de forma alguma

preparado para receber um deficiente mental de nascença, que não sabia se governar sozinho.

O desejo de todos aqui de Nova Veneza, cidade de nascença do sr. Valcir Ghislandi, e do sul como um todo, é que a comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher da Assembleia legislativa avalie a conduta desses magistrados, após requisitar uma cópia do Processo Criminal n. 020.10.000899-2, de Criciúma, e que representem na Corregedoria do Tribunal de Justiça do Estado e também do Conselho Nacional de Justiça pela ilegalidade e desrespeito manifesto à dignidade da pessoa humana e à Lei n. 10.216, de 2001."

Vou levar, sr. presidente, esse encaminhamento e esse pedido à comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher, que é presidida pela deputada Ana Paula Lima, do PT, para que esta Casa tome as devidas providências, a fim de que possamos elucidar os fatos ocorridos naquele momento.

Que fatos dessa natureza não venham mais ocorrer no estado de Santa Catarina e que os verdadeiros culpados sejam realmente punidos.

Era isso, sr. presidente e srs. deputados.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Muito obrigado, deputado Valmir Comin, e parabéns pelo seu pronunciamento. Santa Catarina exige respostas urgentes a esse tipo de desordem pública, tendo vista o assassinato de um deficiente mental dentro de celas do presídio no sul do estado.

Não havendo mais tempo regimental, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 015ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 10 DE MARÇO DE 2010 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERÍSIO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada De Luca - Adherbal Deba Cabral - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Dado Cherem - Dagomar Carneiro - Darci de Matos - Décio Góes - Dirceu Dresch - Elizeu Mattos - Gelson Merísio - Genésio Goulart - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - José Natal - Kennedy Nunes - Lício Mauro da Silveira - Manoel Mota - Marcos Vieira - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Ozair Polaco - Pedro Uczai - Professora Odete de Jesus - Reno Caramori - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck.

SUMÁRIO

Breves Comunicações

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Destaca obras do governo federal.

DEPUTADO JAILSON LIMA (pela ordem) - Registra presença de vereadores mirins.

DEPUTADO KENNEDY NUNES - Manifesta-se a respeito do Balé Bolshoi de Joinville.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS (pela ordem) - Cumprimenta vereadores mirins.

DEPUTADO JAILSON LIMA - Registra sua participação no Fórum de Integração Regional do Brasil.

DEPUTADO JOSÉ NATAL (pela ordem) - Registra presença de lideranças do município de Maravilha.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Critica governo estadual.

Partidos Políticos

DEPUTADA ODETE DE JESUS - Fala sobre diligência parlamentar a Joinville.

DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Critica governo federal com relação ao PAC.

DEPUTADO ROMILDO TITON - Manifesta-se sobre os programas do BID.

DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Reporta-se aos Microbacias.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS (pela ordem) - Registra presença de lideranças do município de Cerro Negro.

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Lamenta perda de membro da Polícia Civil; agradece homenagem recebida na Câmara Municipal de Joaçaba; fala sobre o Projeto Ficha Limpa.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR (aparte) - Solidariza-se com o pronunciamento do deputado Ismael dos Santos.

DEPUTADO ELIZEU MATOS (pela ordem) - Registra presença de lideranças do município e Otacílio Costa.

DEPUTADO DÉCIO GÓES - Reporta-se ao atual momento do PT.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Reforça o pronunciamento do deputado Décio Góes.

DEPUTADO ELIZEU MATOS (pela ordem) - Faz convite para a Festa Nacional das Hortaliças de Urubucí.

DEPUTADO SILVIO DREVECK - Manifesta-se sobre o trânsito da Grande Fpolis.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Defende o cumprimento da Lei n. 14.825.

DEPUTADO MOACIR SOPELSA (pela ordem) - Registra presença de lideranças de Ipumirim.
DEPUTADO SERFIM VENZON (pela ordem) - Registra presença de lideranças de Tigrinhos.
DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA (pela ordem) - Registra presença de lideranças de Presidente Nereu.

Ordem do Dia

DEPUTADO ELIZEU MATTOS (pela ordem) - Afirma que a base governista está disposta a deliberar sobre os vetos.

DEPUTADO DÉCIO GÓES (pela ordem) - Solicita ao autor que retire de pauta o PL n. 0306/2009.

DEPUTADO DÉCIO GÓES (pela ordem) - Solicita subscrever o PI n. 0029/2010, de autoria da bancada do PP, em nome da bancada do PT.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (pela ordem) - Manifesta-se acerca do PI n. 0030/2010, de sua autoria, pedindo esclarecimentos ao secretário da Educação acerca das chamadas "pulseiras do amor".

Explicação Pessoal

DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Manifesta-se a respeito do caso Leonel Pavan.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Crítica governo estadual.

DEPUTADO SERAFIM VENZON - Aborda o caso das pulseirinhas; apresenta preocupação com o Refis.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (aparte) - Diz que o problema também é das famílias.

DEPUTADO PEDRO UCZAI (pela ordem) - registra presença de lideranças do oeste catarinense.

DEPUTADO DÉCIO GÓES - Aborda questões de infraestrutura.

DEPUTADO PEDRO UCZAI (pela ordem) - Registra presença de lideranças de Nova Erechim, Quilombo e Jardinópolis.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH (pela ordem) - Registra presença de lideranças de Nova Erechim, Quilombo e Jardinópolis.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Inscrito para falar o sr. deputado Antônio Aguiar, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, gostaríamos de saudar o governo estadual pelas obras que vem realizando, principalmente no planalto norte.

Catarinenses, vejam a importância de um plano de governo, da palavra mágica descentralização. Nós votamos esse plano da descentralização, votamos o Fundo Social e foi a partir daí que as obras começaram acontecer no estado de Santa Catarina.

Obras realizadas no planalto norte, principalmente, e no estado de Santa Catarina mostram a construção feita pelo governo do estado de Santa Catarina e pelos deputados do PMDB, do PSDB, do Democratas, do PDT, do PPS e do PDT. Esta é a coligação que dá sustentação na Assembleia Legislativa ao governo do estado.

Nós vivemos momentos políticos importantes. Por quê? Porque é um momento pré-eleitoral, quando começam a acontecer as conversas e as definições das candidaturas para o próximo pleito em 3 de outubro.

Mas eu estava falando em descentralização, dizendo que tivemos obras e mais obras realizadas no planalto norte.

Quero me reportar à unidade prisional inaugurada na terça-feira passada na cidade de Canoinhas. É uma obra importante para a nossa cidade. Não tínhamos uma unidade prisional e agora temos; não tínhamos delegacia regional, e agora temos; não tínhamos a 3ª Vara Criminal, e agora temos. Já temos o terreno para a construção de um fórum novo no município de Canoinhas. Enfim, segurança pública, Poder Judiciário, Poder Legislativo e Poder Executivo estão juntos para a construção de uma Santa Catarina melhor.

Amanhã, no planalto norte, teremos a visita do governador em exercício, Leonel Pavan, juntamente com o secretário da Educação, Paulo Bauer, que vai inaugurar mais obras no planalto norte.

Será inaugurada a quadra do Cedup, uma quadra coberta bonita que vai fazer com que a juventude possa usufruir mais uma obra para o seu lazer.

Teremos, amanhã, mais precisamente às 11h, no município de Três Barras, a inauguração de mais uma escola, que também foi obra do secretário Paulo Bauer e deste deputado, que se dedicou para que se realizasse aquela importante obra.

Haverá a inauguração de um ginásio de esportes na Escola Gertrudes Müller, no município de Canoinhas. É também uma obra importante que estará sendo inaugurada, juntamente com o secretário de Desenvolvimento Regional, Edmilson Luiz Verka.

Em Bela Vista do Toldo, o prefeito Adelmo Alberti estará realizando, juntamente com Leonel Pavan, com o secretário da Educação e com este deputado, uma importante inauguração.

Então, são mais obras que estão sendo inauguradas no planalto norte, ora com o governador Luiz Henrique da Silveira, ora com o governador em exercício, Leonel Pavan. Isso faz com que não a tríplice, mas a polialiança continue trabalhando e fazendo obras.

Temos certeza de que o governo do estado de Santa Catarina preocupa-se também com rodovias. Vejam que não há só promessas, e sim realizações, pois estamos fazendo com que os acessos asfálticos cheguem a todos os 293 municípios do estado de Santa Catarina. Faltam seis ou sete acessos que ainda não foram inaugurados. Todos os outros municípios têm acesso asfáltico. Nenhum estado do Brasil tem essa condição. E isso aconteceu porque temos um governador que trabalha, pensa e executa. Ele está, neste momento, viajando para os Estados Unidos para liberar mais R\$ 300 milhões do BID V, verba essa que servirá para a conclusão desse grande pensamento, que é termos acesso asfáltico em todos os municípios.

Na área da saúde, há importantes inaugurações a serem feitas. No planalto norte, já está funcionando a UTI de Canoinhas, com dez leitos hospitalares modernos e que irão salvar muitas vidas.

Também temos programada a inauguração da UTI de Mafra, que também terá dez leitos para fazer com que a comunidade daquele município seja atendida. Temos em funcionamento o aparelho de ressonância magnética em Canoinhas, que atende ao planalto norte.

Por fim, quero parabenizar aqui a ação preventiva da secretária Carmen Zanotto, na área da saúde, que está fazendo um trabalho preventivo da gripe H1N1. E essa prevenção também está sendo realizado pela equipe competente da epidemiologia do estado de Santa Catarina.

Era o que tínhamos a dizer, sr. presidente.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Antônio Aguiar.

O Sr. Deputado Jailson Lima - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Jailson Lima.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Sr. presidente, quero registrar a presença dos vereadores-mirins da cidade de São Cristóvão. Eles vieram aqui, acompanhados do vereador Dirceu, do Partido dos Trabalhadores, para conhecer o Parlamento catarinense.

Sejam todos bem-vindos e continuem sendo abençoados pelo São Cristóvão!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Obrigado, deputado Jailson Lima. Esta Presidência também cumprimenta os vereadores-mirins e deseja-lhes uma boa estadia.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Kennedy Nunes, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, público que nos acompanha pela TVAL e pela Rádio Alecs Digital, catarinenses aqui presentes, vereadores-mirins que já foram citados, hoje faço aqui uma homenagem a algo muito importante que acontece na minha cidade, Joinville, deputado Polaco, que é a Escola do Teatro Bolshoi no Brasil. Tenho aqui, inclusive, a camiseta que foi elaborada para comemorar os 10 anos, deputada Professora Odete de Jesus, dessa importante escola.

Vai ser prestada - e ontem eu estava entrevistando eles - uma homenagem especial, nos próximos dias, e eu queria deixar aqui registrado os dias em ela que vai acontecer.

Mas, além disso, eu falar um pouquinho do momento que o Bolshoi passa, deputado Genésio Goulart. Nesses dez anos, mais de mil crianças já foram beneficiadas com o vínculo social do projeto que foi criado pelo hoje governador Luiz Henrique e na época prefeito de Joinville. Foi ele que foi lá, buscou e trouxe a escola para o município.

O Bolshoi passou por um processo complicado, mas logo depois conseguiu sobrepor essas dificuldades, deputada Professora Odete de Jesus, e hoje a Escola de Teatro Balé Bolshoi é o que é.

Só no ano passado, segundo informações do coordenador do balé Bolshoi, mais de 65 mil pessoas assistiram aos eventos produzidos pelas crianças do balé Bolshoi.

Deputado Elizeu Mattos, o balé Bolshoi não só forma bailarinos, mas também cidadãos cultos. A visão social que o balé Bolshoi teve lá em Joinville, nesses dez anos, é o que eu quero aqui ressaltar. Eles pegam crianças que, muitas vezes, moram na periferia e nunca tiveram na vida a ideia de algum dia poder ter acesso a esse tipo de cultura, a esse tipo de vida, que é uma vida clássica e que agora elas a têm através da Escola do Teatro Bolshoi no Brasil.

Quero dizer que, nesses dez anos de existência, a escola preparou algumas apresentações que serão realizadas no centro de eventos Karl Hansen, em Joinville, nos dias 15, 16 e 17 de março. E todos os deputados e os catarinenses que nos acompanham pela TVAL estão convidados para prestigiar.

No dia 15 de março, às 8h, será a grande Suíte do Balé com *Dom Quixote*, que terá a duração, deputada Ana Paula Lima, de

1h15 e contará com a presença de dois bailarinos do balé Bolshoi da Rússia.

No dia 16 haverá a estreia de *Giselle*, com duração de 1h30, uma produção feita pelos alunos do balé Bolshoi.

No dia 17 de março, também às 8h, haverá o *Grande Gala Bolshoi*, com duração de 1h15, quando haverá uma noite de gala que poderá ser assistida por todos.

Nessa comemoração dos dez anos do balé Bolshoi, deputado Sargento Amauri Soares, a possibilidade de as pessoas assistirem é muito de boa, porque os ingressos variam entre R\$ 5,00 e R\$ 20,00.

Portanto, eu estou aqui, deputado Lício Mauro da Silveira, fazendo o convite aos deputados que quiserem assistir a um bom espetáculo. E, diga-se de passagem, todo cenário foi produzido pela Escola do Teatro Bolshoi no Brasil de Joinville no Brasil, a única escola de balé Bolshoi fora do mundo.

Então, nesses dez anos, eu visto a camisa do balé Bolshoi. Pena que não haja uma sapatilha n. 43, porque senão já iria... Já que não há a sapatilha n. 43, deputado presidente, eu visto a camisa do Bolshoi e faço esse convite a todos os deputados.

A Sra. Deputada Professora Odete de Jesus - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Pois não!

A Sra. Deputada Professora Odete de Jesus - Parabéns, deputado, pelo tema de suma importância para todos os catarinenses.

V.Exa. se referiu às crianças da periferia. Que projeto magnífico! Foi uma bela ideia que Luiz Henrique da Silveira, hoje nosso governador do estado, teve quando prefeito. Assim ele pôde fazer esse trabalho belíssimo no município de Joinville.

Eu já residi em Joinville e sei dos problemas da periferia, deputado Kennedy Nunes. Quero dizer que no dia 15 de março vou movimentar a minha agenda para poder, com v.exa., ver essas crianças carentes que foram resgatadas através do projeto Balé Bolshoi. Parabéns, deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Será bem-vinda, deputada Professora Odete de Jesus, a Joinville, principalmente para assistir a esses espetáculos tão importantes.

A Sra. Deputada Ada De Luca - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Pois não!

A Sra. Deputada Ada de Luca - Deputado Kennedy Nunes, gostei de ouvir o seu discurso, por uma razão: as coisas correm bem, saem bem para a sociedade. Quando o Balé Bolshoi foi trazido pelo governador Luiz Henrique da Silveira, ele foi muito pichado. Nós escutávamos e líamos críticas, porque pairava uma dúvida, e graças à competência dos seus administradores, à força dada pelo governo do estado, está aí hoje essa maravilha, e v.exa. sendo de Joinville é um privilegiado. Quem não queria ter um Balé Bolshoi em sua cidade?

Nobre deputado, partindo de v.exa. só podia ser elogios mesmo, porque a sua família é apreciadora da arte, principalmente a clássica, assim como eu, que fiz seis anos de conservatório de piano também. V.Exa. e a sua família, tenho certeza, cada vez mais vão crescer dentro dessa coisa poética maravilhosa, a arte - harpa, piano, violão e dança.

Parabenizo v.exa., deputado Kennedy Nunes, pelos seus elogios ao Balé Bolshoi, que está de parabéns. Eu não perco os festivais e se Deus quiser vou estar lá.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Deputada Ada De Luca, v.exa. está convidada a participar e obrigado.

Só digo aqui, antes de ceder aparte ao deputado Elizeu Mattos, que só visto a camisa do Balé Bolshoi e venho aqui parabenizá-los, porque hoje ele está nas mãos de pessoas sérias. Eu já estive aqui nesta tribuna outras vezes e critiquei. Mas hoje o Balé Bolshoi está nas mãos de pessoas sérias, o presidente dr. Valdir, o coordenador, enfim, hoje ele está nas mãos de pessoas sérias e por isso merece que eu vista a sua camisa e faça essa homenagem especial.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Pois não!

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Eu tenho acompanhado os seus pronunciamentos. E v.exa. ocupa esta tribuna constantemente. Eu acho que é um dos deputados que mais assoma à tribuna. Portanto, tenho acompanhado os seus pronunciamentos, grandes pronunciamentos, mas eu sem dúvida acho que este é o melhor pronunciamento que já ouvi nesta Casa, que é o reconhecimento daquilo que iniciou lá atrás, e talvez tenha sido um "peitaço" do governador Luiz Henrique da Silveira. Eu sei o que se fala do Balé Bolshoi, porque há muitas pessoas de Lages que fazem parte dele, professor e alunos.

Esse reconhecimento não denigre ninguém, não faz ninguém ficar menor. Reconhece a coisa boa, a coisa certa, dá engarandecimento à pessoa. E hoje v.exa. foi grandioso nesta tribuna por reconhecer que o Balé Bolshoi foi um grande projeto para Joinville e para Santa Catarina.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Obrigado, deputado Elizeu Mattos. Eu sempre digo que não tenho vergonha alguma de assomar a esta tribuna para criticar quando se precisa e elogiar quando é merecido. Eu já critiquei o Balé Bolshoi nesta tribuna, deputada Professora Odete de Jesus, naquele momento em que passava por aquelas situações. E hoje só estou vestindo a camisa e parabenizando, porque está nas mãos de pessoas sérias. E quem é que pode agir diferente, se tem na sua cidade uma instituição como o Balé Bolshoi?

Parabéns, organizadores, supervisores, alunos, professores! Parabeno também o governador Luiz Henrique da Silveira, que teve a ideia de trazê-lo para o Brasil, com as críticas à parte. Inclusive, a bíblia diz: "Dai a honra a quem merece". E nós estamos fazendo isso aqui.

Então, por isso, volto a dizer que nos dias 15, 16 e 17 todos os deputados, todos os catarinenses, estão convidados a participarem da grande festa que irá acontecer no Centreventos Cau Hansen, pelos dez anos da nossa escola, a Escola de Teatro Balé Bolshoi no Brasil, e falo de boca cheia, a única fora da Rússia.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Peço a palavra, pela ordem, Sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente sei que já foi registrado pelo nobre deputado Jailson Lima a presença dos vereadores mirins do município de São Cristóvão do Sul, mas eu também gostaria de cumprimentar os vereadores mirins neste Parlamento, onde são feitas as leis para os catarinenses. Eles vêm acompanhados da professora Eliane, da secretária da Câmara de vereadores, sra. Sônia, do presidente Valdecir Diniz e dos demais vereadores, Dirceu, Michel, Sidney e o João Leal. Sejam bem-vindos nesta

Casa. Juntamente com o deputado Jailson Lima, recebemos com carinho os nossos vereadores mirins do município de São Cristóvão do Sul.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Esta Presidência registra a presença de todos, desejando-lhes boas-vindas.

Com a palavra o deputado Jailson Lima, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Deputado Moacir Sopelsa, o meu cumprimento a todos os deputados desta Casa e mais uma vez à criançada de São Cristóvão, que nos visita juntamente com o vereador Dirceu.

Hoje pela manhã tivemos a oportunidade de representar a Assembleia e o presidente deputado Gelson Merísio no II Fórum da Integração Regional do Brasil, que foi realizado aqui na Baía Sul. E estava presente o governador em exercício, Leonel Pavan, o ministro Geddel, tendo em vista que este fórum tem como objetivo diminuir cada vez mais as barreiras existentes entre os municípios, entre as políticas públicas de integração econômica, e também o ministro Gregolin. E o prefeito Dário Berger também estava presente, deputado Moacir Sopelsa.

Tive a grata satisfação, deputada Ada De Luca, ao conversar com o prefeito Dário Berger, de Florianópolis, de ouvi-lo externar a vontade pública de defesa do PMDB de estar com o nosso presidente Lula apoiando a nossa candidatura a presidente da República, Dilma Rousseff.

Fiquei, logicamente, conternado tendo em vista que ele disse que uma das grandes obras deste município é o maciço do morro, que é um investimento de mais de R\$ 50 milhões do governo federal, e isso só já denota o seu reconhecimento e faz com que ele tenha hoje esse convencimento de que o PMDB em Santa Catarina deve traçar novos destinos dentro da sua leitura.

Sabemos que em nível nacional tanto o PMDB quanto o PP são braços importantes do nosso presidente Lula em apoio à ministra Dilma Rousseff. Aliás, o PP tem um dos ministérios mais importantes do governo Lula - e nós em Santa Catarina até ficamos enciumados, deputada Ana Paula Lima -, o Ministério das Cidades, que possui muitos recursos e no qual fluem todas as obras do PAC drenagem e na área do saneamento básico.

O Lula compõe o seu governo assim: com o Ministério da Integração tem o PMDB, com o Geddel; o ministério das Cidades tem o PP, com um catarinense, o secretário Leodegar Tiscoski.

Quanto a essa posição do prefeito Dário Berger, externada nesse Fórum, mostra nitidamente uma avaliação de contexto para a próxima eleição. Mas o que mais me deixou entusiasmado foi observar que o nosso governo, ao desenvolver esse fórum, via Ministério da Integração, realizou-o primeiramente em Salvador, na Bahia, a primeira capital do Brasil, onde aportaram os portugueses, e o segundo está acontecendo justamente no sul do Brasil, na querida Florianópolis, capital do estado catarinense. Estavam ali presentes diversos municípios do estado de Santa Catarina, lideranças internacionais mostrando ser um fator importante para diminuir fronteiras e na integração do desenvolvimento econômico.

Surpreendi-me com todas as fotografias apresentadas do cenário do I Fórum, em que o presidente Lula não pode estar presente. Vi a figura visionária de um cidadão, um operário, que transforma esse Brasil e que, além de reduzir, neste país a grande questão do fosso econômico, fazendo

política de inclusão social e aumentando a renda do povo brasileiro, também atuou nessa questão da integração entre as regiões, não apenas dos estados, mas do Brasil.

Outra coisa a que quero me reportar é o fato de os jornais *A Notícia*, *Diário Catarinense* e outros escreverem que Dilma, a nossa candidata a presidente da República, receberá salário do PT.

É importante ressaltar para o povo catarinense que isso para nós do PT é normal. O presidente Lula, antes de ser presidente, era funcionário do Partido dos Trabalhadores, quando percorreu o Brasil na caravana da cidadania para conhecer todo o país. E a ministra Dilma não é uma pessoa rica, não é empresária, não tem empresas. É uma trabalhadora do serviço público, professora, dava aulas. Foi secretária de estado no Rio Grande do Sul. E, logicamente, a partir do momento em que a nossa ministra Dilma deixar o Ministério não receberá mais o salário. E com a função de candidata do Partido dos Trabalhadores, automaticamente passará a ser uma funcionária do partido, recebendo esse salário, porque de vento ninguém vive.

Para nós isso é muito tranquilo, porque todos os deputados, os parlamentares do PT, dão uma contribuição do seu salário para o partido, a exemplo do que acontece em Santa Catarina, em que cada deputado repassa para o Partido dos Trabalhadores 20% do salário. Isso é regimental e fazemos isso com muita disciplina e tranquilidade, porque entendemos que a construção partidária tem custos, precisamos manter os dirigentes, assim como nós aqui recebemos do povo catarinense o nosso salário.

Então, tenho muito orgulho e muita tranquilidade para dizer que parte da minha contribuição, do meu salário, será para o partido e ajudará também a manter a nossa ministra como candidata a presidente da República.

Vamos até os últimos minutos das convenções de junho conversando com os partidos. No dia 20 de março, o Partido dos Trabalhadores, no seu encontro estadual, estará homologando as candidaturas da companheira senadora Ideli Salvatti ao governo do estado de Santa Catarina e também do deputado Claudio Vignatti ao senado, em Santa Catarina.

Assim como os demais partidos estão lançando os seus nomes, nós também o fazemos de forma muito unificada, tranquila. Eu diria que pela primeira vez o nosso partido consegue se unificar de forma hegemônica. Pela primeira vez também consegue em todos os estados de Santa Catarina organizar as lideranças nos encontros microrregionais.

No sábado que passou, dia 7, na cidade de Rio do Sul, ocorreu o maior encontro do Partido dos Trabalhadores da região do alto vale. Foi feita a posse coletiva de todos os presidentes do Partido dos Trabalhadores. Esteve lá o nosso candidato ao senado, Cláudio Vignatti. Percorremos os municípios de Agronômica, Ituporanga, Chapadão do Lageado. E a nossa vontade é uma só, ou seja, que tenhamos candidato ao governo do estado. E isso não nos impede, de certa maneira, de continuarmos conversando, pois faz parte da democracia, faz parte da consolidação do processo do debate democrático, porque nas convenções, nos últimos minutos do dia 30 de junho, é que os martelos estarão sendo batidos.

Então, como deputado do Partido dos Trabalhadores sinto-me muito à vontade para dizer que a ministra Dilma Rousseff ao deixar o Ministério da Casa Civil, no início do

mês de abril, estará percorrendo o Brasil, na sua função de candidata efetiva do Partido dos Trabalhadores para continuar essa grande obra-prima, deputado Marcos Vieira, do presidente Lula, esse mago da política do Brasil e da política internacional, porque o Brasil hoje é outro país, deixou de ser o país dos doutores para ser um país administrado por um operário, deputado Kennedy Nunes, que veio com muita maturidade mostrar novos destinos para a nação.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Obrigado, deputado Jailson Lima!

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O Sr. Deputado José Natal - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, e com compreensão do deputado Sargento Amauri Soares, o deputado José Natal.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Sr. presidente, queria anunciar com muita alegria a presença nesta Casa do vereador Janir Antônio

Signor, do município de Maravilha, que veio tratar de assunto daquele município neste Poder. Que ele consiga realmente na sua estada aqui a resolução desses problemas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Feito o registro do deputado José Natal, com a palavra, por até dez minutos, o deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores que nos acompanham pela TVAL, ouvintes da Rádio AleSC Digital e pessoas presentes neste plenário, quero voltar a falar da questão do salário dos servidores públicos estaduais.

Estamos em março de 2010, e este é o último mês em que o governo do estado pode conceder qualquer incremento salarial aos servidores públicos, em virtude da legislação eleitoral. Mas precisamente o dia fatal é 03 de abril, que, aliás, é o mesmo dia em que definitivamente Luiz Henrique precisa abandonar o palácio, se ele quiser ser candidato ao Senado.

Tivemos neste segundo mandato do governador Luiz Henrique um tratamento salarial injusto, cruel, desagregador, que contemplou aqueles que ganham mais, e de maneira especial e privilegiada alguns pequenos subgrupos dos servidores públicos estaduais, abandonando a grande maioria dos servidores a uma política de arrocho salarial. Falei aqui outro dia que os praças, os soldados da Polícia Militar, o maior subgrupo, receberam bruto nesses quatro anos R\$ 276,00 de incremento salarial. Mas fala-se nos corredores do palácio ainda no abono, o famigerado abono - a política maldita do abono que tem prejudicado o salário dos servidores estaduais. Fala-se de um abono para os militares estaduais nos corredores do palácio.

Todos sabem que em novembro passado, cinco meses atrás, portanto, o governo de Luiz Henrique deu R\$ 2.000,00 de abono aos delegados, valor esse maior do que a maioria dos servidores de base recebe. Isso provocou grande confusão, inclusive grande indignação do oficialato da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, porque se sentiram desprestigiados.

Está-se discutindo sobre esse abono nos corredores do palácio esta semana, e evidentemente os demais servidores da Segurança Pública, especialmente os praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, querem saber se esse abono que o governo

está discutindo vai ser só para os oficiais mais uma vez, só para a cúpula ou se vai ser para todos os integrantes da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros.

A dúvida também é dos servidores da Polícia Civil, do sistema prisional, se só os delegados ganharão os R\$ 2 mil e os outros ficarão chupando o dedo. E existe, é preciso que se diga, no interior da nossa instituição, entre os praças, um sentimento de revolta bastante agudo que já se vem aprofundando desde maio de 2007, quando ficou mais ou menos claro que o governador Luiz Henrique da Silveira não iria pagar a Lei n. 254, conforme tanto havia prometido. Vai fazer três anos que os praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros perceberam que o governador Luiz Henrique da Silveira estava-lhes traindo naquilo que prometera na eleição de 2006 e que, aliás, vinha prometendo desde 2003.

Nós tínhamos assembleia marcada para essa data, hoje, 10 de março, mas em virtude de o governo ainda ter 20 dias para manobrar junto com os seus, nós a transferimos para o dia 30 de março, penúltimo dia útil do governador Luiz Henrique da Silveira. Dia 31, Quinta-Feira Santa, chamada de santa, pelo menos, Luiz Henrique da Silveira terá o último dia útil do governo dele, depois é feriado de Páscoa e acabou. Parece eterno, meu caro J. Costa, parece eterno, mas vai acabar, o último dia útil é 31 de março, data essa que tem muito a ver com ele.

Nós vamos fazer a assembleia no dia anterior, 30 de março, pelo menos para ir lá dar um tchau, deputado Kennedy Nunes. Nós vamos fazer a assembleia geral dos praças estaduais e mandá-lo, quem sabe, para o Alaska. Ele já está nos Estados Unidos e poderia continuar, passar pelo Alaska, de repente, pelo Polo Ártico e ir para a Rússia, porque ali é só atravessar, basta continuar a viagem. Mas se ele estiver aqui no dia 30 de março, nós iremos até lá para dar um tchau com o desejo de que ele viva muitos anos pela frente para que participe de mais umas quatro ou cinco eleições ainda, porque queremos ter muitas oportunidades de dizer-lhe "não". E esse é o sentimento da maioria dos praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros. Ou melhor, maioria não, de mais de 90% disparado. Aliás, para ser mais claro, não se acha ninguém lá com coragem de defendê-lo.

Não são só os praças que pensam assim, as servidoras civis da Segurança Pública, especialmente da Polícia Militar, também. Aliás, falei com algumas delas aqui no corredor agora há pouco, assim como com as servidoras do hospital da Polícia Militar, da instituição do estado inteiro da Polícia Civil e do sistema prisional, que disseram que há lá um quadro de servidores civis que não têm um plano de carreira, que o governo está enrolando há três anos, que está lá no palácio do governo com o secretário Valdir Cobalchini. E elas querem saber quando é que esse plano de carreira de cargos e salários dos servidores civis da Polícia Militar ou da Segurança Pública, como um todo, vem para a Assembleia Legislativa.

Outro assunto que falei ontem aqui desta tribuna é que o governo do 15 havia excluído 15 policiais militares por terem reivindicado a Lei n. 254, aquela que o Luiz Henrique não pagou. Eu errei, esse dado está errado, esse número já foi superado, mas atualizando os dados, deputada Ana Paula Lima, foram 17. Ontem, no começo da noite me ligou um companheiro, soldado Leonel José Pereira, vereador da Câmara Municipal de Palhoça, dizendo havia sido excluído da Polícia

Militar, ou seja, foi expulso pelo coronel Eliésio Rodrigues, que não cumpriu a Lei Federal n. 12.191.

Aliás, o governador Luiz Henrique, cujo procurador-geral é Sadi Lima, assinou o papel, entrou com Ação Direta de Inconstitucionalidade e depois não a cumpre. O Supremo não disse nada ainda, e nós supomos que quando disser será para que seja cumprida a lei. O governador Luiz Henrique e o comandante-geral da Polícia Militar de Santa Catarina não estão cumprindo a lei.

Como nem tudo são notícias ruins, recebemos esta semana a informação de uma sentença da auditoria da Justiça Militar, que funciona aqui do outro lado da praça, com relação a um processo contra policiais militares, neste caso específico, um grupo de policiais lá do extremo oeste, que estava sendo processado, deputada Ana Paula Lima, por aquela manifestação de dezembro de 2008.

Com a defesa, os advogados dos praças, alegando a Lei n. 12.191 da anistia, pediram o cancelamento daquele processo, e a Justiça assim o fez, acolhendo o pedido da defesa e, portanto, extinguindo a punibilidade de um grupo de policiais militares lá do extremo oeste. Mas nós sabemos que são centenas de processos que estão sendo iniciados. Ficamos muito felizes com essa boa notícia da semana e talvez do mês, pois a Justiça Militar está acatando a Lei Federal n. 12.191, que é a lei da anistia. E já faz dois meses que anistiou os policiais e os bombeiros militares punidos pelas reivindicações salariais e condições de trabalho. Ou seja, a Justiça Militar sabe, conhece a lei, mas o comandante-geral da Polícia Militar, coronel Eliésio Rodrigues, continua ignorando-a olímpicamente. Mas isso vai mudar em breve! No mês que vem vai mudar...

(Discurso interrompido pelo término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quarta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PRB.

Inscrita a deputada Professora Odete de Jesus, a quem concedemos a palavra por até cinco minutos.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS - Sr. presidente, deputado Jailson Lima, demais integrantes da Mesa, sra. deputada Ana Paula Lima, srs. deputados, amigos que nos acompanham, nossas taquígrafas, quero dizer que pertenço a várias comissões como a de Finanças e Tributação, a de Saúde, cujo presidente é o deputado Genésio Goulart, e fui designada a vice-presidente desta comissão tão importante. Também participo da de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher, cuja presidente é a deputada Ana Paula Lima; participo da de Ética e Decoro Parlamentar e também presido a de Legislação Participativa.

Sr. presidente, o deputado Darci de Matos, do DEM de Joinville, elaborou um requerimento, na comissão de Saúde, pedindo a aprovação de todos nós integrantes da referida comissão para fazermos uma diligência a dois hospitais de Joinville. E essa aprovação ocorreu no ano passado, mais ou menos em outubro ou novembro, para que pudéssemos fazer uma visita ao Hospital Municipal São José e ao Hospital Regional Hans Dieter Schmidt. O requerimento foi aprovado por unanimidade pelos srs. deputados, e amanhã estaremos realizando as tais visitas.

Quero agradecer ao presidente da comissão, deputado Genésio Goulart, que me designou a acompanhar e presidir essa comissão tão importante.

Eu pude escutar os pronunciamentos dos colegas deputados que me antecederam falando sobre a Saúde, que é um tema muito importante, porque a pessoa que está doente quer um bom atendimento. Ela chega ao hospital e quer ser atendida.

Nós tivemos inúmeras denúncias, inclusive sobre os salários dos médicos desses hospitais e as filas quilométricas. E amanhã iremos fazer uma visita a esses dois hospitais. Então, a partir das 8h30 estaremos no Hospital Regional São José e às 10h30 no Hospital Regional Hans Dieter Schmidt.

Estaremos observando os atendimentos do pronto socorro, que é oferecido 24h, os exames e as consultas nas especialidades de clínica médica, cirurgia de ortopedia, pediatria, oncologia e toda a estrutura oferecida no centro cirúrgico, ambulatórios e atendimentos psiquiátricos. Estaremos também observando os materiais cirúrgicos e poderemos analisar os atendimentos através do convênio do SUS.

Então, gostaria de fazer o convite a todos os deputados que nos acompanharão amanhã com a nossa delegação que estará deslocando-se para Joinville para vermos *in loco* se realmente essas denúncias procedem.

Eu agradeço a oportunidade e no retorno estaremos aqui fazendo uma prestação de contas.

Muito obrigada!
(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado Marcos Vieira.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, presidente deputado Jailson Lima, há pouco assistia atentamente, da mesma que os telespectadores da TVAL e os ouvintes da Rádio AleSC Digital, ao pronunciamento de v.exa., que ao final dele mencionou uma palavra mágica, a palavra mago. Se formos ao dicionário ver o que significa mago, vamos verificar que é um vendedor de ilusões. E ao pesquisar a grande imprensa nacional e regional, constato que o PAC é uma ilusão. O editorial do jornal *O Estado de S. Paulo*, do dia 6 de março, fala: "*A ilusão do PAC*". E eu quero exatamente tratar desse assunto da tribuna e aí pegando o gancho, quando v.exa. falou em mágica e mago, quero dizer que vou tratar do PAC da ilusão.

Deputado Romildo Titon, três em quatro ações destacadas no primeiro balanço do PAC que foi arladeado, festejado com foguetório, com festas pelo país afora, não foram concluídas no prazo previsto. Muitas obras dadas como adequadas no cronograma passaram por revisão de metas e tiveram o prazo de conclusão dilatado. E depois de tão arladeado, de tão festejado e de tantos foguetórios, deputado Romildo Titon, a *Folha de S. Paulo* fez uma pesquisa sobre o conhecimento ou não por parte da população dos PACs lançados.

O PAC é ignorado por 50% da população brasileira, segundo a Datafolha. Segundo mesmo levantamento apenas 9% dos brasileiros se declaram bem informados sobre o PAC. Deputado Silvio Dreveck, outros 21% posicionaram-se mais ou menos informados, enquanto 20% como mal informados, mesmo tendo ouvido falar do PAC. Mais dentre os entrevistados apenas 18% souberam dizer o

verdadeiro significado da sigla PAC. Outros 32%, mesmo já tendo ouvido falar do PAC, erraram a resposta ou admitiram não saber o significado das três letras. Mas a essas três letras eu quero acrescentar a expressão da ilusão.

(Passa a ler.)

"PAC da ilusão, da Minha Casa, Minha Vida - O programa Minha Casa, Minha Vida vai ficar longe da meta de construção de 1 milhão de unidades até o fim de seu mandato. A constatação não é minha, a constatação não é da *Folha de S. Paulo*, não é do *Diário Catarinense*, mas é do ministro das Cidades, Márcio Fortes. Sua estimativa é que o total entregue até novembro seja de apenas 250 mil casas."

E quem estará concluindo o PAC da ilusão, da Minha Casa, Minha Vida, com certeza absoluta, deputado Kennedy Nunes, serão os próximos governos, não este que estará cumprindo somente ¼ de seu governo.

(Continua lendo.)

"E mais, o governo inclui no Programa de Aceleração do Crescimento os contratos de financiamento habitacional não apenas da Caixa Econômica Federal, mas dos bancos privados. Deste modo, nele inclui operações bancárias comuns, no que parece ser mais uma tentativa de disfarçar as deficiências e atrasos do programa.

O governo está tratando operações privadas como parte de seu programa, sobretudo recursos das cadernetas de poupança, que são da população. "Não provêm de fontes governamentais."

PAC da ilusão da banda larga, da internet. Prometeram banda larga, internet, para quatro mil municípios, deputada Professora Odete de Jesus, e somente 300 municípios serão atendidos este ano. Quem vai implantar definitivamente o PAC da ilusão da banda larga, da internet? É o próximo governo!

(Continua lendo.)

"PAC da Ilusão dos Aeroportos - As obras de melhoria de infraestrutura em aeroportos estão com atrasos de até 41 meses." [sic]

Quem vai concluir o PAC da ilusão dos aeroportos nos próximos governos? Parece que o governo federal tem a mania de lançar obras e pedir para o outro governo iniciar ou concluir. O Aeroporto Serafim Bertoso, de Chapecó, sofreu ameaça de interdição por parte da Agência Nacional de Aviação Civil por causa da falta de investimentos de obras e melhorias.

Eu pergunto, por que a Infraero não assume a responsabilidade de administrar o segundo mais importante aeroporto do interior? Porque não quer! Quem efetivamente vai determinar que a Infraero assuma o comando do Aeroporto Serafim Bertoso? O próximo governo e não mais esse.

A construção do Aeroporto Internacional Hercílio Luz, de Florianópolis, que está sendo prometida ano a ano, e a conclusão está prevista para 2016, ainda não iniciou. E quem dará início à obra do novo aeroporto será o próximo governo.

Quanto ao PAC da ilusão da duplicação do trecho sul da BR-101 sul - e que já vai para oito anos -, quem vai concluir a BR-101, trecho sul, daqui a dois governos, daqui a seis anos ainda?

O PAC da ilusão da recuperação da BR-153, principalmente no trevo de Concórdia e Peritiba, quem vai concluir? O próximo governo!

Quem vai recuperar o trecho da BR-153, entre Irani e General Carneiro, no Paraná? Não será neste governo. Este governo só anuncia recuperação, mas será o próximo governo que vai fazer.

O PAC da ilusão da BR-282, quem vai concluir, deputado Silvio Dreveck? Será o próximo governo. Quem vai concluir o PAC da ilusão da BR-163, de São Miguel d'Oeste a Dionísio Cerqueira, que este governo anuncia como obra? O próximo governo. O PAC da ilusão da duplicação da BR-280 nem iniciaram ainda, mas quem vai iniciar e quem vai concluir? O próximo governo.

O PAC da ilusão da duplicação da BR-470, quem vai iniciar e quem vai concluir? O próximo governo. E com relação ao PAC da ilusão da duplicação da via expressa, agora é que o DNIT vai fazer o projeto de engenharia. Há o PAC da ilusão do anel viário da Grande Florianópolis e assim por diante. E eu poderia ficar mais 10, 20, 30 minutos falando dos PACs da ilusão do governo federal.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Muito obrigado, deputado Marcos Vieira.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o deputado Romildo Titon, por até 19 minutos.

O SR. DEPUTADO ROMILDO TITON - Sr. presidente, srs. deputados e sra. deputada, quero cumprimentar todos aqueles que estão participando conosco nesta sessão e também aqueles que estão nos assistindo através da TVAL, da Rádio Alesc Digital e pela internet.

Sr. presidente, eu ouvi, no dia de ontem, uma notícia muito importante para Santa Catarina.

Nós votamos, nesta Casa, no ano passado, o projeto do BID V, que é a autorização para contrair empréstimo de US\$ 300 milhões com o Banco Interamericano de Desenvolvimento para executarmos essa quinta etapa em Santa Catarina, já que há 27 anos, meu líder deputado Antônio Aguiar, o estado tem parceria com o Banco Mundial. Inclusive, já estamos no quarto processo de financiamento que viabilizou o desenvolvimento catarinense.

No decorrer desses 27 anos vários governadores administraram Santa Catarina e todos eles executaram os programas que foram aprovados por esta Casa. Foram contraídos empréstimos através do Banco Mundial, resultando nesses quatro programas, quando praticamente 50% das rodovias asfaltadas catarinenses foram executadas com recursos de parcerias do estado e com empréstimos que certamente Santa Catarina está pagando religiosamente a esse banco.

Foi aprovado, no ano passado, mais esse valor expressivo do BID V e do BID VI, que estava dependendo de uma palavra final do Banco Interamericano de Desenvolvimento. E foi dada agora essa notícia ao governador que está viajando, mas que certamente tratou desse assunto, o qual acenou pela aprovação dos US\$ 300 milhões, sendo que US\$ 50 milhões serão para a primeira etapa que vai se chamar BID V, e os outros US\$ 250 milhões para a segunda etapa, que é a do BID VI.

Eu tenho procurado falar, deputado Reno Caramori, v.exa. que também é um grande lutador, sobre a revitalização da estrada Tangará/Campos Novos, Tangará/Pinheiro Preto/Videira, hoje em precárias condições. E eu quero convidar o nobre deputado para participar de uma audiência pública em Campos Novos, que vai tratar especificamente desse assunto, ocasião em que vamos levar as autoridades competentes para darem uma notícia pelo menos animadora.

Aprovados esses US\$ 50 milhões, certamente todos os projetos de engenharia que foram executados com esse valor estarão no BID VI, posteriormente, para execução que vai ser lá em 2011, em 2012. Não é algo para agora, não podemos alimentar esperança em curto prazo, mas certamente essas rodovias que estamos esperando serão viabilizadas.

Eu vi e fui buscar as informações - e tenho trabalhado no sentido de que não fique fora - sobre a nossa rodovia tão esperada de Tangará a Monte Carlo, já incluída nesse processo, como também a rodovia de Frei Rogério a Fraiburgo. Inclusive, a revitalização do trecho Tangará/Campos Novos, deputado Reno Caramori, está incluída nesse programa, como também o trecho Jaborá/Ouro, assim como o contorno Capinzal/Ouro, para que seja desviado o trânsito das duas cidades.

Então, tendo alcançado esse objetivo, certamente estaremos incluídos nesse programa do BID VI, entre tantas outras rodovias que estão sendo trabalhadas, chegando a 1.000 quilômetros, a fim de serem executadas novas rodovias e revitalizações, a exemplo de tantas outras obras desse último BID IV, que fez com que o desenvolvimento tivesse assegurado diversas ligações entre municípios que viabilizaram a execução desse projeto.

Fico feliz por ter ouvido essa notícia, deputado Antônio Aguiar, meu líder, porque fui o relator novamente desse projeto de autorização dos US\$ 300 milhões. Agora começamos a ver os frutos serem colhidos, através de uma aprovação que certamente ainda depende de alguma documentação, mas já se acenou essa possibilidade.

O que seria de Santa Catarina, ao longo desses anos, em termos de rodovias, se não fossem esses financiamentos que temos contraído junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento que desenvolveu Santa Catarina de um modo geral?

Mas volto, especificamente, deputado Reno Caramori, na nossa famosa rodovia Campos Novos/Tangará/Pinheiro Preto/Videira, como outras também que estão em dificuldades. É uma rodovia que foi executada com um dos BIDs. Acho que foi o BID III. Já faz uns 12 anos ou 15 anos, mais ou menos, que foi executada aquela obra, mas agora não há mais condições de tráfego nela.

Como deputados da Situação muitas vezes não fazemos uso da tribuna, mas trabalhamos nos bastidores junto com os secretários. E levei essa situação mais uma vez, a exemplo do que v.exa. fez aqui na tribuna ao secretário. Fizemos com que ele passasse na rodovia de carro para sentir a dificuldade, assim como também o presidente do Deinfra.

Não sei se o deputado Reno Caramori esteve em Fraiburgo quando fomos para lá, depois em Tangará, num almoço em que o governador foi de helicóptero. Eu insisti muito ao secretário para que deixasse o governador ir de carro naquele trecho, mas o secretário não quis. Eu queria que ele passasse lá para ver a situação daquele trecho. Se ele tivesse ido, quem sabe de lá mesmo telefonaria para o secretário e pediria a ele que o Deinfra executasse rapidamente aquele trecho que hoje está sendo desviado pela lateral, cortando barranco, pois não há mais condições de tráfego pesado naquela região que tem uma produção muito grande.

Não há condições também de aguardarmos, deputado Silvio Dreveck, a execução de um projeto desses que nós sabemos que irá demorar. Será para 2011, 2012, se tudo correr bem, se não houver nenhum empecilho na documentação, na

questão do crédito do próprio estado. Mas como iremos ficar todo esse tempo apenas na operação tapa buraco, como está sendo feito agora, em que se tapa um buraco hoje e amanhã vem uma chuva grande e volta tudo novamente?

Então, estamos fazendo esse debate, quando todas as autoridades da região estarão presentes, para que possamos dar uma pressão definitiva aos responsáveis por essas obras, para tentarmos achar uma solução paliativa, pelo menos. É lógico que nós queremos que ela seja executada pelo programa do BID, porque essas obras de revitalização são de primeiro mundo, são obras que realmente ficam para muitos anos, mas não há como esperarmos até lá apenas nessa operação tapa buraco.

Eu vou conceder o restante do tempo para o ilustre deputado Moacir Sopelsa, que certamente terá assuntos importantes para serem falados com relação à sua região representativa, que é de Concórdia para lá. V.Exa., às vezes, passa um pouco dos limites, mas como é nosso amigo certamente saberá compreender lá na frente que deve cuidar mais de Concórdia, que é uma região grande, produtiva e que necessita do nobre colega.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - De qualquer maneira, deputado Romildo Titon, estamos todos jogando no mesmo time, a bola vai para a mesma trave.

Com a palavra o deputado Moacir Sopelsa, ainda dentro do horário do PMDB.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Muito obrigado, presidente.

Deputado Romildo Titon, vamos cuidar juntos do meio-oeste de Santa Catarina; vamos cuidar de Campos Novos, de Concórdia, de Joaçaba. O deputado Reno Caramori cuida de Caçador, e nós podemos ajudá-lo um pouco. O deputado Reno Caramori também vai até Irani, até Catanduvas. Enfim, vamos ser candidatos por toda Santa Catarina.

Mas o deputado Romildo Titon trazia aqui um assunto importante que diz respeito ao Microbacias III. Eu não tenho nenhuma dúvida, deputado Antônio Aguiar, que o Microbacias I deu uma organização para os nossos pequenos produtores e que o Microbacias II foi ainda mais democrático. E com a participação de toda a agricultura os agricultores decidiam onde queriam investir. O Microbacias I foi o que ajudou nas estradas, foi o que ajudou a fazer rodovias ligadas ao interior. O Microbacias II ajudou a fazer a infraestrutura, dando direito ao agricultor de melhorar a sua casa, a sua propriedade, de comprar uma vaca de leite, de ter uma infraestrutura melhor na sua propriedade. E nisso foram investidos mais de US\$ 100 milhões. E agora temos o Microbacias III, que é mais democrático ainda, fazendo com que haja uma participação mais forte das associações de produtores que foram criadas no Microbacias II.

Eu sinto que o estado de Santa Catarina tem esse reconhecimento do Banco Mundial, porque quando tive a oportunidade de ser secretário da Agricultura e agora, da mesma forma, como deputado, ouvi muitas vezes o representante do Banco Mundial dizer que Santa Catarina faz por merecer, pela sua organização, pelo trabalho que faz em cima desse programa que ajuda no desenvolvimento, que dá uma melhor qualidade de vida ao pequeno produtor e que contribui com o nosso estado, que tem uma característica especial nessa questão da agricultura.

Também, da mesma forma, o BID V, que já foi assinado, é responsável pela quase

totalidade do desenvolvimento de projetos novos, de projetos que possam vir ainda a ser contemplados. E eu, desde o meu primeiro mandato de deputado estadual, defendi a estrada que vai de Ouro a Jaborá, que agora está sendo incluída no projeto do BID V, para ser executada depois, no BID VI.

No BID V os recursos devem começar a fluir, tanto que já está sendo feita a estrada de Irani a Lindoia ou Lindoia a Irani. O governador já deu a ordem de serviço e já foram feitos cinco quilômetros mais ou menos de estrada aberta. E o restante dos recursos, dos US\$ 50 milhões, é para projetos. E nesse projeto acredito que esteja a estrada de Jaborá a Ouro ou de Ouro a Jaborá, que, sem dúvida nenhuma, vai ajudar no desenvolvimento da nossa região. Essa obra será depois financiada pelo BID VI, sendo que o governador Luiz Henrique da Silveira já recebeu, em Washington, nos Estados Unidos, a confirmação do Banco Mundial para esse financiamento.

Portanto, será dado prosseguimento às obras, deputado Antônio Aguiar, nos próximos anos, e espero que haja continuidade na forma como o governador Luiz Henrique governou esses oito anos o estado de Santa Catarina, olhando também para o interior, fazendo com que os pequenos municípios recebam esses investimentos, como é o caso dos acessos aos municípios.

Nos municípios de Alto Bela Vista e de Arvoredo, na estrada de Itá a Seara, no município de Paial, um dos mais pobres do estado de Santa Catarina, não havia uma rodovia de acesso. E agora o asfalto traz progresso, as estradas trazem progresso àquelas pessoas que viviam, como nós vimos, em trechos da BR-282, deputado Ismael dos Santos. E agora, quando passamos em trechos pobres entre Lages e Campos Novos, pudemos constatar que houve desenvolvimento naquelas regiões, pois estão começando a investir nelas. Então, os acessos dos municípios, as estradas, levam-nos ao interior do nosso estado, deputado Jailson Lima. E mesmo para as comunidades do interior elas ajudam a trazer o progresso.

Nesse restante de tempo, deputado Antônio Aguiar, quero aproveitar para falar sobre um assunto que foi discutido muito nesta Casa. Ontem, v.exa. falou aqui sobre as eleições deste ano, das prévias que o PMDB está realizando e das nossas candidaturas.

Quero dizer aqui que fico feliz quando vejo um partido que tem mais do que uma candidatura, que tem mais do que um candidato, querer disputar a eleição.

Se nós fôssemos uma árvore seca ou um partido que não tivesse frutos, talvez tivéssemos dificuldades para arrumar um candidato. Mas o PMDB tem tradição de democracia, foi um partido que construiu a democracia neste país e que a reconstruiu depois. E não precisamos ter medo de dizer isso, porque fomos realmente a peça fundamental para devolver a democracia ao nosso país, hoje, com muitos militantes que não estão mais no PMDB, uns estão no PT, outros estão, quem sabe, no Democratas, no PSDB, mas estavam na época ajudando a reconstruir mais uma vez a democracia no Brasil.

Claro que também temos que ter consciência e preocupação, e eu tenho essa preocupação, deputado Antônio Aguiar, de que precisamos decidir quem será o nosso candidato. E quando o escolhermos deve ser de uma forma que possamos agregar, que possamos escolher aquele que vença ou aquele que perca, para que não haja vencedor nem perdedor. Que seja, enfim, essa a forma

democrática para escolher o candidato, e que aquele que for escolhido tenha o apoio daquele que não foi escolhido.

Tenho certeza de que se caminharmos juntos com as realizações do governador Luiz Henrique e com a vontade, com a organização do nosso partido, com a militância que tem o PMDB, iremos trabalhar para que possa continuar a tríplice aliança, para que possamos buscar outras alianças, para que possamos estar juntos com os partidos que ajudaram a fazer esses oito anos de governo. Inclusive, o governador costuma dizer que polialianças são mais do que três partidos, mas que possamos estar juntos.

Mas se não pudermos estar juntos, que cada um possa apresentar a sua melhor proposta para que possamos dar continuidade ao trabalho que vem sendo feito nos últimos anos, que, tenho certeza, é um trabalho de realizações, é um trabalho de investimentos...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Depois desse discurso mostrando a árvore frutífera do PMDB, daremos continuidade ao horário dos Partidos Políticos.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Elizeu Mattos, grande liderança do PMDB

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Além de cumprimentar o deputado Moacir Sopelsa pelo belo discurso, quero aqui registrar a presença do prefeito Janerson José Delfes Furtado, o Teba, do município de Cerro Negro, e também da vice-prefeita Sirley Kley Varela.

Mas quero também cumprimentar o Teba pela posse na Associação dos Municípios da Região Serrana - Amures. Ele agora preside a nossa associação de prefeitos da serra catarinense.

Sejam bem-vindos o prefeito e presidente da Amures e a vice-prefeita ao Parlamento catarinense!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Sejam todos bem-vindos!

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao Democratas.

Com a palavra o deputado Ismael dos Santos, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente, srs. deputados e sra. deputada, quero cumprimentar os telespectadores da Assembleia Legislativa e os ouvintes da Rádio AleSC Digital.

Nesse momento do partido, antes de abordar a temática que me traz a esta tribuna nesta tarde, eu preciso trazer duas notas: uma de pesar e outra de gratidão.

A nota de pesar é para lamentar a perda do policial civil Elizeu de Souza Júnior, filho do nosso amigo, deputado Sargento Amauri Soares, Elizeu de Souza. Vi esse menino nascer, acompanhei seus primeiros passos em Criciúma e finalmente a sua vinda para a capital. E agora, aos 19 anos, ocorreu essa morte trágica, um latrocínio na cidade de São José, o que de fato leva-nos a lamentar. O Elizeu e a Selma formam um casal que apreciamos e conhecemos há muito tempo, e o Elizeu, filho único, acaba partindo e deixando saudades.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Pois não!

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Nós também gostaríamos de participar desse momento difícil da família Elizeu, pois nós também tivemos um filho único e também o perdemos.

Então, quero desejar força ao Elizeu e à sua família e dizer que devemos ter muita fé e muito amor no coração.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Obrigado a v.exa., que tem muita legitimidade para trazer essa palavra de consolo porque passou por uma experiência semelhante.

Mas faço também, nesta tarde, srs. deputados, uma nota de gratidão aos meus amigos de Joaçaba, pois tive a oportunidade, nesta última segunda-feira, de receber uma homenagem do plenário da Câmara de Vereadores daquele município, com a presença do prefeito Rafael Laske, o popular Mamão, do vice-prefeito Joventino de Marco e do presidente da Câmara de Vereadores daquele município, vereador Francisco Lopes.

A homenagem foi uma iniciativa do Conselho de Pastores da região do meio-oeste de Santa Catarina, e manifesto aqui em especial ao meu amigo João Toledo a minha gratidão pela iniciativa e pelo reconhecimento das minhas atividades, sobretudo na área social.

Fica o meu abraço à comunidade de Joaçaba pela belíssima cerimônia realizada na Câmara de Vereadores, na última segunda-feira.

Deputado Romildo Titon, quero me somar aqui ao seu discurso em relação à conquista do estado de Santa Catarina. O deputado Moacir Sopelsa também fez essa intervenção sobre a parceria realizada na última segunda-feira e a aprovação, pelo menos na primeira parte, do empréstimo de US\$ 40 milhões ou US\$ 45 milhões, ou seja, R\$ 90 milhões, com o BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento. Trata-se de um programa que terá a duração de 25 anos, mas cujo investimento, a primeira parcela, vai ocorrer ainda neste primeiro semestre do ano.

São recursos, como bem colocaram os deputados Romildo Titon e Moacir Sopelsa, para obras de infraestrutura, em especial a pavimentação de estradas dos municípios do interior do estado de Santa Catarina. E essa é uma notícia bem-vinda e bem recebida neste Parlamento.

Aproveitando esse espaço do partido, quero fazer uma breve reflexão sobre o projeto que se discute no Congresso Nacional, fruto de uma iniciativa popular com mais de 1,5 milhão de assinaturas à proposta denominada Ficha Limpa. E deve vir à tela no Congresso Nacional ainda em março porque, para ter validade nas próximas eleições, terá que ser votada até o mês de maio.

Naturalmente que nós, políticos, entendemos que é necessário e imprescindível que a classe política deste país possa dar uma resposta à sociedade. Eu, particularmente, sou contrário que se tornem inelegíveis os que forem condenados em Primeira Instância, mas concordo na vedação de acesso a cargos eletivos para quem é réu de processo criminal, com denúncia recebida por um tribunal. Neste caso, a inelegibilidade é uma medida preventiva porque vai trazer a moralidade para o exercício da atividade pública.

Fala-se na tese do transitado em julgado. É claro que é uma tese relativa, mas a denúncia acolhida em um tribunal por uma série de delitos - racismo, homicídio, tráfico de drogas, estupro, desvio de verbas públicas, deveria impedir uma candidatura. Sem dúvida que merece o nosso aplauso esse Projeto

Ficha Limpa, desde que não prejudique a pessoa apenas denunciada em função de uma acusação motivada por uma briga geopolítica, quem sabe, partidária, uma rivalidade política entre adversários. Mas no caso de ser condenado por um tribunal, é preciso que de fato vede a participação desse tipo de agente político.

Por tudo isso o projeto Ficha Limpa merece, sem dúvida, a atenção do Congresso Nacional. E quero me juntar a esse esforço de políticos de boa índole que querem de fato passar o Brasil a limpo.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Obrigado, deputado Ismael dos Santos.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Pela ordem, sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Esta Presidência, deputado Elizeu Mattos, sabe que v.ex.a. vai lá para o microfone de apertes cumprimentar o prefeito em exercício de Otacílio Costa, o vereador Reginaldo Nascimento (Pindaco), o assessor de comunicação e também o secretário de Administração.

Mas ouço, pela ordem, v.ex.a., deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Quero também fazer coro nos cumprimentos ao prefeito em exercício de Otacílio Costa, João Pedro Velho, o popular Tiburcio, que está aqui acompanhado do vereador Reginaldo Gomes do Nascimento, o Pindaco; do Rodrigo Barth Pereira, assessor de comunicação; e do Luiz Carlos Marchiori, que também faz parte da equipe do município. Eles estão-nos visitando e também acompanhando os trabalhos na Casa do Povo, na Casa dos Catarinenses.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Obrigado, deputado Elizeu Mattos.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o deputado Décio Góes, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Sr. presidente, srs. deputados, o Partido dos Trabalhadores vive, nesse momento, a sua melhor fase em que construiu uma unidade política em torno do projeto nacional e de um projeto estadual bem claro, bem determinado, de continuidade dos avanços que o governo do presidente Lula proporcionou ao povo brasileiro. E com ele conseguimos fazer esse Brasil crescer, distribuir renda, melhorar o mercado interno. Enfim, criamos todo esse dinamismo e otimismo que hoje vive o Brasil, inclusive com a autoestima elevada perante o mundo inteiro.

Durante a semana passada, foram realizadas várias reuniões microrregionais, e eu tive a satisfação de participar de uma em Gravatal, na região da Amurel, no sul do estado; de outra em Sombrio, na região da Amesc, no extremo sul do estado; e da reunião de Forquilha com a região carbonífera.

Um conjunto de lideranças participou dessas reuniões que estão acontecendo em todas as regiões do estado, e elas são preparatórias para o nosso congresso estadual, deputada Ana Paula Lima, que vai ser realizado no dia 20 de março e contará com a presença da ministra Dilma Rousseff, a nossa pré-candidata à Presidência da República; de José Eduardo Dutra, o nosso presidente nacional do PT; da senadora Ideli Salvatti; do deputado Cláudio Vignatti. Enfim, um conjunto de lideranças do partido estará presente.

Nessa oportunidade, iremos empossar a nova diretoria estadual do PT, com o companheiro José Fritsch capitaneando a nova executiva, o novo diretório e definindo políticas de alianças, enfim, as nossas estratégias para este ano de 2010.

Então, esse é um momento extremamente positivo e queria reforçar o convite a todos os diretórios municipais para fazerem a indicação, até dia 15, segunda-feira que vem, dos seus delegados de cada município para participarem desse congresso. São esperados 1.200 delegados, sendo que 500 já elegemos na chapa da nova direção estadual e 700 são fruto dos encontros municipais. E todos irão participar desse evento.

O congresso também está aberto a observadores, a convidados especiais, de tal forma que vamos ter, nesse dia 20, uma grande festa, porque estamos animados e confiantes no nosso projeto.

Também queria fazer uma rápida consideração, deputada Ana Paula Lima, sobre a fala do deputado Marcos Vieira. Se ele fosse do PT, provavelmente o PSDB entraria, deputado Moacir Sopelsa, contra ele, por conta de propaganda antecipada, porque ele insiste em fazer toda a publicidade do PAC, das ações de curto, médio e longo prazos que envolvem, claro, o futuro governo da ministra Dilma Rousseff. Porque quem não tem projeto, não tem para onde ir, e quem não tem para onde ir, não merece governar este país. Tem que ter projeto, e nós temos!

Assim o fiz quando fui prefeito de Criciúma. Elaborei um conjunto de projetos - anel viário, via expressa, parque das etnias, sistema de tratamento de esgoto - que até hoje ainda estão sendo feitos, duas gestões depois. E é importante, a cidade e o país terem projetos para que se possa dar continuidade a esse momento de crescimento.

E claro que se a nossa pré-candidata Dilma Rousseff não ganhar, poderá haver descontinuidade e daí terem que começar tudo novamente, o que não será bom para o Brasil.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - V.Ex.a. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Pois não!

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Até entendo essa ira, essa raiva do deputado Marcos Vieira é porque o candidato que ele apóia à Presidência da República está caindo nas pesquisas, pois não consegue nem governar o estado de São Paulo.

E com relação ao assunto que ele falou, que o presidente Lula é um mago, e também falado pelo deputado Jailson Lima, devo dizer que realmente o que o presidente Lula fez nesses sete anos de governo foi uma transformação no nosso país, e que está sendo reconhecida por todos os brasileiros e até em nível internacional. Ele está sendo reconhecido e premiado internacionalmente, e por isso a ira do deputado Marcos Vieira.

Mas o que ele tem que justificar aqui para o povo catarinense é sobre o governador do partido dele, Leonel Pavan, que já foi página de jornal e também denunciado pelo dr. Gercino Gerson Gomes Neto, numa entrevista nessa semana. E nós, catarinenses, ficamos atordoados porque a posse foi feita num sábado à noite, na surdina, e não sabemos por quê. Antigamente davam tanta festa e hoje foi feito dessa forma.

O deputado Marcos Vieira tem que ir para esta tribuna fazer a defesa desse governador Leonel Pavan, que os catarinenses ainda querem saber a verdade sobre as denúncias feitas pelo Ministério Público.

Muito obrigada!

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Aliás, deputada Ana Paula Lima, eu penso que, talvez, o deputado Marcos Vieira queira justamente isso, ou seja, desviar a atenção dessa questão de um governador que assume na surdina, no sábado à noite, escondido de todos, que fica viajando pelo estado para a população não saber onde ele está exatamente e que não enfrenta os problemas que o deputado Sargento Amauri Soares há pouco relatou aqui. Por exemplo, há tempo - e aí é ele que tem tomar uma atitude - de saldar a dívida com os servidores públicos, de saldar as questões salariais prometidas para os servidores da Segurança Pública e da área civil, que estão esperando cumprir a promessa e também cumprir a Lei n. 12.191. Afinal, vai ser tudo fora da lei? Não pode ser!

Então, é essa resposta que a sociedade catarinense espera do PSDB no governo. Ela espera que ele pare de viajar, trabalhe e justifique todo esse processo que está sofrendo por parte do Ministério Público.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente e srs. deputados, eu só quero convidar todos aqueles que nos assistem pela TVAL e os deputados para participarem da 10ª Festa Nacional das Hortaliças, que acontecerá no município de Urubici, a Capital da Hortaliça, do dia 11 ao dia 14. Portanto, começará amanhã e irá até domingo a grande Festa Nacional das Hortaliças.

Então, em nome da prefeitura municipal, dos organizadores eu, como deputado serrano, convido todos os deputados e aqueles que nos assistem pela TVAL para visitarem uma das cidades mais bonitas de Santa Catarina, que é Urubici, e participarem da 10ª Festa Nacional das Hortaliças.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Obrigado, deputado Elizeu Mattos.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o sr. deputado Silvío Dreveck, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente e srs. deputados, antes de iniciar o meu pronunciamento, gostaria de registrar que estiveram presentes hoje nesta Casa o presidente da Câmara de Vereadores de São Cristóvão do Sul, sr. Valdeci Oliveira de Liz, e o vereador Michel Paim.

Sr. presidente e srs. deputados, o meu primeiro registro, deputado Reno Caramori, é com relação à sua iniciativa na comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano de fazer um requerimento para minimizar os problemas do nosso trânsito de acesso à Grande Florianópolis. Acompanhei a sua manifestação e o seu requerimento na comissão, que foi aprovado.

Faço esse registro porque esse assunto está deixando preocupados não só nós, parlamentares, mas toda a população da Grande Florianópolis, todos os catarinenses que vêm para cá por compromissos de negócios, sejam na área pública ou privada, e também os turistas que vêm a Florianópolis. Portanto, estamos falando de negócio, porque turismo é negócio, é dinheiro, é geração de renda, é emprego.

Então, está insuportável esse acesso à nossa querida e magnífica Florianópolis, a capital de todos os catarinenses.

nenses que é reconhecida nacional e internacionalmente pela sua beleza natural, pelo seu povo acolhedor, pela sua cultura, pela sua tradição. Mas cada dia está mais difícil acessar à nossa capital pelo sistema viário.

Deputados Reno Caramori e Kennedy Nunes, v.exas. têm-se dirigido todos os dias à nossa Capital para trabalhar aqui na Assembleia Legislativa e por outras razões, e nos últimos sete anos, o que nós vimos de ação concreta no que diz respeito ao acesso pela BR-282 a Florianópolis foi absolutamente nada. Eu ouvi discursos sobre transporte marítimo, sobre metrô de superfície, mas na prática não vi nada.

Nós não podemos, como parlamentares, ficar no silêncio. Além de todas essas pessoas que citei, os usuários, nós temos ainda os colaboradores de serviços, que trabalham tanto na ilha quanto no continente, que se deslocam diariamente e que passam por situações delicadas, inclusive correndo risco de acidente.

Na mesma linha, deputado Reno Caramori, ouvi o deputado Marcos Vieira fazer algumas críticas, bem como o deputado Serafim Venzon, e até em alguns aspectos ele não deixa de ter razão. Mas também é verdade que, no caso do Aeroporto Hercílio Luz, em Florianópolis, nós não podemos apenas atribuir culpa ao governo federal, porque é responsabilidade também do governo do estado e do governo municipal o acesso ao aeroporto, mas não foi feito nada ou quase nada. Para chegar ao aeroporto ou se dirigir para o sul da Ilha é preciso sair no mínimo com duas horas de antecedência.

E vamos ser justos, na bancada catarinense de parlamentares federais, independentemente partido, todos aprovaram as emendas coletivas para a realização dessas obras, tanto em 2007 quanto em 2008, num total de R\$ 40 milhões. Infelizmente, sequer saiu do papel.

Então, fazer apenas discurso não vai resolver o problema. Nós precisamos de ação e essa é de competência do governo municipal e do governo do estado. Obviamente, no que diz respeito à infraestrutura portuária, a competência é do governo federal.

Precisamos da viabilidade do acesso para haver investimento no Aeroporto Hercílio Luz, porque essa é uma condição do próprio acordo, está no próprio contrato.

Deputado Reno Caramori, antes de encerrar, eu gostaria de fazer mais um registro. Ouvi atentamente o deputado Romildo Titon falando do financiamento que vai ser concedido através do BID-V e ele tem razão quando diz que esse dinheiro vem para o nosso sistema viário, para a recuperação e implantação de rodovias, porque há muito está acontecendo isso. E, lembrando até o que v.exa. tem dito e reconhecido neste plenário, na ocasião em que foi aprovado o BID-III ou o BID-IV, se não me falha a memória, a aprovação se deu através do voto do deputado Romildo Titon, que foi muito responsável e inteligente, mesmo sendo Oposição, e é assim que se age como parlamentar.

Eu também concordo que há rodovias catarinenses que são intransitáveis e que não dá para esperar até a execução do BID-V, porque essas rodovias certamente trazem risco de acidentes, o que poderá determinar sérias consequências aos usuários catarinenses.

Portanto, fica aqui o nosso registro para que o governo do estado tome a iniciativa de recuperar pelo menos essas rodovias que estão em estado precário, enquanto, evidentemente, o BID-V não for colocado em execução.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PDT.

Com a palavra o deputado Sargento Amauri Soares, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, pessoas que estão nos acompanhando aqui, pela TVAL ou pela Rádio Alesc Digital, quero trazer um assunto que já está na pasta, deputado Silvio Dreveck, há várias semanas, mas, hoje, ele veio à tona porque ocorreu mais um fato com relação a questão.

Nós aprovamos aqui, mais precisamente no dia 15 de julho, o Projeto de Lei n. 250, de procedência do chefe do Poder Executivo, que deu origem à Lei n. 14.825, que foi sancionada no governo Luiz Henrique, no dia 5 de agosto do ano passado. Essa Lei institui a indenização para os servidores da Segurança Pública: policiais, bombeiros e agentes prisionais, em decorrência da situação de trabalho, ou seja, os acidentes de trabalho que acontecem com os policiais geralmente é um tiro levado de algum marginal. No caso de óbito a indenização deve ser no valor de R\$ 100 mil, pagos evidentemente ao herdeiro direto, a esposa ou o filho desse servidor da Segurança Pública que morre em serviço.

Eu creio que cada um dos pares neste Parlamento, se puxar pela memória, vai lembrar que no dia 15 de julho nós aprovamos aqui alguns projetos falando de salários e supostos benefícios para os trabalhadores da Segurança Pública, especialmente para os militares estaduais. Um deles é aquele do abono de R\$ 100,00 e mais R\$ 100,00 e mais R\$ 100,00, bem espaçados, ao longo de um ano, que ainda não acabou. Ainda não pagaram todo aquele abono que já foi aprovado aqui na metade do ano passado. O outro é o que chamaram de valorização do militar estadual, que dá R\$ 76,00 por soldado da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros. Essa é a valorização do segundo mandato do governador Luiz Henrique. E há o Projeto de Lei n. 250, que foi o único que nós pedimos para aplaudir, num dia tenso aqui na Assembleia.

Nós pedimos para aplaudir esse projeto, que deveria estar em vigor desde 1835, quando foi criada a Polícia Militar, para evitar que policiais e bombeiros, que servidores da Segurança Pública e seus familiares fiquem na miséria, na penúria, no caso da desgraça do pai, se o marido morrer em serviço ou então ficar inválido, porque nós temos muitos aí pelo estado agora passando miséria em virtude de doenças ocasionadas pelos serviços. E o salário não dá para comprar o remédio.

Então foi aprovada aqui essa lei no inverno passado, no dia 15 de julho. Mas por incrível que possa parecer, deputado Silvio Dreveck, mais uma vez foi um grande 171 do governo do estado, porque não está sendo cumprida a lei. Ninguém recebeu esse benefício ainda. Vários policiais já morreram em serviço por tiro, em acidentes com viaturas. Vários já ficaram doentes ou deficientes físicos por conta de acidentes em serviços. Do inverno para cá nenhum recebeu nada.

(Passa a ler.)

"Art. 20. As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta das dotações próprias dos orçamentos dos Fundos do órgão ou entidade ao qual estiver vinculado o servidor, podendo ser complementadas pelas dotações do Orçamento Geral do Estado."[sic]

Ou seja, é o fundo dos Fundos de Segurança Pública e senão o orçamento geral

do estado. A lei é do ano passado, e o governo não previu para este ano a necessidade disso. O art. 12 diz que é responsabilidade do estado de Santa Catarina.

Agora há pouco, hoje à tarde, a dona Marisol, esposa do soldado Jacson, que morreu em serviço ano passado, em Joinville, estava no 8º Batalhão desesperada, teve que tirar os filhos da escola porque não recebeu o direito que disseram que ela iria receber. A esposa do cabo Coelho que levou um tiro na cabeça e morreu, no ano passado, aqui em São José, nenhum centavo...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Moacir Sopelsa.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Muito obrigado, deputado Gelson Merísio.

Quero apenas cumprimentar e registrar a presença do vice-prefeito Volnei Antônio Schmidt, de Ipumirim, do meu partido, e também do presidente da Câmara Hildo Carlos Sabadin, do seu partido, deputado Gelson Merísio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - O Sabadão.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Exatamente. V.Exa. o conhece melhor, eu conheço bem os representantes do meu partido, mas são dois amigos e quero deixar o registro e desejar que se sintam em casa.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Serafim Venzon.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, quero também cumprimentar e agradecer a presença dos vereadores de Tigrinhos que estão em Florianópolis por motivo de uma reunião e acompanham os trabalhos desta Casa nas galerias.

O Sr. Deputado Rogério Mendonça - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Rogério Mendonça.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Sr. presidente, se me permite, gostaria só de anunciar a presença nesta Casa do prefeito do município de Presidente Nereu, Eudegar José Back, do Odilson Schaufelberger, do vice-prefeito Odair Kochanski e do secretário de obras do município, Fernando Bortolini, os quais acompanhei até a Defesa Civil onde estão reivindicando obras, pontes para o município que foram danificadas nas últimas enchurradas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Fim do horário Reservado aos Partidos Políticos.

Passaremos à Ordem do Dia.

Consulto os srs. líderes e o líder do governo se iremos deliberar os vetos no dia de hoje ou se vamos pautá-los para a próxima terça-feira.

(Os líderes aquiescem.)

Há concordância dos líderes para que sejam pautados para a próxima terça-feira. Informo a v.exas. que na próxima terça-feira esta Presidência vai submeter os vetos à deliberação. Vamos fazer um acordo tácito para que na próxima terça-feira haja a deliberação dos vetos, até para cumprir a norma regimental. Nós estamos adiando, e se é feito por acordo de líderes, não há nenhum problema, mas seria importante que na

próxima terça-feira nós pudéssemos votá-los independentemente do seu resultado.

O Sr. Deputado Décio Góes - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Décio Góes.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Sr. presidente, nós concordamos que seja votado aquilo que já passou pela comissão de Constituição e Justiça. Quanto ao que ainda não passou, há um prazo para deliberarmos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Os vetos a que me refiro, deputado Décio Góes, são aqueles que já foram incluídos na pauta das últimas quatro ou cinco sessões, cuja apreciação foi adiada. Já fazem parte da Ordem do Dia e regimentalmente têm que voltar à pauta a cada sessão para serem deliberados. Não são os que não estão prontos e sim os que estão prontos.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Sim, mas neste caso parece que o governo e a sua base não estão interessados em fazer essa votação, porque não comparecem, não dão o quórum necessário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com ou sem interesse, na próxima terça-feira serão votados.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente, ouvi a fala do deputado Décio Góes e apenas gostaria de dizer que nós, pelo governo, pode-se deliberar a qualquer momento os vetos. Foi um pedido dos líderes, e nós aceitamos que fosse transferido. Não há problema nenhum para a base governista deliberar os vetos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - É entendimento dos líderes e está acordado para a próxima terça-feira.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0120/2008, de autoria do deputado Darci de Matos, que autoriza o governo do estado a instituir o Programa de Compensação de Carbono para neutralizar as emissões de gases de efeito estufa geradas por todos os órgãos da administração direta e indireta e dos demais poderes do estado.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Turismo e Meio Ambiente.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0163/2008, de autoria do deputado Nilson Gonçalves, que institui o fundo de custeio da ampliação das áreas verdes arborizadas urbanas e adota outras providências.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, Finanças e Tributação e de Turismo e Meio Ambiente.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0306/2009, de autoria do deputado Dagomar Carneiro, que cria o programa de reflorestamento do pinheiro brasileiro (Araucária Angustifólia) no Estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Turismo e Meio Ambiente.

Em discussão.

O Sr. Deputado Décio Góes - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Décio Góes.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Eu queria fazer um apelo ao autor do projeto para que o retirasse. Nós entendemos que há dois artigos inconstitucionais e não foi discutido suficientemente, embora achássemos que no mérito geral o projeto tem suas vantagens. Mas esses dois artigos nos fazem votar contra o projeto. Ontem, na primeira votação, abstivemo-nos, pois não teríamos condições de votar a favor em função desses artigos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Deputado, infelizmente, por já ter sido feita a primeira votação não caberia mais emendas neste projeto, por isso ele teria que ser retirado, rejeitado ou aprovado. A melhor forma agora é deliberar, e depois se houver a possibilidade ou necessidade de alguma alteração pode-se fazer no atual projeto.

Continua em discussão.

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por maioria e com os votos contrários do deputado Décio Góes e da deputada Ana Paula Lima.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0499/2009, de autoria do deputado Rogério Mendonça, que altera a Lei n. 14.201, de 2007, que dispõe sobre o Programa de Incentivo à Instrução e Educação Escoteira e adota outras providências.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0599/2009, de autoria do deputado Rogério Mendonça, que denomina Felix Constante Montibeller a quadra de esportes coberta, em construção, contígua à Escola de Ensino Fundamental João Alberto Schmid, no município de Vidal Ramos.

Ao presente projeto foi apresentada emenda modificativa.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Esta Presidência comunica que serão encaminhadas aos destinatários as Indicações n.s.: 0102/2010, de autoria do deputado Reno Caramori; 0103/2010, de autoria do deputado Kennedy Nunes; 0104/2010, de autoria do deputado Dirceu Dresch; 0105/2010, de autoria do deputado Pedro Uczai; 0106/2010, 0107/2010, de autoria do deputado Dirceu Dresch; 0108/2010, de autoria do deputado Kennedy Nunes e 0109/2010, de autoria do deputado Genésio Goulart, conforme determina o art. 106 do Regimento Interno.

Esta Presidência comunica ainda que defere os Requerimentos n.s.: 0203/2010, de autoria do deputado Jailson Lima; 0204/2010, 0205/2010, 0206/2010, 0207/2010, de autoria do deputado Kennedy Nunes; 0208/2010, de autoria da deputada Ada De Luca; 0209/2010, 0210/2010, 0212/2010, 0213/2010, 0214/2010, 0215/2010, 0216/2010, 0217/2010 e 0218/2010 de autoria do deputado Adherbal Deba Cabral.

Requerimento n. 0159/2010, de autoria do deputado Reno Caramori, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao ministro das Relações Exteriores, pedindo medidas no sentido de viabilizar o retorno ao Brasil do cidadão Edilton Swarowski, último exilado político brasileiro.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 0211/2010, de autoria do deputado Pedro Uczai, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente da empresa Tronic de Xaxim, manifestando apoio à luta dos trabalhadores e solicita atendimento das suas reivindicações o cumprimento do piso salarial previsto na Lei Complementar n. 0459/2009.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0028/2010, de autoria do deputado Dirceu Dresch, a ser enviado ao governador do estado, às secretarias da Assistência Social, Trabalho e Habitação, da Saúde e aos secretários de Desenvolvimento Regional, solicitando informações sobre quantas unidades da Apae estavam credenciadas perante o SUS antes de julho de 2008 e quantas foram credenciadas após esse período, bem como os valores repassados.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0029/2010, de autoria da bancada do PP, a ser enviado ao governador do estado, solicitando informações sobre os valores liberados pela Secretaria da Fazenda através do Fundo Social em 2010.

Em discussão.

O Sr. Deputado Décio Góes - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Décio Góes.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - A bancada do PT também gostaria de subscrever, com a concordância da bancada do PP, este pedido de informação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Está subscrito.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Pedido de Informação n. 0030/2010, de autoria do deputado Joares Ponticelli, a ser enviado ao secretário da Educação, solicitando informações sobre quais as providências adotadas quanto ao uso das chamadas "pulseiras do sexo" ou "pulseira do amor" nas escolas públicas estaduais.

Em discussão.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, vários municípios estão adotando medidas, inclusive Navegantes saiu na frente com a lei, e Tubarão já está votando, assim como várias outras Câmaras Municipais já estão aprovando leis para proibir a comercialização dessa praga que se espalhou pelas escolas do estado todo. E eu não sei, não ouvi ainda, nenhuma manifestação da secretaria do estado da Educação, quais as providências que a secretaria está adotando, porque esse negócio se alastrou pelo estado inteiro.

Então, é preciso que a secretaria rapidamente oriente as suas gerências para recolher isso, porque isso está circulando livremente dentro das escolas; os adolescentes e crianças estão usando essas pulseiras, e é preciso que haja uma ação rápida da secretaria da Educação para coibir, proibir, que esta praga se alastre ainda mais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Não há mais matérias constantes da pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Inscrita em primeiro lugar a sra. deputada Ana Paula Lima, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O Sr. Deputado Dagomar Carneiro passará a presidir os trabalhos desta mesa.

Antes de passar a palavra para a deputada Ana Paula Lima, se me permitir, quero ratificar os meus cumprimentos ao deputado Ozair Coelho de Souza, o nosso Polaco. Eu não estive presente na sua posse, mas tenho um grande prazer e alegria em compartilhar junto com os demais 39 deputados deste Parlamento com v.exa.

Parabéns, seja bem-vindo, esteja em casa, nesta Casa.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, srs. deputados, público que nos acompanha pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital, realmente este é um ano de grandes debates nesta Casa, no nosso estado e no nosso país.

Deputado Décio Góes, a Justiça e a Polícia agem de forma diferente, dependendo do caso. Eu falo isto, deputado Dagomar

Carneiro e deputado Décio Góes, porque estou aqui com uma entrevista concedida a um jornal de circulação de Santa Catarina, *Notícias do Dia*, pelo dr. Gercino Gomes Neto, procurador-geral da Justiça, que fala sobre o caso do vice-governador Leonel Pavan, que hoje está no governo do estado. E nós, catarinenses, também ansiamos por notícias dessa natureza.

Diz aqui o procurador da República: (Passa a ler.)

"O vice-governador do estado de Santa Catarina cometeu crime de traição ao estado quando ligou para o empresário. É mais grave que o caso do Distrito Federal, onde o governador José Roberto Arruda (ex-DEM, sem partido) foi preso."

A minha pergunta, srs. parlamentares, e povo catarinense, é por que essa diferença? Lá no Distrito Federal, o governador do Democratas está preso e aqui em Santa Catarina o vice-governador é hoje o governador em exercício? Por que essa diferença?

Eu acredito que lá em Brasília um ex-assessor, do governador Arruda fez aquelas gravações ilegalmente, colocou na imprensa, e lá a Justiça prendeu o governador. Aqui em Santa Catarina, srs. parlamentares e público catarinense, houve autorização judicial para a Polícia Federal fazer os grampos do telefone, ouvimos detalhes da conversa do vice-governador com esses empresários, que lesaram ou tentaram lesar, e não houve intervenção da Polícia Federal e da Justiça do estado de Santa Catarina.

Por isso, acho corajosa a investigação e denúncia do dr. Gercino em dizer que houve traição, do segundo mandatário do estado, que lesou o povo catarinense. E ele agora está exercendo o cargo de governador. Por que essa diferença? Fica a pergunta no ar.

Srs. parlamentares, os outros envolvidos no processo, aquela advogada lá de Itajaí, em Balneário não sei, e outros aqui da secretaria da Fazenda foram afastados. A tal da dra. Vanderléia, se não me falha a memória, está afastada. Por que, o vice-governador, hoje governador, está governando o estado de Santa Catarina? Por isso, digo e aqui vivo afirmando várias vezes: há justiça e polícia para alguns.

Na minha cidade, Blumenau, há um presídio que comporta 280 presos e hoje está com 780, com dependentes químicos, daquele tipo que lesou, que assaltou, que assassinou, que cometeu alguns delitos. E estão todos presos lá, de uma forma indigna, enquanto os grandões estão governando o nosso estado.

Por isso, o meu questionamento. Hoje eu não ia tratar sobre esse assunto. Iria falar sobre coisas boas, mas quando um deputado do PSDB vem a esta tribuna criticar um governo federal que está fazendo bem ao povo brasileiro, não posso ficar calada, sabendo que o estado de Santa Catarina está sendo governado neste momento por uma pessoa suspeita. Então, aqui não há justiça? Aqui a justiça é para alguns e não para todos? Por isso a minha indignação.

Vou ficar indignada até esse caso ser resolvido, porque a justiça tem que ser para todos. Assim diz a nossa Constituição.

Quero falar também, deputado Décio Góes que o Ministério da Educação e da Cultura liberou para o estado de Santa Catarina na data de hoje, com o nosso amigo e secretário da Educação Paulo Bauer, o valor de R\$ 35 milhões para o estado de Santa Catarina. E depois dizem que não vem dinheiro para o nosso estado.

O secretário da Educação, Paulo Bauer, inclusive está assinando neste momento esses recursos para as reformas dos Cedups, da cidade de Joinville, de Blumenau,

de Abelardo Luz e de Ipuacu. Isso, para as melhorias nos Cedups e também para as novas construções de outros centros de educação nos municípios de Guarimirim, de Mafra, de Abdom Batista e de Curitibaanos. É dinheiro do governo federal vindo para o estado de Santa Catarina.

Então, alguns deputados do PSDB, não vou dizer que todos são ruins, mas alguns deles têm que vir aqui falar de coisas boas, inclusive das secretarias da Educação que são comandadas pelo nosso amigo Paulo Bauer, do PSDB.

Também quero falar de outro assunto que vem sendo destacado pela mídia nacional através da novela das 8h, *Viver a Vida*, que foi repercussão inclusive na semana passada, com relação à protagonista da novela, que é uma portadora de necessidades especiais, uma cadeirante.

(Passa a ler.)

"Segundo, dados, srs. parlamentares, do IBGE, existem no Brasil cerca de 24 milhões de pessoas portadoras de necessidades especiais. E no mundo todo elas representam 10% da população.

O governo do presidente Lula, através da secretaria especial dos Direitos Humanos criou o Conade - Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência -, com o objetivo de acompanhar e avaliar o desenvolvimento de uma política nacional para a integração da pessoa portadora de deficiência e das políticas setoriais na área da educação, saúde, trabalho, assistência social, transporte, cultura, turismo, desporto, lazer e política urbana.

O governo federal investirá - e essa é a boa nova - recursos da ordem de R\$ 2,4 bilhões em programas voltados para pessoas com deficiência física e com necessidades especiais. Além disso, o presidente Lula reafirmou seu compromisso com ações para aumentar a inserção de pessoas no mercado de trabalho, como linhas de financiamento em condições especiais para a acessibilidade dos ambientes de trabalho e também a ampliação da reserva de cargos nos concursos públicos das esferas do governo.

Por esta razão, nós, parlamentares brasileiros, temos a obrigação de aperfeiçoar ações para facilitar o dia-a-dia das pessoas com necessidades especiais.

Em nível federal, temos dois projetos de iniciativa do deputado federal Décio Lima. O primeiro deles altera a Lei n. 8.666/1993, a Lei das Licitações e Contratos Administrativos. Trata-se do Projeto de Lei n. 5.269/2009, que acrescenta no seu art. 27 a referida legislação, dispendo sobre a obrigação de contratação de pessoas portadoras de deficiência.

O projeto exige o cumprimento da lei que se refere ao preenchimento de vagas por pessoas portadoras de deficiência para empresas interessadas em se habilitar em processos de licitação ou contratação de obras e serviços com a administração pública.

Também quero dizer que temos três leis tramitando nesta Casa. Uma delas, a n. 04523/2009, já aprovada pela comissão de Constituição e Justiça, que institui a Língua Brasileira de Sinais - Libras - como forma de comunicação entre a Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina e a comunidade. Outra lei obriga todas as empresas que vendem vestuários terem em seus estabelecimentos comerciais a instalação de provadores, para evitar constrangimentos dessa natureza, que veio veiculado, inclusive, em nível nacional.

Então, como parlamentares temos a obrigação de facilitar a vida dessas pessoas que têm tantos problemas no seu dia-a-dia.

Muito Obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Joares Ponticelli, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, sra. deputada Ana Paula Lima, srs. deputados, catarinenses que nos acompanham através da TVAL e da Rádio AleSc Digital, na semana passada estive fora desta Casa, porque fiz um roteiro pelo interior do estado, visitando mais de 20 municípios. É claro, deputado Reno Caramori, que em cada município que chegamos, em cada região, procuramos nos atualizar. Eu gosto muito de, chegando aos municípios, pegar o jornal local, o jornal regional, para ver o que está repercutindo, o que está acontecendo, o que está sendo dito naquela região.

Deputado Kennedy Nunes, chamou-me atenção, porque comecei a ver em um, dois, três, meia dúzia, em uma dúzia de jornais diários do interior e de jornais regionais, de jornais quinzenais, ou aqueles que só aparecem na época das eleições, que sempre tem um artigo do governador, alguns que eu não sei se é ele quem escreve mesmo ou se alguém escreve para ele, mas chamou-me muita atenção o último artigo assinado pelo governador, da última rodada de jornais.

Eu não sei se v.exas leram, deputado Serafim Venzon, v.exa. que é médico, mas no último artigo do governador imagino que ele deveria aproveitar melhor esses espaços para falar, por exemplo, das frustrações que teve de ficar oito anos comandando o estado e sair com um monte de dívidas e de promessas que fez e não cumpriu. Mas não, o último artigo dele chama-se: O inventor da aspirina. Eu deduzi que ele está com muita dor de cabeça e usando muita aspirina para controlar a dor de cabeça e resolveu fazer um artigo para homenagear o inventor da aspirina, ou está com a cabeça vazia e não quer saber de mais nada mesmo, ou abandonou qualquer preocupação administrativa, governamental, e está começando a escrever sobre coisas que, convenhamos, pouco interessam ou quase nada interessam à sociedade catarinense.

Deputado Pedro Uczai, o governador desperdiçar um espaço tão importante para fazer artigos sobre o inventor da aspirina? Por que ele não usa, por exemplo, esse espaço para pedir desculpas aos professores, uma vez que prometeu solenemente em 2002, quando ele ainda era prefeito da cidade do deputado Kennedy Nunes, quando ainda era prefeito de Joinville, em campanha, que se fosse eleito equipararia o salário do professor do estado ao salário do professor de Joinville?

O professor de Joinville ganha quase três vezes o que ganha o professor do estado. Não que o de Joinville ganhe tão bem assim, deputado Pedro Uczai, porque o próprio Luiz Henrique cuidou depois que saiu do governo de impedir que o plano de cargo de salários de Joinville avançasse, para não aumentar ainda mais a diferença.

Então, ele deveria usar esse espaço, por exemplo, para numa atitude de humildade pedir desculpas para os professores, que se enganou, se equivocou, que mentiu, que prometeu e não pode cumprir, que exagerou. Deveria usar pelos menos esse espaço para fazer um pedido de desculpas e dizer que estava saindo do governo sem conseguir cumprir a maioria das promessas que fez para o magistério, que foi a de equiparar o salário do professor do estado ao salário do professor de Joinville.

Às vezes alguns dos seus batem aqui no governo federal, deputado Pedro Uczai. Quantos do PMDB batem no governo federal para cobrar as questões dos aposentados do Brasil, e tem que cobrar mesmo! Essa praga do fator previdenciário que achata o salário do aposentado é uma verdade, então, tem que cobrar! Mas e o servidor aposentado de Santa Catarina, deputado Reno Caramori, em sete anos recebeu 1%; em 2003, R\$ 100,00 de abono, parcelado ainda em suaves prestações.

Por que o governador não usa esse espaço precioso, no qual ele enaltece o criador da aspirina, para pedir desculpas aos policiais militares e civis por ter aplicado o calote da Lei Complementar n. 254, que aprovou aqui festivamente e não cumpriu até hoje? Por que não usa esse precioso espaço para pedir desculpas ao servidor da Saúde, da Agricultura e dos demais órgãos do governo aos quais ele não conseguiu implantar uma política salarial decente, quando o estado bate recorde de arrecadação mês a mês?

Deputada Ana Paula Lima, quando esse homem assumiu o governo, a arrecadação de Santa Catarina oscilava na casa de R\$ 300 milhões. Agora que ele está picando a mula, a arrecadação bate recorde. E aí se deve enaltecer o grande trabalho comandado especialmente pelo secretário Antônio Gavazzoni, e aqui faço um parêntese para o reconhecimento, pois graças a esta Assembleia, quando votou a PEC dos fiscais e dos auditores, temos que dar o mérito a quem efetivamente produziu, e os servidores da Fazenda têm grande participação nisso, graças à nossa participação também.

Por que ele não usa esse espaço que enaltece o inventor da aspirina para justificar o que faz com tanto dinheiro que se arrecada a cada mês? Ou então, deputado Silvio Dreveck, por que não ocupa esse precioso espaço em que ele enaltece o criador da aspirina para pedir desculpas para Santa Catarina pelas obras gambiarras que estão sendo feitas, como o presídio regional de Rio do Sul, como o sambódromo de Laguna, que é escola durante o ano e sambódromo no Carnaval, que em menos de dois anos de entrega já tem que ser completamente reformada, que é o padrão da maioria das escolas que estão sendo entregues? Por que não pede desculpas ao oeste catarinense pelo asfalto casquinha de ovo, como recebi notícias de asfaltos que em menos de dois anos estão esfarelado, desmanchando, por conta do serviço mal feito, superfaturado, e certamente com algum compromisso, meu caro vereador Eduardo Nacif Carneiro, o popular Dudu, da cidade de Laguna, que aqui comparece, para favorecer o projeto político de sua excelência?

Governador Luiz Henrique, poucos dias lhe separam da renúncia do mandato para cuidar da sua vaidade, do seu projeto pessoal. Ainda há tempo para refletir se vale a pena mesmo renunciar com tantas promessas e tantas dívidas que ficarão para o seu sucessor.

É preciso que o governador, deputado Décio Góes, aproveite esse pouco tempo depois que voltar da sua última turnê internacional, que não foram poucas neste governo. Só as da China foram mais de meia dúzia, e de cada viagem que voltava prometia os barcos voadores, mas os barcos continuam voando apenas na cabeça de sua excelência. É uma lástima!

Eu não tenho dúvida de que as pesquisas apontam a deputada federal Angela Amin como grande favorita para as eleições exatamente por isso.

Eu acredito, deputado Dirceu Dresch, que o eleitor neste ano quer transformar a urna num grande balcão do Procon eleitoral. Esse deve ser o sentimento!

O eleitor deve estar com muita vontade, deputado Kennedy Nunes, esperando ansiosamente chegar à urna, como se ela fosse um balcão de Procon eleitoral, para dizer a sua excelência: devolva o meu voto, depois de oito anos de enganação que Santa Catarina sofreu. Foi muito papo, como diria o ex-deputado Antônio Carlos Vieira, e pouca ação, e sua excelência já vai picando a mula com um monte de...

(Discurso interrompido pelo término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Com a palavra o próximo orador inscrito, sr. deputado Serafim Venzon, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, prezados catarinenses que nos acompanham pela TVAL e pela Rádio AleSc Digital, inicialmente quero cumprimentar as pessoas que estão acompanhando nas galerias o trabalho desta Casa, como o prefeito Eudgard José Back, de Presidente Nereu, o vice-prefeito Odair Kochanski, o secretário municipal Odilson Schaufelberger, o secretário de obras Fernando Bertolini, bem como o coordenador da região sul, do PSDB, Álvaro Serrano, que também acompanha os trabalhos desta Casa.

Quero cumprimentar também, de uma forma especial, o deputado Joares Ponticelli, que se pronunciou anteriormente e que apresentou um pedido de informação quanto à postura que as escolas estaduais estão tomando em relação àquelas pulseirinhas de diversas cores, sendo que cada cor representa uma tarefa do relacionamento sexual.

Muitas escolas já proibiram o uso dessas pulseirinhas. Mas eu conversei agora, por telefone, com o secretário da Educação Paulo Bauer, que me informou que já determinou aos diretores das 1.324 escolas que fosse proibido passar do portão da escola qualquer adolescente com aquelas pulseirinhas. Aliás, deputado Joares Ponticelli, eu acho que cabe até uma determinação do governador como proteção à família. Muitas vezes foge do controle do pai e da mãe esse comportamento, principalmente dos adolescentes. Eu, que tenho um menino de 18 anos e uma menina de 19 anos, entendo que é muito importante quando o governo dá um apoio ajudando na formação das nossas crianças.

Eu acredito, inclusive, que além de o secretário da Educação proibir a entrada no colégio dessas pulseiras, deveria ser proibida também a venda delas no comércio de Santa Catarina.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Pois não!

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Deputado Serafim Venzon, recebe o meu aplauso o secretário da Educação por ter tomado essa providência. Mas isso não é responsabilidade somente da secretaria, das escolas, é da família também! Não podemos isentá-las.

Nós somos pais, e a família tem que fazer a sua parte, tem que vigiar, tem que ver se essa porcaria não entrou em casa. E a escola tem que dar uma batida todos os dias; tem que fiscalizar; tem que retirar; tem que queimar; tem que dar fim a essa praga que se está alastrando.

Cumprimento v.exa. pela preocupação. Nós temos que promover uma verdadeira guerra a essa pulseira aqui no nosso

estado, porque isso se espalhou com rapidez. É aquilo que eu disse ontem: pena que as coisas boas não tenham essa facilidade para se disseminar. Coisa ruim se espalha rápido. Se fosse uma atividade boa, não se espalharia com tanta agilidade.

Por isso, fico satisfeito por saber que a secretaria está tomando essa providência, mas nós não podemos dispensar ninguém. Temos que empreender uma verdadeira guerra a essa maldita pulseira que está circulando no estado.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Muito obrigado, deputado Joares Ponticelli.

Mais uma vez esta Casa demonstra sua preocupação com a família catarinense, pois a escola é a primeira extensão da família. A escola, a igreja e a própria rua têm que ser uma extensão da nossa casa. E quem ajuda a deixar a nossa rua boa é justamente o governo do estado. Por isso a nossa preocupação, deputado Peninha. E talvez haja uma atitude por parte do próprio governador de proibir a comercialização dessas pulseiras no estado de Santa Catarina.

Eu queria ainda apresentar aqui uma preocupação em relação aos empresários de Santa Catarina. No ano passado o nosso estado arrecadou mais de R\$ 11 bilhões em tributos, sendo que o maior deles é o ICMS. E na arrecadação nós temos grandes parceiros. A primeira é a população consumidora, a população produtora, mas os grandes parceiros na arrecadação são justamente os empresários.

Destacamos aqui que de 1994 para cá, depois disso foi copiado pelos estados e municípios, houve um apoio do governo federal para que todo mundo acertasse a sua vida financeira. E com relação à questão das empresas, para aquelas que deviam ao governo federal, foi feito o Refis federal, no ano de 2000. O Refis é o parcelamento da dívida que as empresas tinham com o governo federal, as quais o pagariam em dez anos.

Também foi feito Refis com o estado, de 2000 para cá. Mas a lei assegura que por nove anos ele teria várias opções: pagar conforme a lei do Fundo Social a metade da dívida ou pagar 1% do movimento bruto da empresa, todo mês, para saldar aquela dívida velha.

Então, as empresas que foram pagando, deputado Pedro Uczai, agora são menos de 200 empresas, estão com um saldo razoável, porque era uma dívida razoável e sobrou um saldo devedor. E a lei preconiza que durante nove anos elas poderiam pagar 1% do seu movimento e que até no último ano teriam que dividir o saldo devedor no máximo em 12 vezes. E assim, ao final dos dez anos, terminariam de pagar toda a sua dívida. Ocorre que o parcelamento em 12 vezes desse saldo no décimo primeiro ano acaba ficando demasiadamente grande.

Por isso estamos sugerindo, sr. presidente, à secretaria da Fazenda que encontre alguma forma de parcelamento para facilitar um pouco mais para esses empresários que, além de estarem pagando os seus tributos normalmente, porque para participar do Refis é preciso pagar todos os tributos certinhos, eles ainda têm de pagar aquela dívida anterior. Seria melhor se eles tivessem pago antes, mas se não fosse essa facilitação que nós tivemos, se não fosse essa colaboração, o estado também não teria arrecadado esses R\$ 11 bilhões no ano passado, não teria arrecadado mais de R\$ 1,1 bilhão no mês de janeiro, e essa arrecadação se repetiu também no mês de fevereiro. Então, isso foi graças aos nossos empreendedores,

que são muitos em Santa Catarina, ao trabalho de todos os catarinenses, como também do empresário, que repassa os tributos recolhidos na hora da venda do produto ao estado, que cumpre as suas obrigações com a parte que é arrecadada.

Por isso estamos sugerindo à secretaria da Fazenda que encontre uma forma mais amena de as empresas pagarem esse saldo em 12 vezes, que na verdade não faltam mais 12 vezes, faltam apenas dez, de março até dezembro, porque muitas delas têm às vezes um saldo devedor maior do que R\$ 1 milhão. Ou então que a empresa pudesse participar da Lei do Fundo Social, pagando primeiro a metade do saldo devedor e a outra metade seria esquecida, ou ainda então que a dívida pudesse ser parcelada em 40, 60 ou 100 vezes, para que as empresas possam pagar.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagoberto Carneiro) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sr. presidente, eu quero registrar e agradecer a presença, nesta Casa, de três prefeitos do oeste de Santa Catarina: do prefeito municipal de Quilombo, sr. Lenoir Bigolin; do prefeito municipal de Formosa do Sul, sr. Jorge Antônio Comunello; e do prefeito municipal de Jardinópolis, sr. Dorildo Pegorini.

Em nome deste Parlamento, em nome dos deputados, sejam bem-vindos à Assembleia Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra o próximo orador inscrito, sr. deputado Décio Góes, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, eu queria, neste horário da Explicação Pessoal, fazer algumas considerações a assuntos diversos.

De certa forma, deputado Reno Caramori, que é presidente da comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano, deputado Pedro Uczai, que coordena um fórum sobre ferrovias em Santa Catarina, e deputado Serafim Venzon, que é presidente da comissão de Educação, Cultura e Desporto, todos nós estamos ligados com as questões dos transportes, com a questão da logística. É uma preocupação constante porque quanto maior for a infraestrutura do nosso estado, mais desenvolvimento vamos promover no estado de Santa Catarina.

Deputado Reno Caramori, fomos convidados pelo DNIT para participar de uma reunião, amanhã, na Fiesc, dia 11 de março, a partir das 8h30, ocasião em que o ministério dos Transportes discutirá o Plano Nacional de Logística de Transportes para o Orçamento do próximo ano.

Haverá toda uma programação. A partir das 9h será feita a abertura, depois haverá a exposição do ministério dos Transportes, do setor público do estado de Santa Catarina, do setor privado do nosso estado, e à tarde o Paraná e o Rio Grande do Sul irão expor também suas demandas, tanto do setor público quanto do setor privado.

Estendo o convite, então, a todos os deputados e às lideranças. Fiz questão de passar esse convite às associações comerciais e industriais da região sul, que temos mais contato, às associações de municípios da região sul que temos mais contato, no sentido de que haja uma representatividade aqui quando formos discutir a questão da

infraestrutura, para o ministério levar daqui uma impressão mais nítida das nossas reais necessidades de infraestrutura.

Também gostaríamos que o governo federal fizesse o mesmo, para que possamos dar as demandas do governo estadual para o próximo ano.

Srs. deputados, nesse sábado eu estive no extremo sul, no município de Timbé do Sul, participando do X Encontro de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Vale do Araranguá. Participaram desse encontro mais de 1.200 mulheres agricultoras do extremo sul de Santa Catarina para comemorar o Dia Internacional da Mulher, as conquistas que já tiveram ao longo dessa história, a ponto de termos para este ano uma candidata à Presidência da República. Podemos até ter mais mulheres, mas temos a nossa pré-candidata Dilma Rousseff, no estado temos a nossa pré-candidata Ideli Salvatti, mostrando que as mulheres estão conquistando a sua parcela de espaço na política, em vários setores da sociedade.

As mulheres, como representam mais de 50% da população, provavelmente vão conquistando esses espaços de representatividade proporcional. Isso é importante, porque a mulher traz novos valores para a política, para a agricultura, para a indústria, para a educação, para a saúde, enfim, para todos os serviços que ela se propõe a fazer.

Então, ela traz novos valores, valores normalmente que a qualificam, que a dignificam, porque ela é muito mais sensível, tem mais foco naquilo que se propõe. Enfim, merecidamente as mulheres têm conquistado os seus espaços.

As mulheres rurais, nesse encontro, tiveram muito que comemorar em Timbé do Sul. É claro que elas têm uma luta muito grande de levar ao meio rural os confortos que existem nas cidades. É preciso que as ruas sejam pavimentadas, é preciso que haja saneamento básico, é preciso que a Internet chegue à área rural e é preciso que equipamentos de recreação, lazer e de cultura também cheguem à área rural. É um conjunto de conquistas ainda muito grande, mas a mulher já tem muito que comemorar.

Também estive no município de Jacinto Machado, naquele trajeto de toda a região sul, não sei se a maioria dos nossos telespectadores da TVAL conhece, onde a plantação de arroz é a base da economia, onde a grande atividade econômica da região sul é o arroz. E havia todo um processo de colheita. Estávamos passando na estrada e vimos trator e colheitadeira entrando e saindo, enfim, uma atividade intensa nesse momento em que foi feita a colheita do arroz. Devem ter colhido já 30 ou 40%.

Por isso quero, da tribuna da Assembleia, saudar todos os agricultores, especialmente os rizicultores de todo o estado de Santa Catarina, e desejar-lhes uma boa colheita a todos.

Uma coisa chamou-me a atenção, deputados Pedro Uczai e Dirceu Dresch. Debates tanto o Código Ambiental na Assembleia, discutimos a questão de diminuir as áreas de proteção ambiental, que isso iria trazer mais produtividade, e lá vemos o exemplo da contradição. Nas propriedades dessa região onde os rios estão apertados e foi plantado arroz até a beira do rio - há apenas o talude para conter a água, sem a mata ciliar -, já há uma produtividade fantástica, que é de 120, 130 ou 140 sacos por hectare. Isso é fantástico! E eles vêm da Europa até aqui para ver como é que há tanta produção na região!

Mas lá embaixo da barragem do Rio São Bento, onde as pessoas foram obrigadas, por questões naturais da barragem, a deixar a mata ciliar adequada, a produtividade é de 200 a 240 sacas por hectare. E isso paga aquela área que foi deixada, tira de letra e sai lucrando ainda.

Então, a natureza é muito generosa com quem a trata com generosidade. Está aí a prova máxima de que as áreas de proteção ambiental são realmente úteis, necessárias e imprescindíveis para a preservação da água, porque onde há água em abundância há produção em abundância.

Para finalizar o meu discurso, gostaria de falar, rapidamente, sobre a ponte da discórdia de Jacinto Machado. Eu e o deputado Valmir Comin estivemos com o prefeito de Jacinto Machado, com o presidente da Câmara de Vereadores, com lideranças e vários vereadores da cidade acompanhando essa questão. E levamos ao secretário Mauro Mariani essa indignação deles porque aquela ponte ficou avariada em 19 de novembro de 2008. Na metade do ano de 2009 foi feita uma licitação e a ordem de serviço foi entregue só em outubro do ano passado. A obra deveria ser inaugurada agora em março, mas ainda está nesse estágio, ainda há um conflito de solução técnica, ainda há um bate-boca entre o presidente do Deinfra e o dono da construtora, que, coincidentemente, é prefeito de Turvo, e todos os dois são do PMDB. Na rádio, em Criciúma, ontem de manhã, foi uma vergonha o debate deles. E precisamos encontrar uma solução, mas não será com bate-boca que vamos achá-la.

A cidade está separada há dois anos, está precisando dessa ligação e o governo do estado nem placa colocou lá! Eu fico admirado porque há placa em todas as obras, dizendo que vão realizar. Nas que foram concluídas, a placa ficou lá por dois anos. E lá nem placa ainda há, de tão vergonhosa é a situação!

O secretário Mauro Mariani recebeu-nos muito bem e prometeu amanhã fazer uma mesa técnica para encontrarmos uma solução e, rapidamente, darmos uma resposta. Estamos aguardando e confiantes nessa...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Obrigado, deputado Décio Góes.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra, pela ordem o deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sr. presidente, quero registrar a presença de Elmo Pezenatto, que é da agroindústria familiar de Nova Erechim e veio à capital participar da 2ª Mostra Nacional de Desenvolvimento Regional, do Ministério da Integração Nacional, em Florianópolis.

Igualmente, registro a presença do meu amigo Giba, o Gilberto Carlos Bortese, vereador de Nova Erechim, e do Jean de Oliveira, da Cooperativa de Leite de Quilombo. Todos estão participando da 2ª Mostra Nacional de Desenvolvimento Regional e neste momento também prestigiam esta sessão. Sejam bem-vindos à Casa do Povo!

Muito obrigado!

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, quero agradecer a presença

dos prefeitos, já citados, de Quilombo, de Jardinópolis e de Formosa do Sul, assim como dos companheiros de Nova Erechim.

Também gostaria de cumprimentar o deputado Pedro Uczai, da nossa bancada, que hoje está de aniversário. Ele não falou aonde vai pagar o bolo, mas certamente daqui a pouco dará o aviso.

Obrigado, sr. presidente, e parabéns ao deputado!

O Sr. Deputado Décio Góes - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Décio Góes.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Sr. presidente, eu também queria me somar ao deputado Dirceu Dresch, a v.exa., ao deputado Padre Pedro Baldissera e a deputada Ana Paula Lima, pois todos estamos muito contentes com o aniversário do companheiro deputado Pedro Uczai. Desejamos-lhe muita saúde, energia, paz e sucesso neste ano de 2010.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Deputado Pedro Uczai, também cumprimos v.exa. não apenas pelo brilhante deputado que é nesta Casa, envolvido, fundamentalmente, com o debate democrático no Parlamento catarinense, mas também porque v.exa. qualifica muito esta Casa. E, logicamente, a bancada do Partido dos Trabalhadores irá cobrar o bolo. Ele é um italiano meio mão de vaca, mas não tem saída!

Sejam bem-vindos a esta Casa todos os prefeitos aqui citados.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Reno Caramori.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Srs. deputados, iniciando o meu discurso, também quero dar as boas-vindas aos prefeitos do grande oeste que visitam Florianópolis. Eu tenho certeza de que eles vêm a capital tentar minimizar os problemas dos municípios, através das secretarias centrais, porque as Regionais, mais uma vez, dão prova de que não funcionam. Aí os prefeitos têm que se deslocar para a capital para resolver os problemas dos seus municípios. Espero que obtenham êxito aqui na capital, já que os cabos eleitorais das 33 secretarias no interior não funcionam e não resolvem nada; aprovam tudo, mas não realizam nada. Por isso espero que aqui, na presença das secretarias centrais, v.exas. obtenham um bom resultado para os seus municípios.

E cumprimos também o aniversariante de hoje. Parabéns, deputado Pedro Uczai!

Sr. presidente e srs. deputados, na tarde de ontem, no horário regimental, na reunião da comissão de Transporte e Desenvolvimento Urbano, aprovamos dois requerimentos: o requerimento do deputado Edison Andriano da mobilização urbana e o requerimento deste deputado, que trata da realização de uma audiência pública para discutir esse problema seriíssimo que é a travessia da BR-101, desde Governador Celso Ramos, passando por Biguaçu e adentrando São José, Florianópolis e Palhoça, criando um problema grave para o tráfego local.

Nós discutimos longamente, por várias vezes, deputado Décio Góes, o problema do congestionamento principalmente na hora do *rush*, na hora da entrada do continente para a ilha e da saída da ilha para o continente. Esse problema vem-se arrastando há muitos anos e já tentamos, várias vezes, empreender algumas providências junto ao DNIT. E agora, com a responsabilidade da ANTT nesse contrato com a Auto Pista Litoral Sul S/A,

existe um contrato para a construção de uma alça de contorno de Florianópolis, o contorno de Florianópolis, ou como querem que seja denominado. Mas há necessidade urgente de encontrarmos uma solução.

É importante dizer que recebemos algumas correspondências, inclusive uma muito bem posicionada de um morador de São José, o sr. Roberto Lustoza, que faz um arrazoado, com conhecimento de causa, a respeito desse assunto, Deputado Góes, mostrando a responsabilidade da ANTT, da Auto Pista Litoral Sul S/A, dos contratos firmados em 2008 estabelecendo as concessões da BR-101, e assim por diante.

Recebemos também uma correspondência da Acif, assim como também de outras entidades, fazendo uma série de ponderações quanto a essa rodovia.

Já discutimos nesta Casa a situação do engarrafamento e do problema de tráfego. A criação de mais uma ponte unindo a ilha e o continente de nada adiantará, deputado Décio Góes, se nós não tirarmos o tráfego passante da BR-101 que corta os municípios de Biguaçu, São José, Florianópolis, Palhoça, o que dá um percurso de mais ou menos 47km a 50km, e é justamente onde afunila. Na hora do pique estão lá o caminhão, a carreta, o treminhão, o ônibus e aqueles motoristas que circulam pela BR-101 de sul a norte, de norte a sul, praticamente lotando essa rodovia, pelo intenso movimento. E quem sai da ilha para o continente depara-se com esse fluxo violento de veículos e acaba engarrafando o trânsito porque ele espera a oportunidade de entrar na BR-101 numa folga entre um veículo e outro que circula passando por Florianópolis.

Por isso, no dia 29 de março, às 9h30, realizaremos uma audiência pública. E convidamos todas essas entidades para se fazerem presentes a fim de que possamos encontrar, com a maior brevidade possível, uma solução para esse problema tão sério.

Não adianta duplicarmos ponte, fazermos túnel, se lá na BR-101 não for tirado esse trânsito passante por essa alça do contorno de Florianópolis, uma vez que o trânsito passante não circula pela parte urbana desses municípios. Deputado Décio Góes, inicia lá no KM 175, no chamado inferninho, na divisa de Biguaçu com Tijucas, e pega também Antônio Carlos, São Pedro de Alcântara, Santo Amaro da Imperatriz, São José e Palhoça.

A solução é essa e não existe outra. A ANTT e a concessionária dessa rodovia têm estudos, mas nós só temos vemos uma solução: tirar o tráfego passante, esse que não quer parar em Florianópolis e só quer passar por aqui, trafegando no sentido norte-sul e sul-norte. Nós temos que viabilizar esse afastamento dos centros urbanos para que o trânsito local possa fluir com rapidez e eficiência.

O Sr. Deputado Décio Góes - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Pois não!

O Sr. Deputado Décio Góes - Eu acho que é importante colocarmos esse assunto na pauta, deputado Reno Caramori, porque o governo fez a parte dele, estudou uma fórmula de viabilizar essa via e achou essa fórmula. Em troca da concessão do trecho norte da BR-101, há essa benfeitoria. E precisamos conhecer os detalhes do contrato e os prazos para iniciar a obra. Temos que comparecer às audiências públicas para podermos aprovar esse projeto; temos que conhecer os montantes de investimentos.

Então, hoje, após a solução, após o contrato, quem gerencia é a ANTT, que é uma agência reguladora independente que tem que

fazer cumprir os contratos que foram pactuados.

Portanto, acho que o Parlamento está cumprindo a sua função. E parabéns por essa audiência pública.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Muito obrigado!

V.Exa. conhece o problema tanto quanto nós, uma vez que faz parte da nossa comissão. E lá temos discutido isso com frequência.

Mas não dá mais! O movimento aumenta cada vez mais, os caminhões são cada vez maiores, mais pesados e com maior velocidade. O tráfego aumenta porque o fluxo de veículos vindos do Uruguai e da Argentina e indo para o norte deste país passa por Florianópolis, Palhoça e Biguaçu e cria esse problema seriíssimo para o tráfego local desses municípios da Grande Florianópolis.

Por isso quero, mais uma vez, fazer um apelo. As autoridades competentes serão convidadas e peço que compareçam a essa audiência pública para que se possa minimizar esse problema e fazer com que, deputado Silvio Dreveck - e v.exa. fez referência ao problema hoje nesta tribuna -, aqueles que vêm a Florianópolis a serviço ou como turistas tenham facilidade de adentrar e sair com mais conforto, com mais rapidez. E até mesmo aqueles que aqui moram, trabalham e saem de casa duas horas antes para poder chegar ao seu serviço no seu horário, em consequência desse...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Dirceu Dresch, do Partido dos Trabalhadores.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, quero trazer um assunto que, na minha avaliação, é muito importante para Santa Catarina e o Brasil.

Eu e o deputado Pedro Uczai saímos há pouco de uma reunião com a professora Consuelo, diretora do Ifet de Santa Catarina, juntamente com o professor Marcelo, na qual discutimos o tema da ampliação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia em nosso estado. Tivemos informações importantes e queremos aqui, de público, parabenizar a professora Consuelo pelo grande trabalho que vem realizando neste importante órgão do estado de Santa Catarina, que é o Instituto Federal da Educação, Ciência e Tecnologia.

E também, claro, é importante dizer da responsabilidade com que o nosso presidente Lula, o nosso governo federal, vem tratando a educação profissional no nosso estado e no Brasil. Infelizmente, em 1998, o governo de Fernando Henrique aprovou uma lei proibindo a criação de novos institutos de educação em nosso país. Lamentavelmente, essa lei foi aprovada em 2004. E o nosso governo do presidente Lula mudou essa lei e abriu a possibilidade de termos, em oito anos, praticamente 300 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia em nosso estado. E abriu não só essa possibilidade, mas também de haver cursos de extensão nos municípios. Diversos municípios do nosso estado já têm essa realidade de contarem com vários cursos.

No oeste tivemos a ampliação, muito positiva e muito grande, de novos cursos. E

além dos institutos federais de Xanxerê, Chapecó, São Miguel d'Oeste, Concórdia, Caçador e Videira, agora vamos ter também vários cursos em outras cidades, como é o caso de São Carlos e de Maravilha.

Hoje tivemos um debate e encaminhamos uma audiência pública em Pinhalzinho para trabalharmos nessa perspectiva de haver alguns cursos naquela importante microrregião de 13 ou 14 municípios em torno do município de Pinhalzinho. E há, sim, grande necessidade de existir lá uma formação profissional.

Deputado Reno Caramori, as nossas empresas, as nossas indústrias, a nossa agricultura, precisamos mais de formação profissional, e o Instituto Federal cai em cheio nessa perspectiva, diferentemente de uma formação universitária. No Instituto Federal a pessoa se prepara também para a sua profissão, na indústria, na agricultura e nas mais diversas áreas.

Então, quero parabenizar a professora Consuelo, coordenadora do IFSC em Santa Catarina, o professor Marcelo, coordenador adjunto, que vem fazendo esse belo trabalho no estado, muito ágil, muito competente e, claro, o governo federal, pelo grande investimento que está fazendo nessa área, que nos possibilita ter uma ampliação tão importante, mesmo sendo com institutos federais. Quero aproveitar aqui para relatar que ontem o jornal *Diário Catarinense* trouxe uma grande matéria sobre a Universidade Federal da Fronteira Sul. Fico muito feliz por ter contribuído, enquanto dirigente sindical na época, quando levantamos essa luta no oeste de Santa Catarina, junto com o Rio Grande do Sul e o Paraná, para termos uma universidade nessa região. É a primeira universidade que atende à região, e não somente um estado, mas três estados, com uma perspectiva de desenvolvimento.

Com certeza, e sempre reafirmo em todos os espaços, o oeste catarinense, a partir dessa universidade federal, não vai ser mais o mesmo. As pessoas vão ter uma profunda mudança na capacidade intelectual, no modo de pensar. Nós temos a grande necessidade de pensar no desenvolvimento regional, de pensar em novas atividades para a economia regional. E essa universidade com certeza vai nos ajudar muito em termos de pesquisa de extensão e de capacitação de profissionais.

Então, esse fato da construção da nossa universidade federal mostra, inclusive, a diferença.

Fomos aqui provocados na semana passada pelo deputado Marcos Vieira a fazer um comparativo com relação ao Instituto Federal. O governo do PSDB acabou com a possibilidade de construir novas escolas técnicas, porém o presidente Lula fez retornar essa perspectiva, inclusive na questão das universidades. E o ex-presidente Fernando Henrique era um grande intelectual, mas não teve capacidade de construir novas universidades no país.

O presidente Lula já entra para a história como o presidente que mais criou universidades, e vai criar outras. Podemos chegar a 20 novas universidades federais criadas durante o seu governo de oito anos.

Então, essa é a grande diferença. Isso faz com que o governo esteja presente, fazendo jus ao imposto que a população paga. Os contribuintes contribuem com seus impostos. E ver esse recurso retornar é bom!

Encontrei na semana passada, no município de Quilombo, um agricultor com sua

filha que passou para a universidade federal e que vai estudar agora nessa nova universidade em Chapecó. Também encontrei outro agricultor no município de Pinhalzinho, cuja filha também foi classificada para cursar uma escola pública gratuita e federal de qualidade.

Isso nos deixa satisfeitos e felizes, pois participamos ativamente dessa luta, dessa mobilização, que é fruto do resultado de um grande trabalho dos movimentos sociais, de lideranças políticas. E aqui precisamos sempre destacar a presença e a participação da senadora Ideli Salvatti e do deputado federal Cláudio Vignatti nesse processo.

Quero trazer outro tema hoje, nesta tribuna, para todos os catarinenses. Estamos recebendo muitas ligações, muitos documentos das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais do estado, as Apaes. Existe uma preocupação muito grande com relação ao governo do estado que está cortando, segundo os documentos que estão chegando, em até 70% os recursos que vinham sendo repassados para essas entidades.

As Apaes estão fazendo um grande trabalho em nosso estado, prestando um serviço extraordinário aos excepcionais, e agora vem essa notícia do corte drástico de recursos. Isso nos preocupa muito porque as Apaes contrataram equipes técnicas multidisciplinares para atender aos nossos excepcionais, e com esse corte de recursos o trabalho iria ser prejudicado ou até dispensado.

Então, assinamos ontem já um pedido de informação, mas já tínhamos ontem documentado, registrado. O nosso pedido de informação foi aprovado hoje. E queremos agradecer aos deputados, pois precisamos de todas as informações da secretaria de estado da Saúde, da secretaria de estado da Educação, do governo do estado, porque não é admissível esse corte de recursos para as Apaes, que desenvolvem um trabalho tão bom pelo estado afora, que pode ser prejudicado ou até comprometido.

Fizemos esse pedido de informação para ter todos os detalhes, todas as informações, para que possamos levar esse assunto a toda sociedade catarinense, às Apaes.

Esta Assembleia precisa usar este espaço também para discutir esse tema e providenciar os encaminhamentos, porque a questão de fato preocupa este deputado e toda a sociedade catarinense, principalmente os mais envolvidos que são os pais, as famílias e a comunidade dos excepcionais.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Muito obrigado, deputado Dirceu Dresch.

Quero cumprimentar o sargento Garcia que tão prestimosamente acompanha os trabalhos da Casa.

Não há mais oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

ATOS DA MESA

ATOS DA MESA

ATO DA MESA Nº 086, de 05 de fevereiro de 2010

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 2263/09,

RESOLVE: *com fundamento no art. 6º da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003,*

CONCEDER APOSENTADORIA por tempo de contribuição, à servidora **IZABEL SONEGO**, matrícula nº 1462, no cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-42, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, com proventos integrais na forma da lei, a partir de 17 de janeiro de 2010.

Republicado por incorreção

Deputado GELSON MERÍSIO - Presidente
Deputado Dagomar Carneiro - Secretário
Deputada Ada Faraco De Luca - Secretário
*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 165, de 11 de março de 2010

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, tendo em vista o que consta do Processo nº 0303/10,

RESOLVE: *com fundamento no art. 27 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, deste Poder,*

ATRIBUIR ao servidor **LINO JOSÉ DAMIANI DESTRO**, matrícula nº 2957, ocupante do cargo de Técnico Legislativo - Grupo de Atividades de Nível Médio, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, do código PL/TEL-32, padrão vencimental correspondente ao nível 51, a contar de 02 de março de 2010.

Deputado GELSON MERÍSIO - Presidente
Deputado Dagomar Carneiro - Secretário
Deputada Ada Faraco De Luca - Secretário
*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 166, de 11 de março de 2010

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, tendo em vista o que consta do Processo nº 0239/10,

RESOLVE: *com fundamento no art. 27 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, deste Poder,*

ATRIBUIR a servidora **AMÉLIA NOVAES CORDEIRO**, matrícula nº 1375, ocupante do cargo de Técnico Legislativo - Grupo de Atividades de Nível Médio, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, do código PL/TEL-44, padrão vencimental correspondente ao nível 51, a contar de 24 de fevereiro de 2010.

Deputado GELSON MERÍSIO - Presidente
Deputado Dagomar Carneiro - Secretário
Deputada Ada Faraco De Luca - Secretário
*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 167, de 11 de março de 2010

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007,*

DESIGNAR o servidor **RAUL JOSÉ LUMMERTZ FILHO**, matrícula nº 1392, do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa para exercer a função de Manutenção de Sistemas - Assessoria Técnica-Administrativa, código PL/FC-2, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 01 de março de 2010 (Diretoria de Tecnologia e Informações).

Deputado GELSON MERÍSIO - Presidente
Deputado Dagomar Carneiro - Secretário
Deputada Ada Faraco De Luca - Secretário
*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 168, de 11 de março de 2010

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007,*

DESIGNAR o servidor **MARCOS AURELIO GUNGEL**, matrícula nº 0721, do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa para exercer a função de Supervisão do Programa INTERLEGIS - Assessoria Técnica-Administrativa, código PL/FC-2, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 01 de março de 2010 (Diretoria de Tecnologia e Informações).

Deputado GELSON MERÍSIO - Presidente
Deputado Dagomar Carneiro - Secretário
Deputada Ada Faraco De Luca - Secretário
*** X X X ***

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

ATAS DAS COMISSÕES PERMANENTES

ATA DA SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, REFERENTE À 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA.

Às nove horas do dia nove de março de dois mil e dez, sob a Presidência do Deputado Marcos Vieira, reuniu-se a Comissão de Constituição e Justiça, com a presença dos Senhores Deputados: Antônio Aguiar, Sargento Amauri Soares, Jean Kuhlmann substituindo Romildo Titon, Pedro Baldissera substituindo Dirceu Dresch, Darci de Matos, Elizeu de Mattos e Décio Góes. Aberto os trabalhos o Presidente colocou em discussão e votação a Ata da 1ª Reunião Ordinária, que foi aprovada por unanimidade e passou a palavra aos Deputados para relatar as matérias em pauta: O **Deputado Antônio Aguiar**, relatou o Projeto de Lei nº 027.1/108, exarando parecer pela rejeição, que posto em discussão, foi cedido para vista em Gabinete ao Deputado Décio Góes; o Projeto de Lei nº 018.0/10, exarando parecer pela aprovação com emenda modificativa, que posto em discussão, foi cedido para vista em Gabinete ao Deputado Décio Góes, o Projeto de Lei nº 026.0/10, exarando parecer pela rejeição, que posto em discussão, foi cedido para vista em Gabinete ao Deputado Décio Góes. O **Deputado Darci de Matos** relatou o Projeto de Lei nº 030.7/10,

exarando parecer pela aprovação, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; os Projetos de Lei nº 627.9/2009 e o 0477/10, exarando pareceres pela diligência externa, que colocados em discussão, foram aprovados por unanimidade. O **Deputado Sargento Amauri Soares** relatou as Mensagens de Veto nº 1499/10 e a 1506/10, exarando votos de vista pela inadmissibilidade, que colocadas em discussão e votação, foram aprovadas por maioria, o parecer do Deputado Romildo Titon; o Projeto de Lei nº 612.1/09, que posto em discussão e votação, foi aprovado o Requerimento de Audiência Pública referente a criação do Parque Estadual de Taquarinhas. O **Deputado Décio Góes** relatou o Projeto de Lei nº 0326.9/09, exarando parecer pela diligência, que posto em discussão, foi cedido para vista em Gabinete ao Deputado Antônio Aguiar; a Mensagem de Veto nº 1467/10, exarando parecer pela inadmissibilidade, que colocada em discussão e votação foi aprovada por maioria o parecer do Deputado Romildo Titon; a Mensagem de Veto nº 1509/10, exarando parecer contrário, que colocada em discussão e votação foi aprovada por maioria o parecer do Relator pela admissibilidade. O Deputado **Jean Kuhlmann** relatou o Projeto de Lei nº 0060.8/09, exarando parecer pela aprovação, que posto em discussão, foi cedido para vista em Gabinete ao Deputado Antônio Aguiar. O **Deputado Marcos Vieira** relatou o Projeto de Lei nº 014.7/10, exarando parecer pela aprovação, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 0442.1/09, exarando parecer pela diligência externa, que posto em discussão, foi aprovado por unani-

dade. Nada mais havendo a tratar o Presidente agradeceu a presença dos Senhores Deputados e encerrou a presente reunião, da qual, eu, Robério de Souza, Chefe de Secretaria, lavei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e, posteriormente, publicada no Diário desta Assembleia Legislativa.

Sala das Comissões, em 09 de março de 2010

Deputado Marcos Vieira
Presidente em exercício

*** X X X ***

ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER, REFERENTE À 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA, REALIZADA NA DATA DE 02 DE DEZEMBRO DE 2009, ÀS 11:00 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES DAS COMISSÕES, N 02.

Às onze horas do dia dois do mês de dezembro do ano de dois mil e nove, reuniram-se, sob a Presidência da Deputada Ana Paula Lima, os Deputados: Ismael dos Santos, Rogério Mendonça, Genésio Goulart. A Presidente agradeceu a presença dos Deputados e colocou em votação a Ata da 9ª Reunião Ordinária, do dia onze de novembro, que foi aprovada por unanimidade. Em seguida a Presidente, passou a palavra ao Deputado Ismael dos Santos, que relatou os projetos: OF./0348.0/2009, OF./0347.0/2009 e OF./0320.0/2009, aprovados por unanimidade, o Deputado Genésio Goulart, relatou o Of./0323.2/2009, que foi aprovado por unanimidade e passou a palavra ao Deputado Rogério Mendonça, que relatou o Of./0304.0/2009, aprovado por unanimidade; a Presidente pediu para o Deputado relatar os projetos do Deputado José Natal Pereira, o PL./0229.9/2009 e PL./0343.0/2009, ambos aprovados por unanimidade e do Deputado Kennedy Nunes, o PL./0478.2/2009, aprovado por unanimidade. Em deliberações convidou todos os membros para a Solenidade em Comemoração aos 20 anos da Casa da Mulher Catarina, que acontecerá amanhã (03/12/2009) e, falou também da primeira reunião do Grupo de Trabalho "Tortura nos Presídios de Santa Catarina). Nada mais havendo a tratar a Presidente encerrou a reunião, da qual eu, M^a de Lourdes Nasário, Chefe de Secretaria, lavei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pela Presidente e, publicada no Diário da Assembleia Legislativa.

Sala das Comissões, em 02 de dezembro de 2009.

Deputada Ana Paula Lima
Presidente

*** X X X ***

ATA DA REUNIÃO DE INSTALAÇÃO E ELEIÇÃO DE PRESIDENTE DA COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO, REFERENTE À 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA

Às quatorze horas do dia vinte e três de fevereiro do ano de dois mil e dez, sob a presidência do Deputado Manoel Mota, amparado no § 1º do art. 123 do Regimento Interno, foram abertos os trabalhos da Reunião de Instalação e Eleição para Presidente da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, referente à 4ª Sessão Legislativa da 16ª Legislatura. Foi registrada a presença e empossados os Senhores Deputados Manoel Mota, Jean Kuhlmann, Joares Ponticelli, Dado Cherem, Dirceu Dresch, Derli Rodrigues e Elizeu Matto. Dando cumprimento ao Regimento Interno, o Senhor Presidente abriu inscrição para o cargo de Presidente da Comissão. Inscrito o Senhor Deputado Manoel Mota. Iniciado o processo de votação e colhido os votos, sendo eleito por unanimidade de votos o Deputado Manoel Mota. Após a eleição, o Deputado eleito assumiu a presidência dos trabalhos, abrindo inscrição para o cargo de Vice-Presidente. Inscrito o Deputado Joares Ponticelli. Foi iniciado o processo de votação e colhidos os votos, sendo eleito por unanimidade. O Presidente deu posse ao Vice-Presidente e agradeceu os Deputados a Presidência. Antes de encerrar os trabalhos o senhor Presidente convocou os senhores Deputados, nos termos regimentais, para a Primeira Reunião Ordinária da Comissão, dia dois de março de dois mil e dez, à hora regimental. Nada mais havendo a tratar o senhor Presidente agradeceu a presença dos senhores Deputados e encerrou a presente reunião de instalação da qual, eu, Estela Maris Rossini, Chefe de Secretaria, digitei a presente ata, que após ser lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelo senhor Presidente e, posteriormente, publicada no Diário da Assembleia Legislativa.

Sala das Comissões, 23 de fevereiro de 2010

Deputado Manoel Mota - Presidente
Deputado Joares Ponticelli - Vice - Presidente
Deputado Jean Kuhlmann
Deputado Dirceu Dresch
Deputado Dado Cherem
Deputado Derli Rodrigues
Deputado Elizeu Matto

*** X X X ***

AVISOS DE LICITAÇÃO

AVISO DE REPUBLICAÇÃO DE LICITAÇÃO

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC, com sede na rua Dr. Jorge Luz Fontes, nº 310, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88020-900, comunica aos interessados que realizará licitação na seguinte modalidade:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2010

OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EFETUAR A MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DO SISTEMA DE TRANSPORTE VERTICAL DO PRÉDIO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA.**

DATA: 22/03/2010 - HORA: 09:00 horas

ENTREGA DOS ENVELOPES: Os envelopes contendo a parte documental e as propostas comerciais deverão ser entregues na Coordenadoria de Licitações até as 09:00 h do dia 22 de março de 2010. O Edital poderá ser retirado na Coordenadoria de Recursos Materiais, sala nº 032, no Anexo da ALESC e no site eletrônico (www.alesc.sc.gov.br). Florianópolis, 10 de março de 2010.

Lonarte Sperling Veloso
Coordenador de Licitações

*** X X X ***

AVISO DE LICITAÇÃO

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC, com sede na rua Dr. Jorge Luz Fontes, nº 310, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88020-900, comunica aos interessados que realizará licitação na seguinte modalidade:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2010

OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE CAFÉ COM ENTREGA MENSAL PROGRAMADA.**

DATA: 24/03/2010 - HORA: 09:00 horas

ENTREGA DOS ENVELOPES: Os envelopes contendo a parte documental e as propostas comerciais deverão ser entregues na Coordenadoria de Licitações até as 09:00 h do dia 24 de março de 2010. O Edital poderá ser retirado na Coordenadoria de Recursos Materiais, sala nº 032, no Anexo da ALESC e no site eletrônico (www.alesc.sc.gov.br). Florianópolis, 11 de março de 2010.

Lonarte Sperling Veloso
Coordenador de Licitações

*** X X X ***

AVISOS DE RESULTADO

AVISO DE RESULTADO - RETIFICAÇÃO

O Pregoeiro da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, designado pela Portaria n.º 2233/2009, de 11/12/2009 comunica que, atendidas as especificações constantes do edital próprio, a licitação modalidade Pregão nº 053/2009, obteve o seguinte resultado:

Lote Único: **Aquisição de impressoras multifuncionais a laser cor, impressoras multifuncionais a laser preto e branco, fornecimento de consumíveis/insumos para uma franquia mensal de 200.000 cópias/impressão preto e branco tamanho A4 e 100.000 cópias/impressão cor tamanho A4 (toner, cilindro e peças de desgaste por uso dos equipamentos acima citados), incluindo instalação e manutenção preventiva e corretiva com mão de obra "on site".**

Empresa Vencedora: XBRAMAR SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA (INFORMÁTICA)

Valor Global do Último Lance: R\$ 1.245.241,21

Florianópolis, 10 de março de 2010.

VALTER EUCLIDES DEMASCO
PREGOEIRO

*** X X X ***

RETIFICAÇÃO DE AVISO DE RESULTADO

A Pregoeira da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, designado pela Portaria n.º 2232/2009, de 11/12/2009 comunica que, atendidas as especificações constantes do edital próprio, a licitação modalidade Pregão nº 052/2009, obteve o seguinte resultado:

Lote Único: **Aquisição de 60 (sessenta) impressoras multifuncionais a laser P&B. Aquisição de software de gerenciamento e contabilização de páginas impressas para 141 (cento e quarenta e uma) impressoras/multifuncionais da ALESC, incluindo serviço de fornecimento de consumíveis (tonner, cilindro e peças de desgaste pelo uso), com franquia mensal de 300.000 (trezentas mil) cópias/impressão P&B tamanho A4.**

Empresa Vencedora: XBRAMAR SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA (INFORMÁTICA)

Valor Global do Último Lance: R\$ 511.944,00

Florianópolis, 10 de março de 2010.

JUÇARA HELENA REBELATTO
PREGOEIRA

*** X X X ***

EXTRATO**Extrato N.º 037/2010**

REFERENTE: Dispensa de Licitação CL n.º 003/2010 celebrado em 11/03/2010.

CONTRATANTE: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
CONTRATADA: DELL COMPUTADORES DO BRASIL LTDA

OBJETO: Aquisição de equipamentos marca DELL (40 unidades de Kit com duas memórias de 4 GV de 667 Mhz FBD SDRAM e 20 processadores secundário Xeon Dual Core 5160, 3.0 GHZ, 4MB de Cachê 1333 MHZ FSB.)

VALOR GLOBAL: R\$ 128.810,20 (cento e vinte e oito mil oitocentos e dez reais e vinte centavos)

ITEM ORÇAMENTÁRIO: As despesas correrão à conta da AÇÃO 1144 (Manutenção e Serviços Administrativos Gerais) e do item orçamentário 3.3.90.30.17 (Material de Processamento de Dados), do Orçamento da ALESC.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, inciso V da Lei nº 8.666/93;

Autorização Administrativa.

Autorização de compra nº 0001/2010-CDD.

Florianópolis, 11 de março de 2010.

Deputado Gelson Merísio - Presidente ALESC

*** X X X ***

OFÍCIO**OFÍCIO Nº 011/010**

RELATÓRIO TÉCNICO ADMINISTRATIVO DA FEDERAÇÃO CATARINENSE DE FUTEBOL DE SALÃO - 2009

INTRODUÇÃO

O presente relatório torna públicas as atividades desenvolvidas pela Federação Catarinense de Futebol de Salão, no ano de 2009, no âmbito técnico e administrativo.

Aos setores de imprensa que desenvolveram um trabalho do mais alto valor para o futebol de salão em nosso estado, o meu agradecimento.

À RIC-Record - Rede Independência de Comunicação, meu reconhecimento pelo cumprimento do acordado, transmitindo jogos, sejam ao Vivo ou em tape, alcançando uma gama de desportistas que não teriam possibilidade de comparecer aos locais de competição, assim como, à todos os patrocinadores que possibilitaram a efetiva participação das equipes nos campeonatos, tiveram suas marcas divulgadas.

Por último, manifesto meu agradecimento à todos os integrantes da Federação Catarinense de Futebol de Salão que, sem medir esforços se dedicaram para que se obtivesse o sucesso desejado.

João Carlos de Sousa
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 10/03/10

*** X X X ***

PORTARIAS**PORTARIA Nº 268, de 9 de março de 2010**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR JÚLIA GARCIA, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-70, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Gelson Merísio).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 269, de 9 de março de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR ATILA ZILLI SEEMANN, matrícula nº 4541, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário

Parlamentar, código PL/GAB-03, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 8 de março de 2010 (Gab Dep Jean Kuhlmann).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 270, de 9 de março de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor MARCIO MARTINS DE OLIVEIRA, matrícula nº 5984, do cargo de Assessor de Deputado de Mesa, código PL/GAM-23, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 8 de março de 2010 (MD - 2ª Vice-Presidência).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 271, de 9 de março de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR LUCIA MARTINS VIEIRA DE OLIVEIRA, para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor de Deputado de Mesa, código PL/GAM-23, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (MD - 2ª Vice-Presidência).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 272, de 10 de março de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR a servidora POLLYANA SOARES MARTINS, matrícula nº 4529, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-69, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 10 de março de 2010 (Gab Dep Antônio Aguiar).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 273, de 10 de março de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR AMARILDA DE LOURDES LEITE PRADO, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-69, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Antônio Aguiar).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 274, de 10 março de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 3º, §1º, e art. 38, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

DESIGNAR o servidor GABRIEL BARBATO, matrícula nº 1203, do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa, para exercer, em substituição, a função de Chefia da Seção de Psicologia, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, enquanto durar o impedimento do respectivo titular, ROSANI VIEIRA DE SOUZA, que se encontra em fruição de licença-prêmio por sessenta dias, a contar de 1º de março de 2010 (DRH - Coordenadoria de Saúde e Assistência).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 275, de 10 de março de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 62, I, e art. 63 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

PRORROGAR LICENÇA para tratamento de saúde dos servidores abaixo relacionados:

Matr	Nome do Servidor	Qde dias	Início em	Proc. nº
1547	Vera Lehmkuhl	60	03/02/10	363/10
2137	Emilce Dias Rocha Maria	60	03/02/10	364/10
1386	Liana Valesca Furtado Tournier Bianchi	60	03/02/10	365/10

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 276, de 10 de março de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 62, I, e art. 63, caput, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

CONCEDER LICENÇA para tratamento de saúde a servidora abaixo relacionada:

Matr	Nome do Servidor	Qde dias	Início em	Proc. nº
1561	Eloisa Helena Martins Barbosa	60	01/03/10	0399/10

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 277, de 10 de março de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, tendo em vista o que consta do Processo nº 0398/10,

RESOLVE: *com fundamento no art. 62, II, e art. 63, caput, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

CONCEDER LICENÇA por motivo de doença em pessoa da família a servidora **SONIA REGINA DA SILVA SALUM**, matrícula nº 1924, por 15 (quinze) dias, a contar de 22 de fevereiro de 2010.

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 278, de 10 de março de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

LOTAR a servidora **ROSELEI MARIA RACHADEL SARTORI**, matrícula nº 0611, ocupante do cargo de Analista Legislativo, código PL/ALE-66, na Comissão de Trabalho Administração e Serviço Público.

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 279, de 10 de março de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

RETIFICAR vínculos de pertinência dos servidores abaixo relacionados, ocupantes de cargos de Secretário Parlamentar, código PL/GAB, que passam do gabinete do Deputado Altair Guidi para o gabinete do Deputado Ozair Coelho de Souza, a contar de 09 de março de 2010:

matr	NOME DO SERVIDOR	CÓDIGO E NÍVEL DO CARGO
2341	Jadna Lair Gava da Silva	PL/GAB-59
3199	Claudio Salgado	PL/GAB-36
3200	Ricardo Zanatta Guidi	PL/GAB-68
3314	Sergio Luiz Boaroli	PL/GAB-55
3461	Fabricio de Souza Farias	PL/GAB-52
3503	Albanes Bonotto Toledo dos Santos	PL/GAB-52
3721	Valter Jose de Andrade	PL/GAB-39
4012	Braz Lourivaldo Bony	PL/GAB-52
4028	Alacir Cardoso	PL/GAB-39
4835	Guilherme Mondardo Junior	PL/GAB-33
5390	Andre Ademar Bittencourt	PL/GAB-43
5418	Reginaldo da Silveira	PL/GAB-15
5715	Luiz Carlos Mendes	PL/GAB-41
5716	Luisa Koch Virginio	PL/GAB-39
5792	Gladis Zanette Boaroli	PL/GAB-40
5915	Alexandre Rezende Pereira	PL/GAB-30
6020	Edson dos Santos Fagundes	PL/GAB-36
6090	Marilu Bereta Cardoso	PL/GAB-36
6121	Jefferson Luiz Fernandes	PL/GAB-37

6151	Vanessa Espindola Martinelli	PL/GAB-22
6233	Mariana Nola Schmoeller	PL/GAB-29
6259	Sergio Samuel Souza Soares	PL/GAB-30

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 280, de 10 de março de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

RETIFICAR os vínculos de pertinência relativos à lotação dos servidores abaixo relacionados, do gabinete do Deputado Altair Guidi para o gabinete do Deputado Ozair Coelho de Souza, a contar de 09 de março de 2010.

Matr	NOME DO SERVIDOR
1095	Nilzete Althoff Bolan Borges
1282	Richard Silva
1386	Liana Valesca Furtado Tournier Bianchi
1585	Vaneio Niehues
1603	Ademar Bertan
1823	Maria de Lourdes Ghizzo
1830	Paulo Roberto Schulte da Silva

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 281, de 10 de março de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

RETIFICAR o vínculo de pertinência da Função de Confiança, código PL/FC-3, para o qual foi designado o servidor **ADEMAR BERTAN**, matrícula nº 1603, do gabinete do Deputado Altair Guidi para o gabinete do Deputado Ozair Coelho de Souza, a contar de 09 de março de 2010.

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 282, de 10 de março de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e tendo em vista o que consta do Processo nº 0408/10,

RESOLVE:

ALTERAR nos assentamentos funcionais, o nome da servidora **MARTA BRANCHER**, matrícula nº 5020, fazendo constar como sendo **MARTA BRANCHER PALHANO**, alteração definida nos termos da certidão exarada pelo Cartório do Registro Civil de Balneário Camboriú/SC.

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 283, de 10 de março de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução nº 100, de 15 de fevereiro de 2002,

RESOLVE: *com fundamento no art. 84, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, c/c art. 5º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991,*

INCLUIR na folha de pagamento dos servidores a seguir nominados, quotas de **ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO**, incidentes sobre os respectivos vencimentos, com o início de vigência e percentual enumerados na seqüência:

Nome servidor	Matr	Percentual	Vigência	Processo nº
		Concedido	Total	
Gerson Luiz Donca	5345	3%	3%	01/02/10 0176/10
Edis Freitas	5294	3%	3%	01/02/10 0178/10
Dorli Schwalbe	5223	3%	3%	01/02/10 0179/10
Rodrigo Wagner	5302	3%	3%	01/02/10 0263/10
Zaira Figueiredo Silvestre	5180	3%	3%	01/02/10 0264/10
Vanderlei Kemp	5378	3%	3%	01/02/10 0266/10
Marcel Fabrício Salomon	4408	3%	3%	14/02/10 0296/10
Saulo Vieira	3265	3%	30%	17/02/10 0297/10
Valci Antenor Manoel Dionísio	1799	3%	33%	25/02/10 0298/10

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 284, de 10 de março de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução nº 100, de 15 de fevereiro de 2002,

RESOLVE: *com fundamento no art. 84, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, c/c art. 5º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991,*

INCLUIR na folha de pagamento dos servidores a seguir nominados, quotas de **ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO**, incidentes sobre os respectivos vencimentos, com o início de vigência e percentual enumerados na seqüência:

Nome servidor	Matr	Percentual		Vigência	Processo nº
		Concedido	Total		
Maria Elisa Cadore	2801	3%	12%	01/03/10	0299/10
Altemir Bez	2083	3%	27%	01/03/10	0300/10
Alvaro Pacheco de Souza	1237	3%	33%	01/03/10	0326/10
Claudenir Leandro Gazzoni	2979	3%	12%	01/03/10	0328/10
Andre Ademar Bittencourt	5390	3%	3%	01/03/10	0329/10
Antoninho Edesio Cando	5185	3%	3%	02/03/10	0330/10
Antonio Augusto Lazaretti	5432	3%	3%	01/03/10	0332/10

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 285, de 10 de março de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 78 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, na redação dada pela Lei Complementar nº 81, de 10 de março de 1993, c/c a Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991, e a Lei Complementar nº 316, de 28 de dezembro de 2005,*

CONCEDER LICENÇA-PRÊMIO aos servidores abaixo discriminados:

Matr	Nome do servidor	Período Aquisitivo Quinquênio		Processo nº
1915	Andrea Ribeiro Bittencourt	02/02/05	01/02/10	0127/10
0505	Silvio Silva Sobrinho	25/02/05	24/02/10	0295/10

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 286, de 10 de março de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução nº 100, de 15 de fevereiro de 2002,

RESOLVE: *com fundamento no art. 84, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, c/c art. 5º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991,*

INCLUIR na folha de pagamento dos servidores a seguir nominados, quotas de **ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO**, incidentes sobre os respectivos vencimentos, com o início de vigência e percentual enumerados na seqüência:

Nome servidor	Matr	Percentual		Vigência	Processo nº
		Concedido	Total		
Antonio Carlos Simas	5404	3%	3%	01/03/10	0333/10
Carla Maria Reche	5400	3%	3%	01/03/10	0334/10
Claudio Gadotti	5427	3%	3%	01/03/10	0335/10
Fabrcio Reichert	5403	3%	3%	01/03/10	0336/10
Ilze Terezinha de Mello Moreira	5490	3%	3%	01/03/10	0337/10
Jane Rose Sgrott	5297	3%	3%	02/03/10	0338/10
Maria angela Pauli Custodio	1592	3%	33%	02/03/10	0339/10
Juliano Giassi Goulart	5425	3%	3%	01/03/10	0340/10
Marlete Pereira Richter	3625	3%	9%	01/03/10	0342/10

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 287, de 10 de março de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução nº 100, de 15 de fevereiro de 2002,

RESOLVE: *com fundamento no art. 84, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, c/c art. 5º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991,*

INCLUIR na folha de pagamento dos servidores a seguir nominados, quotas de **ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO**, incidentes sobre os respectivos vencimentos, com o início de vigência e percentual enumerados na seqüência:

Nome servidor	Matr	Percentual		Vigência	Processo nº
		Concedido	Total		
Luiz Paulo Cararo	5431	3%	3%	01/03/10	0341/10
Marlete Schmitt Stahelin	3616	3%	9%	02/03/10	0343/10
Michael Colaco Vieira	5426	3%	3%	01/03/10	0344/10
Raquel de souza Philippi	5407	3%	3%	01/03/10	0345/10
Raul Lino da Silva Filho	5430	3%	3%	01/03/10	0346/10
Reginaldo da Silveira	5418	3%	3%	01/03/10	0347/10
Stefan Sandro Pupioski	5412	3%	3%	01/03/10	0349/10
Vagner Dalbosco	5449	3%	3%	01/03/10	0350/10

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 288, de 10 de março de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 3º, IV, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e em conformidade com a Resolução nº 967, de 11 de dezembro de 2002,*

DESIGNAR os servidores abaixo relacionados para realizar os procedimentos previstos no Edital de Pregão nº 004/2010 (Repúblicação).

Matr	Nome do Servidor	FUNÇÃO
2543	Juçara Helena Rebelatto	Pregoeiro
2169	Sinara Lucia Valar Dal Grande	Pregoeiro substituto
0775	Adriana Lauth Gualberto	Equipe de apoio
2170	Jose das Neves Filho	
0947	Valter Euclides Damasco	
1332	Helio Estefano Becker Filho	

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 289, de 11 de março de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor DORNELES LUIZ MIOTTO BARANCELLI JUNIOR, matrícula nº 5895, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-21, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 10 de março de 2010 (Gab Dep Antônio Aguiar).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 290, de 11 de março de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR JUAREZ VIEIRA, para exercer o cargo de pro-
vimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-21, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Antônio Aguiar).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 291, de 11 de março de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor MARCELO QUIRINO GOULART, matrícula nº 5532, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-53, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 11 de março de 2010 (Gab Dep Jailson Lima da Silva).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 292, de 11 de março de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR MARCELO QUIRINO GOULART, matrícula nº 5532, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-61, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 11 de março de 2010 (Gab Dep Jailson Lima da Silva).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 293, de 11 de março de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR EVALDO JOÃO JUNCKES, matrícula nº 5981, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-26, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Jailson Lima da Silva).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 294, de 11 de março de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 62, I, e art. 63 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

PRORROGAR LICENÇA para tratamento de saúde dos servidores abaixo relacionados:

Matr	Nome do Servidor	Qde dias	Início em	Proc. nº
1608	Claudia Regina do Nascimento	20	06/03/10	0412/2010
1077	Geraldo Martins Bittencourt	90	05/03/10	0413/2010

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 295, de 11 de março de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, tendo em vista o que consta do Processo nº 0411/10,

RESOLVE: *com fundamento no art. 62, II, e art. 63, caput, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

CONCEDER LICENÇA por motivo de doença em pessoa da família à servidora WANDA MARIA NUNES, matrícula nº 1115, por 20 (vinte) dias, a contar de 01 de março de 2010.

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 296, de 11 de março de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 3º, §1º, e art. 38, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

DESIGNAR a servidora MARIA APARECIDA LEITÃO PACHECO, matrícula nº 2130, do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa, para exercer, em substituição, a função de Chefia da Seção de Serviço Social, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, enquanto durar o impedimento do respectivo titular, ELOISA HELENA MARTINS BARBOSA, que se encontra em fruição de licença para tratamento de saúde por sessenta dias, a contar de 1º de março de 2010 (DRH - Coordenadoria de Saúde e Assistência).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 297, de 11 de março de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 3º, §1º, e art. 38, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

DESIGNAR a servidora IWANA LUCIA LENTZ, matrícula nº 1437, do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa, para exercer, em substituição, a função de Chefia da Seção de Supervisão, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, enquanto durar o impedimento do respectivo titular, MARGARETH BALSINI GENOVEZ, que se encontra em fruição de licença para tratamento de saúde por setenta e cinco dias, a contar de 04 de fevereiro de 2010 (DL - Coordenadoria de Taquigrafia das Comissões).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 298, de 11 de março de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

RETIFICAR o vínculo de pertinência relativo à lotação do servidor à disposição LAURO SONCINI JUNIOR, do gabinete do Deputado Antonio Derli Rodrigues da Costa para o gabinete do Deputado Altair Guidi, a contar de 05 de março de 2010, e do Gabinete do Deputado Altair Guidi para o Gabinete do Deputado Ozair Coelho de Souza, a contar de 09 de março de 2010.

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 299, de 11 de março de 2010

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 3º, IV, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e em conformidade com a Resolução nº 967, de 11 de dezembro de 2002,*

DESIGNAR os servidores abaixo relacionados para realizar os procedimentos previstos no Edital de Pregão nº 006/2010.

Matr	Nome do Servidor	FUNÇÃO
1332	Helio Estefano Becker Filho	Pregoeiro
0947	Valter Euclides Damasco	Pregoeiro substituto
0775	Adriana Lauth Gualberto	Equipe de apoio
2170	Jose das Neves Filho	
2543	Juçara Helena Rebelatto	

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 046/10

Declara de utilidade pública o Grupo Theatral Asas da Liberdade, município de Laguna.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública o Grupo Theatral Asas da Liberdade, com sede no município de Laguna.

Art. 2º A entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembléia Legislativa, até o dia 17 de julho de cada ano, do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado; nos termos do inciso III do art. 2º da Lei nº 15.125, de 19 de janeiro de 2010.

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Jailson Lima

Lido no Expediente

Sessão de 10/03/10

JUSTIFICATIVA

Através da presente proposição, declara-se de Utilidade Pública Estadual o Grupo Theatral Asas da Liberdade, município de Laguna.

O Grupo Theatral Asas da Liberdade, fundado em 01 de novembro de 1997, é um grupo de teatro amador, sem fins lucrativos e com objetivo filantrópico no desenvolvimento de projetos e montagens teatrais e/ ou cinematográficas.

Considerando a importância do atendimento à legislação vigente ao Grupo Theatral Asas da Liberdade, que visa a integração e o engrandecimento da nossa cultura, o acesso ao meio artístico e cultural da população, solicitamos aos Excelentíssimos Senhores Deputados a aprovação desta proposição, concedendo à entidade mencionada o título de Utilidade Pública Estadual.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 047/10

Dispõe sobre a distribuição e comercialização de pulseiras de silicone, conhecidas como "Shag Bands", no Estado de Santa Catarina e dá outras providências.

Art. 1º Fica proibida a comercialização e distribuição de pulseiras de silicone, também conhecidas como "Shag Bands", ou pulseiras do sexo, em todo território catarinense, em consonância com as disposições dos artigos 3º, 4º, 5º, 6º, 7º, 15, 17, 18 e 70 da Lei n.8.069 de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente.

Art. 2º O não cumprimento da presente Lei implicará em multa de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) e, em caso de reincidência, cassação das licenças de funcionamento, independentemente das demais penalidades previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Art. 3º O Poder Executivo editará os atos necessários à regulamentação e cumprimento da presente lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das sessões, em
Deputado Narcizo Parisotto

Lido no Expediente
Sessão de 10/03/10

JUSTIFICATIVA

As pulseiras coloridas viraram moda entre as crianças, principalmente meninas pré-adolescentes pelo apego estético. Originadas na Inglaterra, estes adereços carregam um significado sexual com consequências muito graves, potencializadoras de condutas perigosas que colocam em risco as crianças e adolescentes.

Parece inofensiva, mas não é. Com a rapidez da internet a informação é instantânea e não há limites ou controle com relação às crianças.

A verdade irrefutável é que estes adereços foram criados com uma finalidade e um apelo de marketing, cujo uso é vinculado ao jogo mediante o qual os participantes trocam favores sexuais relacionado com as cores das pulseiras. Cada cor representa uma ação que vai desde um inocente beijo no rosto até uma relação sexual completa.

Em todos os lugares do Brasil e agora em Santa Catarina, há narrativas de fatos constrangedores envolvendo usuários das pulseiras, crianças perseguindo outras, tentando cobrar beijos e outras manifestações de sexualidade, supostamente pelo direito adquirido no jogo.

Observa-se distorções de comportamento onde aqueles que realizam todas as etapas do jogo adquirem *status* obtendo respeito e admiração dos colegas.

Não adianta campanhas contra pedofilia, gravidez na adolescência, contra doenças sexualmente transmissíveis se não houver a preocupação com a gênese das mazelas. A banalização do sexo é responsável pelos índices elevados que o Brasil ostenta de AIDS, abortos, prostituição e gravidez na adolescência.

A Secretária de Estado Hilary Clinton, em recente entrevista a estudantes brasileiros, falou acerca do aborto, relatando que o Presidente Obama está preocupado com ações em seu país que reduzam a necessidade das mulheres optarem por realizar um aborto. Em nosso país, conhecido pela sua sexualidade exacerbada, atribuída ao clima tropical, a falta de atenção dos pais e das autoridades responsáveis têm proporcionado elevado índice de gravidez indesejada, sobretudo nas adolescentes, com notícias estardalosas de meninas de menos de doze anos perdendo sua inocência, praticando sexo e enfrentando gravidez de risco como se fosse algo corriqueiro e banal.

"É o 'último grito' do comportamento promíscuo que sugere, cada vez mais, que a inocência da infância pertence a um passado longínquo."

Os especialistas são unânimes em afirmar que é temerário apressar a sexualidade de uma criança.

Enquete do Estadão diz que 76% dos entrevistados acham que os pais devem proibir uso:

<http://www.estadao.com.br/noticias/suplementos, pais-devem-impedir-os-filhos-de-usar-as-pulseiras-do-sexo,485003,0.htm>

Acerca da necessidade de iniciativas para a proteção das crianças e adolescentes, vejamos o que o ECA (Lei n.8069/90) diz:

"Art. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, **por lei ou por outros meios**, todas as oportunidades e facilidades, **a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.** (grifo nosso)

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, **à dignidade, ao respeito, à liberdade** e à convivência familiar e comunitária. (grifo nosso)

Art. 5º Nenhuma criança ou adolescente será objeto de **qualquer forma de negligência**, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, unido na forma da lei qualquer atentado, **por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.** (grifo nosso)

Art. 6º Na interpretação desta Lei levar-se-ão em conta os fins sociais a que ela se dirige, as exigências do bem comum, os direitos e deveres individuais e coletivos, e a condição peculiar da criança e do adolescente como pessoas em desenvolvimento.

Art. 7º A criança e o adolescente têm direito a proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento **sadio e harmonioso, em condições dignas de existência.** (grifo nosso)

Art. 15. A criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis.

Art. 17. O direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, idéias e crenças, dos espaços e objetos pessoais.

Art. 18. É dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor.

Art. 70. É dever de todos prevenir a ocorrência de ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente.

Art. 241-D. Aliciar, assediar, instigar ou constranger, por qualquer meio de comunicação, criança, com o fim de com ela praticar ato libidinoso: (Incluído pela Lei nº 11.829, de 2008)

Pena - reclusão, de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa. (Incluído pela Lei nº 11.829, de 2008)

Parágrafo único. Nas mesmas penas incorre quem: (Incluído pela Lei nº 11.829, de 2008)

I - facilita ou induz o acesso à criança de material contendo cena de sexo explícito ou pornográfica com o fim de com ela praticar ato libidinoso; (Incluído pela Lei nº 11.829, de 2008)

II - pratica as condutas descritas no caput deste artigo com o fim de induzir criança a se exibir de forma pornográfica ou sexualmente explícita. (Incluído pela Lei nº 11.829, de 2008)

Art. 241-E. Para efeito dos crimes previstos nesta Lei, a expressão "cena de sexo explícito ou pornográfica" compreende qualquer situação que envolva criança ou adolescente em atividades sexuais explícitas, **reais ou simuladas**, ou exibição dos órgãos genitais de uma criança ou adolescente para fins primordially sexuais. (Incluído pela Lei nº 11.829, de 2008) (grifo nosso)"

Assim, rogo aos meus pares que apoiem e aprovem o presente projeto de lei, por ser relevante para a proteção da criança e da sociedade catarinense.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 048/10

Declara de utilidade pública a Associação Comercial e Industrial de Lages - ACIL, com sede no município de Lages.

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação Comercial e Industrial de Lages - ACIL, com sede no município de Lages.

Art. 2º - A entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º - A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembléia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado nos termos do art.

2º, III, da Lei 15.125 de 19 de janeiro de 2010;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de

Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Elizeu Mattos

Líder do Governo

Lido no Expediente
Sessão de 10/03/10

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição tem por escopo reconhecer a Utilidade Pública Estadual da entidade em destaque, instituição sem fins lucrativos, tendo em vista os relevantes serviços prestados em prol da comunidade lageana, em especial de seus associados, conforme se pode aferir com a documentação acostada.

Por esta razão, a exemplo do reconhecimento de sua utilidade pública pelo Poder Público municipal, deve este Parlamento igualmente reconhecê-la, assegurando a todos os direitos e benefícios decorrentes da legislação afim.

Para fins de instrução da presente proposição, segue anexa a documentação exigida pela legislação estadual, nos termos da Lei 15.125, de 19 de janeiro de 2010.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 049/10

Declara de utilidade pública a Organização Não Governamental Gato do Mato, com sede no município de Caçador.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Organização Não Governamental Gato do Mato, com sede no município de Caçador.

Art. 2º - A entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade declarada de utilidade pública deverá encaminhar, à Assembleia Legislativa, até o dia 17 de julho de cada ano, para o devido controle e identificação do cumprimento do disposto no art. 1º desta Lei, sob pena de suspensão do reconhecimento de utilidade pública, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos do inciso III do art. 2º desta Lei;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Reno Caramori

Lido no Expediente

Sessão de 10/03/10

JUSTIFICATIVA

Submeto à elevada consideração de Vossas Excelências o projeto de lei com o objetivo de declarar de utilidade pública a ONG Gato do Mato, com sede no município de Caçador.

Trata-se de uma organização municipal conservacionista, de iniciativa particular e comunitária, sem fins lucrativos, de caráter científico, cultural, assistencial e filantrópico, com número ilimitado de sócios e afiliados, pessoas físicas ou jurídicas, criada no dia 04 de junho de 2001 e declarada de utilidade pública municipal pela Lei nº 2.687 de 22 de fevereiro de 2010.

Sua principal missão é a conscientização da população do Alto Vale do Rio do Peixe quanto às questões relacionadas ao nosso Meio Ambiente Natural, através de palestra, trilhas contemplativas, materiais impressos e apoio a vários projetos ambientais em parceria com outras organizações governamentais e empresas da região.

No ano 2007, recebeu o Prêmio Expressão Ecologia, o mais importante da região sul segundo o IBAMA. O prêmio refere-se à categoria educação ambiental - ONGs, com o "Projeto Rio do Peixe - Educação Ambiental". Projeto este que foi desenvolvido em parceria com a Prefeitura Municipal de Caçador, Empresa Biosfera Empreendimentos Ambientais, OCIP Ação pela Vida, Empresa Adami S.A - Madeiras e Empresa Primo Tedesco S.A.

Assim, por entender que a declaração de utilidade pública ensejará incentivo às condições de trabalho da entidade epígrafa, solicito aos nobres Pares deste Parlamento o acolhimento da presente proposição, anexando para fins de instrução a documentação exigida, nos termos estabelecidos pela LEI Nº 15.125, de 19 de janeiro de 2010

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 050/10

Declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos do Dingo's Point Ball.

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos do Dingo's Point Ball, com sede no Município de Tubarão.

Art. 2º A entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividade do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos do inciso III do art. 2º desta Lei;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídica; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Joares Ponticelli

Lido no Expediente

Sessão de 10/03/10

JUSTIFICATIVA

Tomo a iniciativa de apresentar o Projeto de Lei que visa declarar de Utilidade Pública a **Associação de Pais e Amigos do Dingo's Point Ball**, atendendo pedido da própria entidade que necessita deste reconhecimento para poder celebrar atos e convênios com órgãos públicos estaduais, a fim de atender suas finalidades estatutárias.

Trata-se de entidade civil, sem fins lucrativos, que presta relevantes serviços à comunidade, razão pela qual entendo ser de inteira justiça o pleito ora apresentado.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 051/10

Declara de utilidade pública a Associação de Parkinson Tocando em Frente.

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Instituição Associação de Parkinson Tocando em Frente do município de Araranguá.

Art. 2º A entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade declarada de utilidade pública deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 10 de março de 2010.

Manoel Mota

Deputado Estadual - PMDB

Lido no Expediente

Sessão de 10/03/10

JUSTIFICAÇÃO

Trazemos à consideração deste Parlamento proposta de Lei que visa declarar de utilidade pública a instituição Associação de Parkinson Tocando em Frente, com sede no município de Araranguá.

Com o fim único de proporcionar a esta Casa a necessária análise sobre os aspectos justificadores da concessão de "status" pretendido, em apenso acostamos os documentos de titularidade da entidade, notadamente para caracterizar o preenchimento dos requisitos insculpidos na legislação de regência da espécie.

Trata-se de entidade que vem empreendendo no município de Araranguá, relevantes atividades. Não possui fins lucrativos ou econômicos, e visa, entre seus importantes objetivos, promover a assistência social, a filantropia, a cultura, a educação e o desporto, buscando dessa forma a integração de toda a comunidade.

Através de seus objetivos, de elevada importância, destacam-se as características peculiares ao alcance da pretensão em evidência.

Assim, por entendermos que a oportunidade da declaração de utilidade pública ensejará em concretizar incentivo às condições de trabalho da entidade epígrafa, solicitamos aos nobres Pares deste Parlamento o acolhimento da presente proposição.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 052/10

Declara de utilidade pública o Centro de Integração Social, Beneficente e Cultural Gente da Gente, de Florianópolis.

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Centro de Integração Social, Beneficente e Cultural Gente da Gente, com sede no município de Florianópolis.

Art. 2º A entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até o dia 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Adherbal Deba Cabral

Lido no Expediente

Sessão de 10/03/2010

JUSTIFICATIVA

A presente proposição tem por finalidade reconhecer de utilidade pública estadual a entidade em destaque.

Trata-se de instituição sem fins lucrativos, que presta relevantes serviços à comunidade, sempre comprometida com a difusão da cultura física, realização de reuniões de caráter social e cultural, desenvolvendo atividades beneficentes, sociais, de lazer e de entretenimento comunitário, conforme se pode avaliar da documentação em apenso, de acordo com as exigências da Lei Estadual n. 15.125, de 19 de janeiro de 2010, que "Dispõe sobre o reconhecimento de utilidade pública estadual."

Assim sendo, solicito aos nobres Deputados o reconhecimento de utilidade pública da presente entidade, assegurando-lhe todos os direitos e vantagens decorrentes da legislação afim.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 053/10

Declara de Utilidade Pública o Instituto Cidade Saudável, de Itajaí.

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública, o Instituto Cidade Saudável, com sede e foro na cidade e Comarca de Itajaí.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembléia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos do inciso III do art. 2º desta Lei, a concessão da declaração de utilidade pública;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputada Ana Paula Lima

Lido no Expediente
Sessão de 11/03/10

JUSTIFICATIVA

O Instituto Cidade Saudável, é uma sociedade sem fins lucrativos, organização não governamental, regulada pela Lei 9.790/99, com duração indeterminada, com sede na cidade de Itajaí/SC.

O Instituto Cidade Saudável terá caráter educativo, formativo cultural e de promoção político social, na promoção, manutenção e defesa da cidadania da população, tanto dos direitos individuais e coletivos da comunidade, e usará o nome fantasia Cidade Saudável.

Constituem finalidades sociais do Instituto:

a) Promover atividades de formação, educação, de troca de experiência e de promoção geral onde e quando se fizerem necessárias no que tange a promoção das condições de vida da população de Itajaí, na busca de ações para implementar a cidadania do povo de Itajaí, caracterizando-a como Cidade Saudável;

b) Promover, apoiar e incentivar todas as formas de manifestação cultural, social, política, educativa e formativa;

c) Incentivar comportamentos de participação, organização e solidariedade, criando ou estimulando, para esse fim, atividades sistemáticas e assistenciais no campo formativo, educacional, político, social, promocional e cultural;

d) Criar, aperfeiçoar e transmitir uma metodologia que viabilize os seus objetivos, assim como divulgar resultados de pesquisas, de estudos, cursos, seminários, debates e avaliações;

e) Analisar políticas governamentais na área de educação, saúde, cultura etc., elaborando propostas alternativas orientadas pelos interesses da população em geral;

f) Realizar, incentivar e custear pesquisas e projetos relacionados à cidadania;

g) Divulgar estudos e procedimentos realizados no país e exterior no que tange ao exercício da cidadania;

h) Promover palestras junto a comunidade e principalmente nas escolas, valorizando a cidadania e os direitos adquiridos;

i) Estimular exigir das autoridades federais, estaduais, regionais e municipais, instituições públicas e privadas, indústrias e particulares, adoção de medidas que visem à preservação do meio ambiente, preservando a qualidade de vida da população itajaíense;

j) Divulgar no Brasil e no exterior, estudos e procedimentos realizados pelo Instituto Cidade Saudável, visando aprimorar a cidadania do povo brasileiro;

k) Representar a comunidade judicial e extra judicialmente, através de ações coletivas, na busca de direitos para a preservação dos direitos difusos, coletivos, individuais e homogêneos, fazendo com que o exercício da cidadania seja exercido de forma plena, em especial na busca da cidade saudável.

Considerando o devido atendimento à legislação vigente e a relevância dos serviços prestados pelo "Instituto Cidade Saudável", de Itajaí, solicitamos aos Excelentíssimos Senhores Deputados a aprovação desta proposição, concedendo à entidade mencionada o título de Utilidade Pública Estadual.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 054/10

Declara de utilidade pública a Associação Recanto da Caridade Renascer, de São José.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Recanto da Caridade Renascer, com sede no município de São José.

Art. 2º À entidade que trata o artigo anterior ficam assegurados os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembléia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos do inciso III do art. 2º da Lei 15.125 de 19 de janeiro de 2010;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das sessões,

Deputado Rogério Mendonça

Lido no Expediente
Sessão de 11/03/10

JUSTIFICATIVA

A Associação Recanto da Caridade Renascer, com sede no município de São José, que pretende ser reconhecida de utilidade pública estadual, é uma entidade sem fins lucrativos, que tem por objetivo receber em suas dependências pessoas idosas que necessitem de um espaço próprio para viver, repouso e recuperação, integrando e fortalecendo os valores de ordem moral e cultural que condicionem e fomentem a dignidade do grupo humano.

Para dar continuidade às ações dispostas em seu Estatuto, faz-se necessário que a entidade usufrua das vantagens legais inerentes à titulação requerida, por isso, submeto aos Senhores Deputados a presente proposta.

*** X X X ***

PROJETO DE RESOLUÇÃO

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 002/10

Revoga a Resolução DP nº 046, de 1992, que fixa as normas de transposição de cargos para a estrutura do Quadro de Pessoal do Poder Legislativo e adota outras providências.

Art. 1º Fica revogada a Resolução DP nº 046, de 15 de junho de 1992, que fixa as normas de transposição de cargos para a estrutura do Quadro de Pessoal do Poder Legislativo.

Art. 2º Torna sem efeito as Resoluções DP nº 53/95, que altera os incisos I e II e, acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Resolução DP nº 046/92, e Resolução DP nº 14/04, que altera o inciso II, do art. 1º da Resolução DP nº 046/92.

Parágrafo único. Fica vedada, a partir da data de publicação desta Resolução, a transposição de cargos para a estrutura do Quadro de Pessoal do Poder Legislativo.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Jailson Lima

Lido no Expediente
Sessão de 11/03/10

JUSTIFICATIVA

Através da presente proposição, estou apresentando Projeto de Resolução com objetivo de coibir a prática de transposição de servidores para a Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, por entender que tal medida além de contrariar o interesse e o erário público contraria expressamente a Constituição Federal, que prescreve que a investidura em cargo público prescinde da realização de concurso público.

A prática de transposição, que consiste na investidura pelo servidor em cargo pertencente a órgãos/carreiras diferentes daquele para o qual prestou concurso público fraudula o art. 37, II da Constituição Federal, que prevê o concurso de provas ou provas e títulos como forma de investidura em cargo ou emprego público, *in verbis*:

Art. 37.....

I -

II - a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração; (*Redação da EC 19/98*).

É de se destacar que o projeto encontra-se, baseado em firme entendimento jurisprudencial já consolidado pelo Supremo Tribunal Federal:

"É inconstitucional toda modalidade de provimento que propicie ao servidor investir-se, sem prévia aprovação em concurso público destinado ao seu provimento, em cargo que não integra a carreira na qual anteriormente investido." (súmula 685)

"Servidor público. Cargos públicos. Mesma carreira. Promoção. Constitucionalidade. A investidura de servidor público efetivo em outro cargo depende de concurso público, nos termos do disposto no artigo <37>, II, da CF/88, ressalvada a hipótese de promoção na mesma carreira. Precedentes." (RE 461.792-AgR, Rel. Min. Eros Grau, julgamento em 24-6-08, 2ª Turma, DJE de 15-8-08). **No mesmo sentido:** AI 658.449-ED, Rel. Min. Cármen Lúcia, julgamento em 25-8-09, 1ª Turma, DJE de 23-10-09.

Diante do exposto, resta evidente de que o servidor já investido em cargo público só poderá ser investido em cargo diverso da qual prestou concurso público se submetido a concurso público em igualdade de condições com outros candidatos, caso pretenda integrar nova carreira.

Assim, acreditamos que extirpar a prática de transposição é medida que se impõem a fim de se evitar fraude a Constituição Federal e ao erário. Nesse sentido, propomos que transposição seja vedada e que seja revogada a Resolução DP nº 046, de 1992, que fixa as normas de transposição de cargos para a estrutura do Quadro de Pessoal do Poder Legislativo.

Portanto, solicitamos aos Excelentíssimos Senhores Deputados e Deputadas a aprovação e a rápida tramitação desta proposição.

*** X X X ***